

Ultrapar Participações S.A.

**Informações Intermediárias da
Controladora e Consolidadas
Referentes ao Trimestre Findo em
30 de junho de 2021 e Relatório
dos Auditores Independentes
sobre a Revisão das Informações
Trimestrais**

Conteúdo

Relatório sobre a revisão de Informações Trimestrais - ITR	1-2
Balancos patrimoniais	3-4
Demonstrações de resultados	5
Demonstrações dos resultados abrangentes	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	7-8
Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto	9-10
Demonstrações do valor adicionado	11
Notas explicativas às informações trimestrais	12-132



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais – ITR

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Ultrapar Participações S.A.
São Paulo- SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Ultrapar Participações S.A. (“Sociedade”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2021, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Sociedade é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o CPC 21(R1) e a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* – (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.



Conclusão sobre as informações intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Sociedade e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 11 de agosto de 2021

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Márcio Serpejante Peppe
Contador CRC 1SP233011/O-8

Ultrapar Participações S.A. e Controladas

Balancos patrimoniais

em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4.a	3.705	948.649	2.860.287	2.661.494
Aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos de proteção	4.b	214.302	88.100	3.355.993	5.033.258
Contas a receber de clientes	5.a	-	-	3.819.996	3.318.927
Financiamentos a clientes	5.b	-	-	543.152	549.129
Estoques	6	-	-	4.888.796	3.846.196
Tributos a recuperar	7.a	486	154	1.069.766	1.044.850
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	7.b	37.858	47.913	353.374	366.080
Dividendos a receber		213	150.301	1.029	1.152
Demais contas a receber		84.924	58.300	114.903	56.955
Despesas antecipadas	10	10.215	3.684	159.755	132.122
Ativos de contratos com clientes - direitos de exclusividade	11	-	-	514.410	478.908
Total do ativo circulante		351.703	1.297.101	17.681.461	17.489.071
Não circulante					
Aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos de proteção	4.b	-	-	762.460	977.408
Contas a receber de clientes	5.a	-	-	66.792	72.195
Financiamentos a clientes	5.b	-	-	434.023	419.255
Sociedades relacionadas	8.a	402.790	753.459	22.229	2.824
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9.a	62.358	64.993	1.081.597	974.711
Tributos a recuperar	7.a	-	-	1.463.750	1.474.808
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	7.b	39.445	39.446	193.423	261.205
Depósitos judiciais	22.a	2	2	862.669	949.796
Ativo de indenização - combinação de negócios	22.c	-	-	123.522	204.439
Demais contas a receber		-	-	22.554	20.238
Despesas antecipadas	10	2.802	3.888	66.757	70.507
Ativos de contratos com clientes - direitos de exclusividade	11	-	-	1.297.184	1.227.423
Total do ativo realizável a longo prazo		507.397	861.788	6.396.960	6.654.809
Investimentos em:					
Controladas	12.a	10.456.648	10.530.177	-	-
Empreendimentos controlados em conjunto	12.a; 12.b	-	-	146.480	139.100
Coligadas	12.c	-	-	25.863	25.588
Outros		-	-	2.793	2.793
		10.456.648	10.530.177	175.136	167.481
Ativos de direito de uso, líquido	13	34.463	35.062	2.057.477	2.150.286
Imobilizado, líquido	14	23.962	14.328	8.030.896	8.005.860
Intangível, líquido	15	253.383	254.242	1.631.249	1.782.655
Total do ativo não circulante		11.275.853	11.695.597	18.291.718	18.761.091
Total do ativo		11.627.556	12.992.698	35.973.179	36.250.162

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

Ultrapar Participações S.A. e Controladas

Balancos patrimoniais

em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais)

Passivo	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
Circulante					
Empréstimos, financiamentos e instrumentos financeiros derivativos de proteção	16	-	1.038.499	1.548.657	2.306.036
Debêntures	16.f	16.396	9.996	1.480.638	949.908
Fornecedores	17.a	25.935	16.870	3.058.389	2.745.019
Fornecedores - convênio	17.b	-	-	2.434.210	1.295.633
Salários e encargos sociais	18	32.528	42.400	434.217	468.630
Obrigações tributárias	19	741	812	288.776	286.014
Dividendos a pagar	25.h	9.940	439.094	12.124	442.133
Imposto de renda e contribuição social a pagar		-	4.264	207.360	169.317
Benefícios pós-emprego	20.b	-	-	27.173	27.077
Provisão para retirada de tanques	21	-	-	4.426	4.267
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	22.a	-	-	42.209	43.660
Arrendamentos a pagar	13	5.307	4.688	286.617	260.189
Demais contas a pagar		15.207	10.157	226.483	224.676
Receita diferida	23	-	-	1.777	18.282
Total do passivo circulante		106.054	1.566.780	10.053.056	9.240.841
Não circulante					
Empréstimos, financiamentos e instrumentos financeiros derivativos de proteção	16	-	-	7.698.625	8.526.064
Debêntures	16.f	1.724.489	1.724.117	5.377.711	5.594.208
Sociedades relacionadas	8.a	4.804	5.272	3.582	3.711
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9.a	-	-	11.328	12.732
Benefícios pós-emprego	20.b	2.725	2.527	259.952	257.647
Provisão para retirada de tanques	21	-	-	49.815	49.168
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	22.a; 22.c	280	280	768.592	854.385
Arrendamentos a pagar	13	32.513	33.246	1.509.101	1.573.099
Bônus de subscrição - indenização	24	65.645	86.439	65.645	86.439
Provisão para passivo a descoberto de controladas e empreendimento controlado em conjunto	12.a; 12.b	20.608	35.794	782	2.096
Demais contas a pagar		5.697	4.497	126.173	139.507
Total do passivo não circulante		1.856.761	1.892.172	15.871.306	17.099.056
Patrimônio líquido					
Capital social	25.a; 25.f	5.171.752	5.171.752	5.171.752	5.171.752
Instrumento patrimonial outorgado	25.b	29.954	22.404	29.954	22.404
Reserva de capital	25.d	595.420	594.049	595.420	594.049
Ações em tesouraria	25.c	(489.068)	(489.068)	(489.068)	(489.068)
Reserva de reavaliação de controladas	25.e	4.245	4.337	4.245	4.337
Reservas de lucros	25.f	4.408.275	4.408.275	4.408.275	4.408.275
Lucros acumulados		108.529	-	108.529	-
Ajustes de avaliação patrimonial	25.g.1	(358.523)	(464.990)	(358.523)	(464.990)
Ajustes acumulados de conversão	25.g.2	194.157	231.596	194.157	231.596
Dividendos adicionais aos dividendos mínimos obrigatórios	25.h	-	55.391	-	55.391
Patrimônio líquido atribuível a:					
Acionistas da Ultrapar		9.664.741	9.533.746	9.664.741	9.533.746
Acionistas não controladores de controladas		-	-	384.076	376.519
Total do patrimônio líquido		9.664.741	9.533.746	10.048.817	9.910.265
Total do passivo e do patrimônio líquido		11.627.556	12.992.698	35.973.179	36.250.162

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

Ultrapar Participações S.A. e Controladas

Demonstrações de resultados

Períodos findos em 30 de junho de 2021 e de 2020

(Em milhares de Reais exceto o lucro líquido por lote de ações)

	Nota explicativa	Controladora				Consolidado			
		01/04/2021 a 30/06/2021	01/01/2021 a 30/06/2021	01/04/2020 a 30/06/2020	01/01/2020 a 30/06/2020	01/04/2021 a 30/06/2021	01/01/2021 a 30/06/2021	01/04/2020 a 30/06/2020	01/01/2020 a 30/06/2020
Receita líquida de vendas e serviços	26	-	-	-	-	28.526.054	52.476.338	15.876.234	37.263.372
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	27	-	-	-	-	(27.030.286)	(49.264.664)	(14.825.003)	(34.802.194)
Lucro bruto		-	-	-	-	1.495.768	3.211.674	1.051.231	2.461.178
Receitas (despesas) operacionais									
Com vendas e comerciais	27	-	-	-	-	(710.543)	(1.365.116)	(582.106)	(1.196.737)
Reversão (perdas) estimadas de créditos de liquidação duvidosa		-	-	-	-	10.280	6.340	(26.241)	(56.516)
Gerais e administrativas	27	(12.119)	(12.119)	-	-	(473.146)	(941.836)	(293.240)	(703.121)
Resultado na venda de bens	28	1	2	-	-	32.072	40.148	13.972	20.910
Redução ao valor recuperável de ativos "impairment"	3.c.1; 28	-	-	-	-	(394.675)	(394.675)	-	-
Outras receitas operacionais	29	-	-	2.178	2.178	176.096	228.698	68.723	228.296
Outras despesas operacionais	29	2.995	(19)	(1.377)	(1.622)	(97.767)	(162.794)	(32.508)	(68.142)
Lucro (prejuízo) operacional		(9.123)	(12.136)	801	556	38.085	622.439	199.831	685.868
Equivalência patrimonial	12	(21.719)	122.334	63.293	218.142	1.281	(10.941)	(13.270)	(25.698)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro, imposto de renda e contribuição social		(30.842)	110.198	64.094	218.698	39.366	611.498	186.561	660.170
Receitas financeiras	30	16.159	34.558	(2.365)	31.769	150.578	212.146	53.113	235.164
Despesas financeiras	30	(16.596)	(41.038)	(30.580)	(51.633)	(153.333)	(548.582)	(133.441)	(483.122)
Resultado financeiro líquido	30	(437)	(6.480)	(32.945)	(19.864)	(2.755)	(336.436)	(80.328)	(247.958)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		(31.279)	103.718	31.149	198.834	36.611	275.062	106.233	412.212
Imposto de renda e contribuição social									
Corrente	9.b; 9.c	-	-	-	(170)	(223.321)	(329.775)	(111.343)	(219.632)
Diferido	9.b	199	(2.635)	9.917	3.261	168.467	173.900	55.138	26.314
		199	(2.635)	9.917	3.091	(54.854)	(155.875)	(56.205)	(193.318)
Lucro (prejuízo) líquido do período		(31.080)	101.083	41.066	201.925	(18.243)	119.187	50.028	218.894
Lucro atribuível a:									
Acionistas da Ultrapar		(31.080)	101.083	41.066	201.925	(31.080)	101.083	41.066	201.925
Acionistas não controladores de controladas		-	-	-	-	12.837	18.104	8.962	16.969
Lucro (prejuízo) líquido por ação do capital social (média ponderada anual) - R\$									
Básico	31	(0,0286)	0,0929	0,0377	0,1856	(0,0286)	0,0929	0,0377	0,1856
Diluído	31	(0,0284)	0,0924	0,0375	0,1845	(0,0284)	0,0924	0,0375	0,1845

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

Ultrapar Participações S.A. e Controladas

Demonstrações dos resultados abrangentes

Períodos findos em 30 de junho de 2021 e de 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Controladora				Consolidado			
		01/04/2021 a 30/06/2021	01/01/2021 a 30/06/2021	01/04/2020 a 30/06/2020	01/01/2020 a 30/06/2020	01/04/2021 a 30/06/2021	01/01/2021 a 30/06/2021	01/04/2020 a 30/06/2020	01/01/2020 a 30/06/2020
Lucro (prejuízo) líquido do período		(31.080)	101.083	41.066	201.925	(18.243)	119.187	50.028	218.894
Itens que serão reclassificados subsequentemente para o resultado:									
Ajustes de avaliação de instrumentos financeiros próprio, líquido de imposto de renda e contribuição social	25.g.1	(3)	(120)	430	432	(3)	(120)	430	432
Ajustes de avaliação de instrumentos financeiros de controladas, líquido de imposto de renda e contribuição social	25.g.1	228.621	107.364	(56.739)	(476.773)	228.628	107.371	(56.739)	(476.773)
Ajustes de avaliação de instrumentos financeiros de empreendimentos controlados em conjunto, líquido de imposto de renda e contribuição social	25.g.1	(2.786)	(1.338)	(640)	1.861	(2.786)	(1.338)	(640)	1.861
Ajustes acumulados de conversão de controladas e efeitos do <i>hedge</i> de investimentos, líquidos de imposto de renda e contribuição social	25.g.2	(125.287)	(37.439)	14.248	136.122	(125.287)	(37.439)	14.248	136.122
Itens que não serão reclassificados subsequentemente para o resultado:									
IR e CS sobre perdas atuariais em benefícios pós-emprego de controladas	25.g.1	561	561	-	-	561	561	-	-
Resultado abrangente do período		<u>70.026</u>	<u>170.111</u>	<u>(1.635)</u>	<u>(136.433)</u>	<u>82.870</u>	<u>188.222</u>	<u>7.327</u>	<u>(119.464)</u>
Resultado abrangente do período, atribuível aos acionistas da Ultrapar		70.026	170.111	(1.635)	(136.433)	70.026	170.111	(1.635)	(136.433)
Resultado abrangente do período, atribuível aos acionistas não controladores das controladas		-	-	-	-	12.844	18.111	8.962	16.969

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

Ultrapar Participações S.A. e Controladas

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Períodos findos em 30 de junho de 2021 e de 2020

(Em milhares de Reais, exceto o valor dos dividendos por lote de mil ações)

	Nota explicativa	Capital social	Instrumento patrimonial outorgado	Reserva de capital	Ações em tesouraria	Reserva de reavaliação de controladas	Reservas de lucros			Ajustes acumulados de conversão	Lucros acumulados	Dividendos adicionais aos dividendos mínimos obrigatórios	Patrimônio líquido atribuível a:		Patrimônio líquido total
							Legal	Estatutária para investimentos	Ajuste de avaliação patrimonial				Acionistas da Ultrapar	Acionistas não controladores de controladas	
Saldos em 31 de dezembro de 2020		5.171.752	22.404	594.049	(489.068)	4.337	750.010	3.658.265	(464.990)	231.596	-	55.391	9.533.746	376.519	9.910.265
Lucro líquido do período		-	-	-	-	-	-	-	-	-	101.083	-	101.083	18.104	119.187
Outros resultados abrangentes:															
Ajustes de avaliação de instrumentos financeiros, líquido de imposto de renda e contribuição social:															
Próprio	25.g.1	-	-	-	-	-	-	-	(120)	-	-	-	(120)	-	(120)
Controladas	12.a; 25.g.1	-	-	-	-	-	-	-	107.364	-	-	-	107.364	7	107.371
Empreendimentos controlados em conjunto	12.a; 25.g.1	-	-	-	-	-	-	-	(1.338)	-	-	-	(1.338)	-	(1.338)
IR e CS sobre perdas atuariais em benefícios pós-emprego de controladas	12.a; 25.g.1	-	-	-	-	-	-	-	561	-	-	-	561	-	561
Ajustes de conversão de moeda estrangeira de controladas no exterior, líquidos dos efeitos do hedge de investimentos	12.a; 25.g.2	-	-	-	-	-	-	-	-	(37.439)	-	-	(37.439)	-	(37.439)
Resultado abrangente do período		-	-	-	-	-	-	-	106.467	(37.439)	101.083	-	170.111	18.111	188.222
Emissão de ações referente ao bônus de subscrição - indenização - aquisição Extrafarma	25.d	-	-	1.371	-	-	-	-	-	-	-	-	1.371	-	1.371
Instrumento patrimonial outorgado próprio	25.b	-	2.965	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.965	-	2.965
Instrumento patrimonial outorgado de controladas	12.a; 25.b	-	4.585	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.585	-	4.585
Imposto de renda e contribuição social sobre a realização da reserva de reavaliação de controladas	25.e	-	-	-	-	(92)	-	-	-	-	92	-	-	-	-
Dividendos prescritos		-	-	-	-	-	-	-	-	-	7.137	-	7.137	-	7.137
Ganhos decorrentes de pagamentos de dividendos fixos para ações preferenciais de controladas		-	-	-	-	-	-	-	-	-	138	-	138	(138)	-
Transações com sócios - alterações de participação		-	-	-	-	-	-	-	-	-	79	-	79	(79)	-
Dividendos atribuíveis a acionistas não controladores		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(10.337)	(10.337)
Aprovação em Assembleia Geral Ordinária dos dividendos adicionais	25.h	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(55.391)	(55.391)	-	(55.391)
Saldos em 30 de junho de 2021		5.171.752	29.954	595.420	(489.068)	4.245	750.010	3.658.265	(358.523)	194.157	108.529	-	9.664.741	384.076	10.048.817

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

Ultrapar Participações S.A. e Controladas

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Períodos findos em 30 de junho de 2021 e de 2020

(Em milhares de Reais, exceto o valor dos dividendos por lote de mil ações)

	Nota explicativa	Capital social	Instrumento patrimonial outorgado	Reserva de capital	Ações em tesouraria	Reserva de reavaliação de controladas	Reservas de lucros			Ajustes acumulados de conversão	Lucros acumulados	Dividendos adicionais aos dividendos mínimos obrigatórios	Patrimônio líquido atribuível a:		Patrimônio líquido total
							Legal	Estatutária para investimentos	Ajuste de avaliação patrimonial				Acionistas da Ultrapar	Acionistas não controladores de controladas	
Saldos em 31 de dezembro de 2019		5.171.752	11.970	542.400	(485.383)	4.522	705.341	3.290.073	(146.317)	102.427	-	261.470	9.458.255	376.920	9.835.175
Lucro líquido do período		-	-	-	-	-	-	-	-	-	201.925	-	201.925	16.969	218.894
Outros resultados abrangentes:															
Ajustes de avaliação de instrumentos financeiros, líquido de imposto de renda e contribuição social:															
Próprio	25.g.1	-	-	-	-	-	-	-	432	-	-	-	432	-	432
Controladas e empreendimentos controlados em conjunto	12.a; 25.g.1	-	-	-	-	-	-	-	(474.912)	-	-	-	(474.912)	-	(474.912)
Ajustes de conversão de moeda estrangeira de controladas no exterior, líquidos dos efeitos do <i>hedge</i> de investimentos	25.g.2	-	-	-	-	-	-	-	-	136.122	-	-	136.122	-	136.122
Resultado abrangente do período		-	-	-	-	-	-	-	(474.480)	136.122	201.925	-	(136.433)	16.969	(119.464)
Emissão de ações referente ao bônus de subscrição - indenização - aquisição Extrafarma	25.d	-	-	53.072	-	-	-	-	-	-	-	-	53.072	-	53.072
Instrumento patrimonial outorgado próprio	25.b	-	2.189	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.189	-	2.189
Instrumento patrimonial outorgado de controladas	12.a; 25.b	-	1.281	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.281	-	1.281
Imposto de renda e contribuição social sobre a realização da reserva de reavaliação de controladas	25.e	-	-	-	-	(93)	-	-	-	-	93	-	-	-	-
Perda decorrente de pagamento de dividendos fixos às ações preferenciais		-	-	-	-	-	-	-	-	-	(516)	-	(516)	516	-
Transações com sócios - alterações de participação		-	-	-	-	-	-	-	-	-	41	-	41	(41)	-
Dividendos adicionais atribuíveis a acionistas não controladores		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.790)	(2.790)
Aprovação em Assembleia Geral Ordinária dos dividendos adicionais	25.h	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(261.470)	(261.470)	-	(261.470)
Saldos em 30 de junho de 2020		5.171.752	15.440	595.472	(485.383)	4.429	705.341	3.290.073	(620.797)	238.549	201.543	-	9.116.419	391.574	9.507.993

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

Ultrapar Participações S.A. e Controladas

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Períodos findos em 30 de junho de 2021 e de 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		30/06/2021	30/06/2020	30/06/2021	30/06/2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro líquido do período		101.083	201.925	119.187	218.894
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa gerado pelas atividades operacionais					
Equivalência patrimonial em sociedades controladas, controladas em conjunto e coligadas	12	(122.334)	(218.142)	10.941	25.698
Amortização de ativos de contratos com clientes - direitos de exclusividade	11	-	-	128.879	150.854
Amortização de ativos de direito de uso	13.a	2.984	1.854	175.346	158.628
Depreciações e amortizações	14; 15	3.030	971	493.054	458.512
Créditos de PIS e COFINS sobre depreciação	14; 15	-	-	8.805	8.794
Juros, variações monetárias e cambiais		8.778	36.030	613.578	614.526
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9.b	2.635	(3.261)	(173.900)	(26.314)
Imposto de renda e contribuição social corrente	9.b	-	170	329.775	219.632
Resultado na venda de bens	28	(2)	-	(40.148)	(20.910)
Redução ao valor recuperável de ativos "impairment"	3.c.1; 28	-	-	394.675	-
Perdas estimadas de crédito de liquidação duvidosa	5	-	-	(6.340)	56.516
Provisão para perda em estoques	6	-	-	(3.371)	(1.800)
Provisão para benefício pós-emprego	20.b	198	913	2.626	(2.896)
Instrumento patrimonial outorgado	8.c	2.965	2.191	7.550	3.471
Provisão de descarbonização - CBIO	29	-	-	64.920	-
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	22.a	-	(119)	(71.543)	(6.420)
Demais provisões e ajustes		1.371	(219)	5.312	(2.214)
		708	22.313	2.059.346	1.854.971
(Aumento) diminuição no ativo circulante					
Contas a receber e financiamentos a clientes	5	-	(200)	(480.955)	517.590
Estoques	6	-	-	(1.035.716)	752.595
Impostos a recuperar	7	5.458	(3.700)	(187.259)	(268.978)
Dividendos recebidos de controladas e empreendimentos controlados em conjunto		479.726	219.442	124	4.718
Demais contas a receber		(26.625)	(21.543)	(57.948)	(49.815)
Despesas antecipadas	10	(6.531)	(2.783)	(55.598)	(74.316)
Aumento (diminuição) no passivo circulante					
Fornecedores	17	9.065	3.755	1.293.640	(218.037)
Salários e encargos sociais	18	(9.872)	28.196	(34.413)	33.433
Obrigações tributárias	19	(70)	557	2.762	(39.041)
Benefícios pós-emprego	20.b	-	-	96	777
Demais contas a pagar		4.583	1.686	(8.199)	20.082
Receita diferida	23	-	-	(16.505)	(1.243)
(Aumento) diminuição no ativo não circulante					
Contas a receber e financiamentos a clientes	5	-	-	(9.365)	(52.271)
Impostos a recuperar	7	2	-	(79.433)	(276.826)
Depósitos judiciais		-	15	87.127	(28.302)
Demais contas a receber		-	-	78.602	184
Despesas antecipadas	10	1.086	(1.732)	10.439	(14.578)

Ultrapar Participações S.A. e Controladas

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Períodos findos em 30 de junho de 2021 e de 2020

(Em milhares de Reais)

		Controladora		Consolidado		
		30/06/2021	30/06/2020	30/06/2021	30/06/2020	
Aumento (diminuição) no passivo não circulante						
	Benefícios pós-emprego	20.b	-	5.602	(321)	6.044
	Demais contas a pagar		732	4.415	(13.318)	(40.167)
	Aquisição de CBIO	15	-	-	(59.019)	-
	Pagamentos de ativos de contratos com clientes - direitos de exclusividade	11	-	-	(83.632)	(236.579)
	Pagamentos de contingências	22.a	-	-	(15.700)	(29.351)
	Imposto de renda e contribuição social pagos		-	-	(116.683)	(58.139)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais			<u>458.262</u>	<u>256.023</u>	<u>1.278.072</u>	<u>1.802.751</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos						
	Aplicações financeiras, líquidas de resgates	4.b	(116.065)	42.728	1.638.130	312.119
	Aquisição de imobilizado	14	(11.741)	(5.595)	(571.714)	(354.487)
	Aquisição de intangível	15	(64)	(10.023)	(96.850)	(78.607)
	Aporte de capital em controlada	12.a	(75.011)	(3.559)	-	-
	Aporte de capital em empreendimentos controlados em conjunto	12.b	-	-	(22.000)	(10.000)
	Sociedades relacionadas	8.a	350.669	-	(19.405)	-
	Receita com a venda de bens	28	-	-	71.931	49.447
Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades de investimentos			<u>147.788</u>	<u>23.551</u>	<u>1.000.092</u>	<u>(81.528)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos						
Financiamentos e debêntures						
	Captação	16	-	994.996	493.594	1.611.155
	Amortização	16	(1.000.000)	-	(1.518.163)	(984.871)
	Juros pagos	16	(69.923)	(43.083)	(352.645)	(336.187)
Pagamentos de arrendamentos						
	Principal	13	(4.030)	(2.229)	(211.406)	(167.045)
	Juros pagos	13	(101)	(92)	(6.653)	(5.228)
	Dividendos pagos	25.h	(477.408)	(260.004)	(488.600)	(263.059)
	Sociedades relacionadas	8.a	468	3.690	(129)	(48)
Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades de financiamentos			<u>(1.550.994)</u>	<u>693.278</u>	<u>(2.084.002)</u>	<u>(145.283)</u>
Variação cambial de caixa e equivalentes de caixa em moeda estrangeira			-	-	4.631	113.872
Aumento (diminuição) em caixa e equivalentes de caixa			<u>(944.944)</u>	<u>972.852</u>	<u>198.793</u>	<u>1.689.812</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		4.a	948.649	42.580	2.661.494	2.115.379
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período		4.a	3.705	1.015.432	2.860.287	3.805.191
Transações sem efeito caixa:						
	Adições em ativos de direito de uso e arrendamentos a pagar	13.a	2.486	32.719	133.813	293.685
	Adições em ativos de contratos com clientes - direitos de exclusividade	11	-	-	158.306	56.260
	Fundo de reversão - previdência privada	10; 20.a	-	-	3.706	47.088
	Emissão de ações referente ao bônus de subscrição - indenização - aquisição Extrafarma	25.d	1.371	53.072	1.371	53.072

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

Ultrapar Participações S.A. e Controladas

Demonstrações do valor adicionado

Períodos findos em 30 de junho de 2021 e de 2020

(Em milhares de Reais, exceto as porcentagens)

	Nota explicativa	Controladora				Consolidado			
		30/06/2021	%	30/06/2020	%	30/06/2021	%	30/06/2020	%
Receitas									
Receita bruta de vendas e serviços, exceto aluguéis e royalties	26	-	-	-	-	55.395.887	-	40.044.517	-
Abatimentos, descontos e devoluções	26	-	-	-	-	(675.209)	-	(753.010)	-
Reversão (perdas) estimadas de créditos de liquidação duvidosa	5	-	-	-	-	6.340	-	(56.516)	-
Amortização de ativos de contratos com clientes - direitos de exclusividade	11	-	-	-	-	(128.879)	-	(150.854)	-
Resultado na venda de bens e outros resultados operacionais, líquidos	28;29	-	-	-	-	106.052	-	64.759	-
						<u>54.704.191</u>		<u>39.148.896</u>	
Insumos adquiridos de terceiros									
Matérias-primas consumidas		-	-	-	-	(3.527.831)	-	(2.731.931)	-
Custos das mercadorias, produtos e serviços vendidos		-	-	-	-	(46.093.574)	-	(32.142.487)	-
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		73.804	-	79.685	-	(1.445.601)	-	(1.157.296)	-
Redução ao valor recuperável de ativos "impairment"	3.c.1; 28	-	-	-	-	(394.675)	-	-	-
Provisão para perda de valores de ativos		-	-	-	-	(20.173)	-	(19.808)	-
		<u>73.804</u>		<u>79.685</u>		<u>(51.481.854)</u>		<u>(36.051.522)</u>	
Valor adicionado bruto		<u>73.804</u>		<u>79.685</u>		<u>3.222.337</u>		<u>3.097.374</u>	
Retenções									
Depreciações e amortizações	13a; 14; 15	(6.014)	-	(2.825)	-	(668.400)	-	(617.140)	-
Créditos de PIS e COFINS sobre depreciação	14; 15	-	-	-	-	(8.805)	-	(8.794)	-
		<u>(6.014)</u>		<u>(2.825)</u>		<u>(677.205)</u>		<u>(625.934)</u>	
Valor adicionado líquido produzido pela Sociedade		<u>67.790</u>		<u>76.860</u>		<u>2.545.132</u>		<u>2.471.440</u>	
Valor adicionado recebido em transferência									
Equivalência patrimonial	12	122.334	-	218.142	-	(10.941)	-	(25.698)	-
Aluguéis e royalties	26	-	-	-	-	57.137	-	57.226	-
Receitas financeiras	30	34.558	-	31.769	-	212.146	-	235.164	-
		<u>156.892</u>		<u>249.911</u>		<u>258.342</u>		<u>266.692</u>	
Valor adicionado total a distribuir		<u>224.682</u>		<u>326.771</u>		<u>2.803.474</u>		<u>2.738.132</u>	
Distribuição do valor adicionado									
Pessoal e encargos		65.984	29	61.447	19	1.032.861	37	932.672	34
Impostos, taxas e contribuições		14.968	7	7.826	2	1.206.638	43	1.184.221	43
Despesas financeiras e aluguéis		42.647	19	55.573	17	444.788	16	402.345	15
Lucros retidos		<u>101.083</u>	<u>45</u>	<u>201.925</u>	<u>62</u>	<u>119.187</u>	<u>4</u>	<u>218.894</u>	<u>8</u>
Valor adicionado distribuído		<u>224.682</u>	<u>100</u>	<u>326.771</u>	<u>100</u>	<u>2.803.474</u>	<u>100</u>	<u>2.738.132</u>	<u>100</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações trimestrais.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

1 Contexto operacional

A Ultrapar Participações S.A. (“Ultrapar” ou “Sociedade”) é uma sociedade anônima de capital aberto domiciliada no Brasil, com sede na Avenida Brigadeiro Luís Antônio, 1.343 em São Paulo – SP, com ações negociadas no segmento Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), sob o código UGPA3, e na Bolsa de Nova Iorque (“NYSE”) por meio de American Depositary Receipts (“ADRs”) nível III sob o código UGP.

A Sociedade tem por atividade a aplicação de capitais próprios no comércio, na indústria e na prestação de serviços, mediante a subscrição ou aquisição de ações e cotas de outras sociedades. Por meio de suas controladas, atua no segmento de distribuição de gás liquefeito de petróleo - GLP (“Ultragaz”), na distribuição de combustíveis e atividades relacionadas (“Ipiranga”), na produção e comercialização de produtos químicos (“Oxiten”), na prestação de serviços de armazenagem de grãos líquidos (“Ultracargo”), comércio de medicamentos, produtos de higiene, beleza e cosméticos (“Extrafarma”) e segmento de pagamentos digitais (“Abastece aí”). As informações sobre os segmentos estão apresentadas na nota explicativa nº 32.

a. Esclarecimentos sobre os impactos da COVID-19

A Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou pandemia do coronavírus (COVID-19) em 11 de março de 2020. Para conter a disseminação do vírus no Brasil, o Ministério da Saúde (MS) e os governos estaduais e municipais anunciaram diversas medidas para reduzir a aglomeração e movimentação de pessoas, incluindo o fechamento de estabelecimentos comerciais, parques e áreas comuns. Diante desse cenário, a Sociedade constituiu Comitê de Crise para acompanhamento e monitoramento dos principais riscos e potenciais impactos e adoção de medidas preventivas e emergenciais para mitigar os efeitos da pandemia.

Desde o início da pandemia do coronavírus, a Sociedade e suas controladas atuaram em inúmeras frentes para garantir a saúde e segurança de seus colaboradores e parceiros, a estabilidade e a continuidade de suas operações e a solidez financeira. Todas as atividades das empresas controladas pela Sociedade são classificadas como essenciais no contexto das medidas adotadas para o enfrentamento da pandemia.

A Sociedade e suas controladas adotaram com agilidade o regime de home office para o público administrativo, com todo o suporte necessário para a continuidade operacional. Além das preocupações básicas de segurança com os colaboradores, as empresas praticaram diversas iniciativas voltadas ao bem-estar, como lives direcionadas, apoio psicológico e preocupação com a ergonomia, seguindo o princípio de valorização das pessoas.

As medidas emergenciais e rapidez na resposta aos primeiros efeitos da crise, bem como as iniciativas de apoio à cadeia de suprimentos, foram efetivas para manterem as atividades das controladas em operação, garantindo a entrega dos serviços essenciais para a população e preservando a saúde e segurança dos colaboradores e parceiros.

Permanece incerto até que ponto as informações financeiras, após 30 de junho de 2021, ainda possam ser afetadas pelos impactos comerciais, operacionais e financeiros da pandemia, pois dependerá de sua duração e dos impactos nas atividades econômicas, bem como das ações governamentais, empresariais e individuais em resposta à crise. Nesse contexto, algumas avaliações de riscos financeiros, projeções e testes de redução ao valor recuperável, em conexão com a preparação dessas demonstrações financeiras, podem ser impactadas pela pandemia e podem afetar adversamente a posição financeira da Sociedade e de suas controladas.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Impactos operacionais

As medidas implementadas de isolamento social, restrições à movimentação de pessoas e a operação de certos negócios devido à pandemia do COVID-19 continuaram impactando a atividade econômica no Brasil neste segundo trimestre de 2021. Com relação às operações da Sociedade e de suas controladas os principais efeitos foram sentidos na Ipiranga, devido ao impacto no volume de Ciclo Otto reflexo da restrição de mobilidade, e na Extrafarma, como reflexo do menor fluxo de pessoas nas lojas de *shopping centers*.

Principais riscos e medidas associadas

Risco de crédito – as ações tomadas pela Sociedade e suas controladas ao longo de 2020 amenizaram os impactos da pandemia sobre a condição financeira de seus clientes e, por consequência, mitigaram seus potenciais efeitos sobre as taxas de inadimplência, que se mantiveram nos mesmos patamares de 2020. Os efeitos das perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa do trimestre findo em 30 de junho de 2021 estão divulgados nas notas explicativas nº 5 e 33.d.

Risco de realização de ativos fiscais diferidos – a Sociedade e suas controladas realizaram estudo técnico de viabilidade de realização de créditos fiscais diferidos, considerando as projeções mais recentes aprovadas pelo Conselho de Administração (“CA”) para cada segmento de negócios e não identificaram necessidade de baixas para o período findo em 30 de junho de 2021.

Riscos em instrumentos financeiros – o aumento da volatilidade nos mercados financeiros poderá impactar os resultados financeiros conforme análises de sensibilidades apresentadas na nota explicativa nº 33.

Risco de liquidez – a Sociedade e suas controladas apresentaram variações em sua posição de endividamento líquido compatíveis com os resultados e com a sazonalidade de seus negócios.

A administração da Sociedade e de suas controladas continua mantendo a disciplina no controle de custos e despesas para preservação de caixa em todos os negócios e a seletividade na alocação de capital sem comprometer o crescimento sustentável dos negócios.

b. Esclarecimentos sobre os impactos do incidente cibernético

Conforme comunicações enviadas ao mercado em 12 de janeiro de 2021 e em 25 de janeiro de 2021, a Sociedade sofreu em 11 de janeiro de 2021 um ataque cibernético do tipo *ransomware* em seu ambiente de tecnologia da informação.

Como medida preventiva, a Sociedade interrompeu seus sistemas, afetando por um curto intervalo de tempo, as operações de suas controladas. De imediato, foram adotadas todas as medidas de segurança e de controle para sanar o ocorrido e, a partir de 14 de janeiro de 2021, os sistemas operacionais da Sociedade e de suas controladas começaram a ser gradualmente restabelecidos, com cautela e segurança, conforme ordem de prioridade e relevância de cada processo afetado. Desde 25 de janeiro de 2021, conforme comunicado ao mercado naquela data, todos os sistemas críticos de informação da Sociedade e de suas controladas encontram-se em pleno funcionamento.

A Sociedade possui apólice de seguro específica para incidentes cibernéticos (vide nota explicativa nº 34.b), a qual foi devidamente acionada.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

2 Apresentação das informações trimestrais e resumo das principais práticas contábeis

As informações trimestrais individuais da controladora e consolidadas (“informações trimestrais”) foram elaboradas de acordo com o *International Accounting Standard* (“IAS”) 34 - *Interim Financial Reporting* emitido pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”), e de acordo com o pronunciamento CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

Todas as informações relevantes próprias das informações trimestrais, e apenas essas informações, foram evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da administração da Sociedade e suas controladas.

As informações trimestrais são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Sociedade.

As práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas pela Sociedade e suas controladas de maneira consistente em todos os períodos apresentados nestas informações trimestrais.

a. Apuração do resultado

A receita de vendas e serviços prestados é mensurada pelo valor da contrapartida à qual as controladas da Sociedade esperam ter direito, deduzida de devoluções, descontos, abatimentos, amortização de ativos de contratos com clientes e outras deduções, se aplicáveis, sendo reconhecida à medida que a entidade satisfaça sua obrigação de desempenho e modalidade de frete da entrega. Na Ipiranga, a receita de vendas de combustíveis e lubrificantes é reconhecida quando os produtos são entregues aos postos de serviços e aos grandes consumidores. Na Ultragaz, a receita de vendas de GLP é reconhecida quando os produtos são entregues aos clientes em domicílio, aos revendedores autônomos e aos clientes industriais e comerciais. Na Extrafarma, a receita de vendas de medicamentos é reconhecida quando os produtos são entregues aos consumidores finais nas drogarias próprias e quando são entregues aos revendedores independentes. Na Oxiteno, a receita de vendas de produtos químicos é reconhecida quando os produtos são entregues aos consumidores industriais. Na Ultracargo, a receita de serviços prestados de armazenagem é reconhecida em função da realização dos serviços. No Abastece aí, a receita de serviços prestados de pagamentos digitais é reconhecida em função da realização dos serviços. As aberturas das receitas de vendas e serviços prestados estão demonstradas nas notas explicativas nº 26 e 32.

Ultrapar Participações S.A. e Controladas

Notas explicativas às informações trimestrais da controladora e consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

As amortizações dos ativos de contratos com clientes referentes aos direitos de exclusividade com clientes da Ipiranga e às bonificações postecipadas são reconhecidas no resultado como redutoras da receita de vendas, conforme as condições estabelecidas nos contratos e são revistas à medida que ocorrem mudanças nos termos contratuais (vide notas explicativas nº 2.f e 11).

A taxa inicial de franquia da *am/pm* é diferida e apropriada ao resultado à medida em que cada obrigação de desempenho é cumprida ao longo do período dos contratos com os franqueados. Para maiores informações vide nota explicativa nº 23.a.

A receita diferida de programa de fidelidade é reconhecida no resultado quando os pontos são resgatados, momento no qual os custos incorridos também são reconhecidos no resultado, ou no momento em que os pontos expiram. Para maiores informações vide nota explicativa nº 23.b.

Os custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados incluem os custos de mercadorias (principalmente combustíveis, lubrificantes, GLP e medicamentos), custos de matérias-primas (produtos químicos e petroquímicos) e os custos de produção, distribuição, armazenamento e envasamento.

As variações cambiais e os resultados de instrumentos de proteção são apresentados na demonstração do resultado na rubrica de despesa financeira.

Os gastos com pesquisa e desenvolvimento são reconhecidos no resultado em despesas gerais e administrativas e totalizaram R\$ 33.382 no período findo de seis meses em 30 de junho de 2021 (R\$ 28.773 no período findo de seis meses em 30 de junho de 2020).

b. Caixa e equivalentes de caixa

Referem-se a caixa, bancos e aplicações financeiras de curto prazo com vencimento até 90 dias, de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Para maiores informações do caixa e equivalentes de caixa, vide nota explicativa nº 4.a.

c. Ativos financeiros

A Sociedade e suas controladas avaliaram a classificação e mensuração dos ativos financeiros de acordo com o seu modelo de gerenciamento de ativos financeiros conforme abaixo:

- **Custo amortizado:** ativos financeiros mantidos com o objetivo de receber os fluxos contratuais, exclusivamente principal e juros. Os rendimentos auferidos e as variações cambiais são contabilizados no resultado e os saldos são demonstrados pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos. As aplicações financeiras dadas em garantia de empréstimos são classificadas como custo amortizado.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

- Mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes: ativos financeiros que são adquiridos ou originados com a finalidade de recebimento dos fluxos de caixa contratuais ou venda dos ativos. Os saldos são demonstrados ao valor justo e os rendimentos auferidos e as variações cambiais são contabilizados no resultado. As diferenças entre o valor justo e o valor inicial da aplicação acrescido dos rendimentos auferidos e as variações cambiais são reconhecidas no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes acumulados na conta “Ajustes de avaliação patrimonial”. Os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido são reclassificados para o resultado no momento da sua liquidação. Substancialmente as aplicações financeiras em Certificados de Depósito Bancário (“CDB”) e operações compromissadas são classificadas como mensuradas ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.
- Mensurado ao valor justo por meio do resultado: ativos financeiros que não foram classificados como custo amortizado ou mensurado a valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Os saldos são demonstrados ao valor justo e tanto os rendimentos auferidos e as variações cambiais como as variações de valor justo são contabilizados no resultado. Os fundos de investimentos e os instrumentos derivativos de proteção são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado.

A Sociedade e suas controladas utilizam instrumentos financeiros para fins de proteção, aplicando os conceitos descritos a seguir:

- Contabilidade de proteção (*hedge accounting*) - *hedge* de valor justo: instrumento financeiro utilizado para a proteção da exposição às mudanças no valor justo de um item, atribuível a um risco em particular e que possa afetar o resultado da entidade. No momento da designação inicial do *hedge* de valor justo, o relacionamento entre o instrumento de proteção e o item objeto de *hedge* é documentado, incluindo os objetivos de gerenciamento de riscos, a estratégia na condução da transação e os métodos que serão utilizados para avaliar sua efetividade. Uma vez que o *hedge* de valor justo tenha sido qualificado como efetivo, também o item objeto de *hedge* é mensurado a valor justo. Os ganhos e perdas do instrumento de proteção e dos itens objeto de *hedge* são reconhecidos no resultado. A contabilidade de proteção é descontinuada quando o *hedge* se torna inefetivo.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

- Contabilidade de proteção (*hedge accounting*) - *hedge* de fluxo de caixa: instrumento financeiro utilizado para mitigar a exposição à variabilidade nos fluxos de caixa que seja atribuível a um risco associado a um ativo ou passivo ou transação altamente provável ou compromissos firmes que possam afetar o resultado. A parcela do ganho ou perda resultante do instrumento de *hedge* que for determinada como *hedge* eficaz referente aos efeitos de variação cambial é reconhecida diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes acumulados na conta “Ajustes de avaliação patrimonial”, enquanto a parcela ineficaz é reconhecida no resultado. O ganho ou a perda resultante do instrumento de *hedge* relacionado com a parte eficaz do *hedge* que foi reconhecido diretamente em outros resultados abrangentes acumulados é reclassificado para o resultado no período em que o item objeto de *hedge* é reconhecido no resultado ou como custo inicial do ativo não financeiro, na mesma rubrica da demonstração em que o item objeto de *hedge* é reconhecido. A contabilidade de proteção é descontinuada quando (i) é cancelada a relação de *hedge*; (ii) o instrumento de *hedge* vence; e (iii) o instrumento de *hedge* não se qualifica mais como contabilidade de proteção. Quando a contabilidade de proteção é descontinuada, os ganhos e perdas reconhecidos no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado no período em que o item objeto de *hedge* é reconhecido no resultado. Caso a transação prevista como item objeto de *hedge* seja cancelada ou não se espera que ela ocorra, os ganhos e perdas acumulados no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes são reconhecidos imediatamente no resultado.
- Contabilidade de proteção (*hedge accounting*) - *hedge* de investimentos líquidos em entidades no exterior: instrumento financeiro utilizado para a proteção da exposição dos investimentos líquidos em controladas no exterior em decorrência da conversão da informação trimestral em moeda funcional local para a moeda funcional da Sociedade. A parcela do ganho ou perda resultante do instrumento de *hedge* que for determinada como *hedge* eficaz referente aos efeitos de variação cambial é reconhecida diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes acumulados na conta “Ajustes acumulados de conversão”, enquanto a parcela ineficaz e o custo da operação são reconhecidos no resultado. O ganho ou a perda resultante do instrumento de *hedge* relacionado com a parte eficaz do *hedge* que foi reconhecida diretamente em outros resultados abrangentes acumulados é reconhecido no resultado quando ocorrer a alienação da controlada no exterior.

Para maiores informações dos instrumentos financeiros, vide nota explicativa nº 33.

d. Contas a receber e financiamentos a clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado da contrapartida à qual as controladas da Sociedade esperam ter direito (vide notas explicativas nº 5.a e 33.d.3). As perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa consideram a expectativa de perdas para os próximos 12 meses, levando-se em consideração a deterioração ou melhora da qualidade de crédito dos clientes e suas características em cada segmento de negócios. O montante da provisão de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa é considerado suficiente pela administração para cobrir as eventuais perdas na realização das contas a receber.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Os financiamentos a clientes são concedidos a taxas subsidiadas para reforma e modernização de postos, aquisição de produtos e desenvolvimento do mercado de distribuição de combustíveis e lubrificantes (vide notas explicativas nº 5.b e 33.d.3). Os prazos dos financiamentos a clientes variam entre 12 e 60 meses, sendo o prazo médio da carteira de 40 meses. As taxas mínimas e máximas subsidiadas são de 0% a.m. e 1% a.m. respectivamente. Esses financiamentos são remensurados a uma taxa de mercado para empréstimos de capital de giro e o ajuste de remensuração entre a taxa de mercado e a taxa subsidiada é reconhecido como redução da receita de venda no início do contrato. Ao longo do contrato os juros apropriados pela taxa de mercado são reconhecidos no resultado financeiro.

e. Estoques

Os estoques são demonstrados pelo valor de custo ou valor realizável líquido, dos dois o menor (vide nota explicativa nº 6). No valor de custo dos estoques, calculado pelo custo médio ponderado, estão incluídos os custos de aquisição e de transformação diretamente e indiretamente relacionados com as unidades produzidas baseados na capacidade normal de produção. As estimativas do valor realizável líquido baseiam-se nos preços gerais de venda em vigor no final do período de apuração, líquidos das despesas diretas de venda. São considerados nessas estimativas os eventos subsequentes relacionados à flutuação de preços e custos, se relevantes. Caso o valor realizável líquido seja inferior ao valor do custo, uma provisão correspondente a essa diferença é contabilizada. A obsolescência de materiais mantidos para uso na produção também é revisada periodicamente e inclui produtos, materiais ou bens que (i) não atendem à especificação das controladas, (ii) tenham expirado a data de validade ou (iii) possuam baixa rotatividade. Esta classificação é feita pela administração com o apoio da equipe industrial e de operações.

f. Ativos de contratos com clientes – direitos de exclusividade

Os desembolsos de direitos de exclusividade previstos nos contratos da Ipiranga com postos revendedores e grandes consumidores são registrados como ativos de contratos no momento de sua ocorrência e são amortizados conforme as condições estabelecidas nos contratos (vide notas explicativas nº 2.a e 11).

g. Investimentos

As participações em controladas são avaliadas pelo método da equivalência patrimonial nas informações trimestrais individuais da controladora (vide notas explicativas nº 3.b e 12.a). Uma controlada é uma investida na qual o acionista tem direito aos seus retornos variáveis e tem a capacidade de interferir nas suas atividades financeiras e operacionais. Normalmente, a participação societária em uma sociedade controlada é superior a 50%.

Os investimentos em sociedades coligadas e empreendimentos controlados em conjunto são avaliados pelo método de equivalência patrimonial nas informações trimestrais (vide nota explicativa nº 12 itens b e c). Uma coligada é uma investida na qual um acionista tem influência significativa, ou seja, tem o poder de participar nas decisões financeiras e operacionais da investida, porém sem exercer o controle. Um empreendimento controlado em conjunto é uma investida na qual os acionistas têm o direito aos ativos líquidos por conta de um controle em conjunto. Controle em conjunto é um acordo que estabelece que as decisões sobre as atividades relevantes da investida exigem o consentimento das partes que compartilham o controle.

Os outros investimentos estão demonstrados ao custo de aquisição, deduzido de provisão para perdas, caso estas não sejam consideradas temporárias.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

h. Ativos de direito de uso e arrendamentos a pagar

A Sociedade e suas controladas reconhecem no balanço patrimonial um ativo de direito de uso e o respectivo passivo de arrendamento a pagar calculados pelo valor presente das parcelas futuras, acrescidos dos custos diretos associados ao contrato de arrendamento (vide nota explicativa nº 13). A amortização do ativo de direito de uso é reconhecida no resultado ao longo da vigência estimada do contrato. Quando o ativo de direito de uso é utilizado na construção de item do ativo imobilizado, sua amortização é capitalizada até que o ativo em construção esteja concluído. O passivo é acrescido de juros e líquido dos pagamentos de arrendamento realizados. Os juros são reconhecidos no resultado pelo método da taxa efetiva. A remensuração do ativo e do passivo com base no índice de reajuste contratual é reconhecida no balanço patrimonial, não tendo efeito no resultado. Em caso de cancelamento do contrato, o ativo e respectivo passivo são baixados para o resultado, considerando, se for o caso, as sanções previstas em cláusulas contratuais. A Sociedade e suas controladas não possuem a intenção de comprar esses ativos. A Sociedade e suas controladas revisam periodicamente a existência de indicação de que os ativos de direito de uso possam ter sofrido desvalorização ou redução ao valor recuperável (vide nota explicativa nº 2.u).

Ativos de direito de uso incluem os valores referentes às outorgas de arrendamentos de áreas portuárias (vide nota explicativa nº 34.c).

A Sociedade e suas controladas aplicam as isenções de reconhecimento para arrendamentos com prazo contratual inferior a 12 meses e para contratos de arrendamento de baixo valor. Nesses casos a despesa com o arrendamento é reconhecida no resultado ao longo do prazo do arrendamento conforme incorrida.

i. Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição ou construção, incluindo capitalização de amortização de ativos de direito de uso e encargos financeiros incorridos sobre imobilizações em andamento, bem como custos com manutenções relevantes de bens decorrentes de paradas de fábrica programadas e custos estimados para retirada por desativação ou restauração (vide notas explicativas nº 2.n e 21), deduzido da depreciação acumulada e, quando aplicável, da provisão para perda por redução ao valor recuperável (vide nota explicativa nº 14).

As depreciações são calculadas pelo método linear, pelos prazos mencionados na nota explicativa nº 14, que levam em consideração a vida útil dos bens e que são revisados anualmente.

As benfeitorias em imóveis de terceiros são depreciadas pelo menor prazo entre a vigência do contrato e a vida útil dos bens.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

j. Intangível

Os ativos intangíveis compreendem os ativos adquiridos de terceiros e são reconhecidos seguindo os critérios abaixo:

- Ágios por expectativa de rentabilidade futura (“ágio”) são demonstrados como ativo intangível pela diferença positiva entre o valor pago ou a pagar ao vendedor e o valor justo dos ativos identificados e dos passivos assumidos da entidade adquirida. Os ágios são testados anualmente para verificar a existência de eventuais reduções de valores recuperáveis. Os ágios são alocados aos segmentos de negócios, os quais representam o nível mais baixo em que o ágio é monitorado para fins de teste de recuperabilidade (vide nota explicativa nº 15.a).
- Outros ativos intangíveis adquiridos de terceiros, tais como *softwares*, tecnologia e direitos, são mensurados pelo valor pago na aquisição e são amortizados linearmente pelos prazos mencionados na nota explicativa nº 15, que levam em consideração sua vida útil e que são revisados anualmente.
- Os créditos de descarbonização (“CBIOS”) adquiridos são registrados pelo custo histórico no ativo intangível, aposentados no exercício para cumprimento da meta individual fixada pela Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (“ANP”) e não são amortizados. Estes ativos são utilizados para a liquidação da obrigação anual de descarbonização adotada pela Política Nacional de Biocombustíveis (“RenovaBio”), instituída pela Lei nº 13.576/2017, com regulamentação adicional instituída pelo Decreto nº 9.888/2019 e Portaria nº 419, de 20 de novembro de 2019, do Ministério de Minas e Energia.

A Sociedade e suas controladas não têm contabilizados ativos intangíveis que tenham sido gerados internamente. A Sociedade e suas controladas possuem ágios e marcas adquiridas em combinação de negócios que são avaliados como ativos intangíveis com vida útil indefinida (vide nota explicativa nº 15 itens a e e).

k. Demais ativos

Os demais ativos são demonstrados aos valores de custo ou de realização, dos dois o menor, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais incorridas, deduzidos de provisões para perdas e, se aplicável, ajustados a valor presente.

l. Passivos financeiros

Os passivos financeiros incluem fornecedores, demais contas a pagar, financiamentos, empréstimos, debêntures, arrendamentos a pagar e instrumentos financeiros derivativos utilizados como instrumentos de proteção. Os passivos financeiros são classificados como “passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado” ou “passivos financeiros mensurados ao custo amortizado”. Os passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado referem-se a instrumentos financeiros derivativos, bônus de subscrição - indenização e passivos financeiros designados como itens objeto de *hedge* de valor justo no reconhecimento inicial (vide nota explicativa nº 2.c – *hedge* de valor justo). Os passivos financeiros mensurados ao custo amortizado são demonstrados pelo valor inicial da transação acrescidos dos juros e líquidos das amortizações e custos de transação. Os juros são reconhecidos no resultado pelo método da taxa efetiva de juros.

Os custos de transação, incorridos e diretamente atribuíveis às atividades necessárias exclusivamente à consecução das transações de captação de recursos por meio da contratação de

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

financiamentos ou pela emissão de títulos de dívidas, bem como os prêmios na emissão de debêntures e outros instrumentos de dívida, são apropriados ao respectivo instrumento e amortizados no resultado levando em consideração o seu prazo, pelo método da taxa efetiva de juros (vide nota explicativa nº 16.h).

m. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido

O imposto de renda (“IRPJ”) e a contribuição social sobre o lucro líquido (“CSLL”), correntes e diferidos, são calculados com base nas suas alíquotas vigentes. Para o cálculo do IRPJ corrente é considerada também a parcela de incentivo fiscal. No encerramento do exercício social a parcela do lucro correspondente a essas subvenções para investimentos é destinada à constituição de reserva de incentivos fiscais no patrimônio líquido das controladas, e é excluída da base de cálculo dos dividendos e posteriormente capitalizada. Os tributos são reconhecidos com base nas taxas de IRPJ e CSLL previstas na legislação vigente na data de encerramento das informações trimestrais. As alíquotas vigentes no Brasil são de 25% para o IRPJ e de 9% para a CSLL. Para maiores informações sobre o reconhecimento e realização de IRPJ e CSLL vide nota explicativa nº 9.

Para fins de divulgação o ativo fiscal diferido foi compensado contra o passivo fiscal diferido de IRPJ e CSLL da mesma entidade tributável e da mesma autoridade tributária.

n. Provisão para retirada de tanques

Corresponde à obrigação de retirar os tanques subterrâneos de combustíveis de propriedade da Ipiranga localizados nos postos de sua marca após determinado prazo de utilização. O custo estimado da obrigação de retirada desses ativos é registrado como um passivo no momento em que os tanques são instalados. O custo estimado de retirada é acrescido ao valor do bem e depreciado durante a respectiva vida útil do bem. Os montantes reconhecidos como passivo são atualizados monetariamente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (“IPCA”) até que o tanque seja retirado (vide nota explicativa nº 21). O custo de retirada estimado é revisado anualmente ou quando ocorre mudança significativa no seu valor, sendo que as mudanças em relação ao custo estimado são reconhecidas no resultado quando se tornam conhecidas.

o. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são constituídas para os riscos que possuam valores estimáveis, nos quais a probabilidade de que uma obrigação exista é considerada mais provável do que não, com base na opinião dos administradores e consultores jurídicos internos e externos, e os montantes são registrados com base nas estimativas dos resultados dos desfechos dos processos (vide nota explicativa nº 22).

p. Benefícios pós-emprego

Os benefícios pós-emprego concedidos e a conceder a empregados, aposentados e pensionistas são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado por atuário independente e revisado pela administração, de acordo com o método do crédito unitário projetado (vide nota explicativa nº 20.b). Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes acumulados na conta “Ajustes de avaliação patrimonial”.

Ultrapar Participações S.A. e Controladas

Notas explicativas às informações trimestrais da controladora e consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

q. Demais passivos

Os demais passivos são demonstrados por montantes conhecidos ou calculáveis, acrescidos das variações monetárias e cambiais incorridas. Quando aplicável, os demais passivos são registrados a valor presente com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação.

r. Transações em moeda estrangeira

As transações da Sociedade e de suas controladas realizadas em moeda estrangeira são convertidas para a sua respectiva moeda funcional pela taxa de câmbio vigente na data de cada transação. Os ativos e passivos monetários em aberto são convertidos pela taxa de câmbio da data-base das informações trimestrais. O efeito da diferença entre essas taxas de câmbio é reconhecido no resultado financeiro até a conclusão de cada transação.

s. Base para conversão das informações trimestrais de controladas sediadas no exterior

s.1 Controladas com autonomia administrativa

Os ativos e passivos das controladas sediadas no exterior cuja moeda funcional é diferente do Real e que possuem autonomia administrativa são convertidos pela taxa de câmbio da data-base das informações trimestrais. As receitas e despesas são convertidas pela taxa de câmbio média de cada período e o patrimônio líquido é convertido pela taxa de câmbio histórica de cada movimentação do patrimônio líquido. Os ganhos e as perdas decorrentes das variações desses investimentos no exterior são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes acumulados na conta “Ajustes acumulados de conversão” e serão reconhecidos no resultado se e quando esses investimentos forem alienados. O saldo registrado em ajustes acumulados de conversão em 30 de junho de 2021 totalizou R\$ 194.157 de ganho cambial (R\$ 231.596 de ganho cambial em 31 de dezembro de 2020), vide nota explicativa nº 25.g.2.

As controladas sediadas no exterior, com moeda funcional diferente da Sociedade e que possuem autonomia administrativa, estão relacionadas abaixo:

<u>Controlada</u>	<u>Moeda funcional</u>	<u>País</u>
Oxiten México S.A. de C.V.	Peso Mexicano	México
Oxiten Servicios Corporativos S.A. de C.V.	Peso Mexicano	México
Oxiten Servicios Industriales S.A. de C.V.	Peso Mexicano	México
Oxiten USA LLC	Dólar norte-americano	Estados Unidos
Oxiten Uruguay S.A. (i)	Dólar norte-americano	Uruguai

(i) A controlada Oxiten Uruguay S.A. (“Oxiten Uruguay”) determinou sua moeda funcional em dólar norte-americano (“US\$”), considerando que suas vendas de estoques e compras de insumos, bem como suas atividades de financiamento, são realizadas substancialmente nesta moeda.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

s.2 Controladas sem autonomia administrativa

Os ativos e passivos das demais controladas no exterior, que não possuem autonomia administrativa, são considerados como atividades da sua investidora, sendo convertidos pela taxa de câmbio da data-base das informações trimestrais. Os ganhos e as perdas decorrentes de variações desses investimentos no exterior são reconhecidos diretamente no resultado financeiro. A perda reconhecida no resultado no período de seis meses findo em 30 de junho de 2021 totalizou R\$ 1.888 (ganho de R\$ 35.211 no período de seis meses findo em 30 de junho de 2020).

t. Uso de estimativas, premissas e julgamentos

Na preparação das informações trimestrais é necessário utilizar estimativas, premissas e julgamentos para a contabilização e divulgação de certos ativos, passivos e resultados. Para isso, a administração da Sociedade e de suas controladas utilizam as melhores informações disponíveis na data-base da preparação das informações trimestrais, bem como a experiência de eventos passados e correntes, considerando ainda pressupostos relativos a eventos futuros. As estimativas e premissas são revisadas periodicamente.

t.1 Julgamentos

As informações sobre os julgamentos realizados estão incluídas na: determinação de controle de sociedades controladas (notas explicativas nº 2.g, 2.s.l, 3 e 12.a), determinação de controle conjunto de empreendimentos controlados em conjunto (notas explicativas nº 2.g, 12.a e 12.b) e determinação de influência significativa sobre sociedades coligadas (notas explicativas nº 2.g e 12.c).

t.2 Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas às premissas e estimativas estão incluídas na: determinação do valor justo de instrumentos financeiros (notas explicativas nº 2.c, 2.l, 4, 16 e 33), determinação das perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa (notas explicativas nº 2.d, 5 e 33.d.3), determinação da provisão para perdas em estoques (notas explicativas nº 2.e e 6), as estimativas da realização de IRPJ e CSLL diferidos (notas explicativas nº 2.m e 9.a), vida útil e taxa de desconto de ativos de direitos de uso (notas explicativas nº 2.h e 13), vida útil do ativo imobilizado (notas explicativas nº 2.i e 14), vida útil do ativo intangível e valor de recuperação do ágio (notas explicativas nº 2.j e 15.a), provisão para retirada de tanques (notas explicativas nº 2.n e 21), provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas (notas explicativas nº 2.o e 22), estimativas para elaboração de laudo atuarial (notas explicativas nº 2.p e 20.b) e determinação do valor justo do bônus de subscrição – indenização (notas explicativas nº 24 e 33.j). O resultado das transações e informações quando da efetiva realização podem divergir das suas estimativas.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

u. Redução ao valor recuperável de ativos

A Sociedade e suas controladas revisam trimestralmente a existência de indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Para ativos intangíveis com vida útil indefinida a revisão é feita anualmente. Se houver alguma indicação a Sociedade e suas controladas estimam o valor recuperável do ativo. Os ativos que não são avaliados individualmente são agrupados no menor grupo de ativos que geram entrada de caixa de uso contínuo e que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos (unidades geradoras de caixa “UGC”). O valor recuperável desses ativos ou UGCs corresponde ao maior valor entre o seu valor justo líquido de despesas diretas de venda e o seu valor em uso.

O valor justo líquido de despesas diretas de venda é determinado pelo preço que seria recebido pela venda de um ativo em uma transação não forçada entre participantes do mercado, deduzidas das despesas com a remoção do ativo, gastos diretos incrementais para deixar o ativo em condição de venda, despesas legais e tributos.

Para avaliar o valor em uso foram consideradas as projeções de fluxos de caixa futuros, tendências e perspectivas, assim como os efeitos de obsolescência, demanda, concorrência e outros fatores econômicos. Tais fluxos são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC avaliados. Nos casos em que o valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados é menor que o seu valor contábil a perda por irrecuperabilidade é reconhecida pelo montante em que o valor contábil excede o valor justo desses ativos. Perdas por redução ao valor recuperável de ativos são reconhecidas no resultado. Na existência de ágio alocado na UGC à qual os ativos pertencem as perdas reconhecidas referentes às UGCs são primeiramente alocadas na redução do correspondente ágio. Se o ágio não for suficiente para absorver tais perdas o excedente será alocado aos demais ativos de forma pró-rata. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não pode ser revertida. Para outros ativos as perdas de valor recuperável são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

Em 30 de junho de 2021, a Sociedade registrou redução ao valor recuperável de ativos para a controlada Imifarma Produtos Farmacêuticos e Cosméticos S.A. (“Extrafarma”) no montante de R\$ 394.675 e efeitos de IRPJ e CSLL diferidos de R\$ 86.007, resultando numa perda líquida de R\$ 308.668 (vide nota explicativa nº 3.c.1).

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

v. Combinação de negócios

Uma combinação de negócios é contabilizada utilizando-se o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela contraprestação transferida e a transferir, avaliada pelo valor justo na data de aquisição. Na aquisição de um negócio são avaliados os ativos adquiridos e os passivos assumidos, com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição. A participação de não controladores na sociedade adquirida é mensurada com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na sociedade adquirida. O ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida e a transferir em relação ao valor justo dos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis e passivos assumidos, líquidos). Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio é alocado ao segmento de negócios da Sociedade. Quando o custo de uma aquisição for menor que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, o ganho é reconhecido diretamente na demonstração do resultado do período. Custos relacionados com aquisições são contabilizados no resultado do período quando incorridos. No período findo em 30 de junho de 2021 não houve combinação de negócios.

w. Demonstrações de valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado são apresentadas como parte integrante das informações trimestrais aplicáveis às companhias abertas, conforme Lei 11.638/07, enquanto que para *International Financial Reporting Standards* (“IFRS”) representam informação financeira suplementar.

x. Demonstrações dos fluxos de caixa

A Sociedade e suas controladas apresentam os juros pagos sobre empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos a pagar nas atividades de financiamentos e apresentam as aplicações financeiras em bases líquidas dos resgates nas atividades de investimentos.

y. Adoção dos pronunciamentos emitidos pelo CPC e IASB

Não existem normas, emendas às normas e interpretações aos IFRS emitidos pelo IASB que sejam efetivas e que poderiam ter impacto significativo nas informações trimestrais de 30 de junho de 2021 que não tenham sido adotadas pela Sociedade.

Algumas controladas da Sociedade possuem dívidas e instrumentos derivativos indexados à LIBOR (vide notas explicativas nº 16.c.1, nº 16.d e nº 33.g). Com o intuito de estar preparada para a transição das IBORs a Sociedade está monitorando os pronunciamentos das autoridades, bem como as medidas que vem sendo adotadas, visando à adaptação dos diversos instrumentos financeiros aos novos benchmarks. Atualmente não existem impactos da alteração da LIBOR nas operações da Sociedade.

z. Autorização para a emissão das informações trimestrais

A autorização para a emissão destas informações trimestrais foi dada pelo CA da Sociedade em 11 de agosto de 2021.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

3 Princípios de consolidação e participações societárias

a. Princípios de consolidação

Na elaboração das informações trimestrais consolidadas foram eliminadas as participações de uma sociedade em outra, os saldos das contas ativas e passivas, as transações de receitas, custos e despesas, bem como os efeitos decorrentes das operações realizadas entre as sociedades. A participação dos acionistas não controladores das controladas é apresentada como parte do patrimônio líquido e do lucro líquido consolidados.

A consolidação de uma controlada se inicia quando a Sociedade obtém o controle direto ou indireto de uma companhia e se encerra quando deixa de ter este controle. As receitas e despesas de uma controlada adquirida estão incluídas na demonstração de resultado e do resultado abrangente consolidado a partir da data em que a Sociedade obtém o seu controle. As receitas e despesas de uma controlada em que sua controladora deixa de ter o controle estão incluídas na demonstração do resultado e do resultado abrangente consolidado até a data em que ocorre a perda de controle.

Quando necessário são efetuados ajustes às informações trimestrais das controladas para adequação das mesmas às práticas contábeis da Sociedade.

Ultrapar Participações S.A. e Controladas

Notas explicativas às informações trimestrais da controladora e consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

b. Participações societárias

As informações trimestrais consolidadas incluem as controladas diretas e indiretas, compreendendo:

	Localidade	Segmento	% participação no capital social			
			30/06/2021		31/12/2020	
			Controle		Controle	
			Direto	Indireto	Direto	Indireto
Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	Brasil	Ipiranga	100	-	100	-
am/pm Comestíveis Ltda.	Brasil	Ipiranga	-	100	-	100
Icorban - Correspondente Bancário Ltda.	Brasil	Ipiranga	-	100	-	100
Ipiranga Trading Limited	Ilhas Virgens Britânicas	Ipiranga	-	100	-	100
Tropical Transportes Ipiranga Ltda.	Brasil	Ipiranga	-	100	-	100
Ipiranga Imobiliária Ltda.	Brasil	Ipiranga	-	100	-	100
Ipiranga Logística Ltda.	Brasil	Ipiranga	-	100	-	100
Oil Trading Importadora e Exportadora Ltda.	Brasil	Ipiranga	-	100	-	100
Iconic Lubrificantes S.A.	Brasil	Ipiranga	-	56	-	56
Integra Frotas Ltda.	Brasil	Ipiranga	-	100	-	100
Companhia Ultragaz S.A.	Brasil	Ultragaz	-	99	-	99
Ultragaz Comercial Ltda.	Brasil	Ultragaz	-	100	-	100
Nova Paraná Distribuidora de Gás Ltda. ⁽¹⁾	Brasil	Ultragaz	-	100	-	100
Utingás Armazenadora S.A. ⁽²⁾	Brasil	Ultragaz	-	57	-	57
Bahiana Distribuidora de Gás Ltda.	Brasil	Ultragaz	-	100	-	100
LPG International Inc.	Ilhas Cayman	Ultragaz	-	100	-	100
Imaven Imóveis Ltda.	Brasil	Outros	-	100	-	100
Imifarma Produtos Farmacêuticos e Cosméticos S.A. ⁽³⁾	Brasil	Extrafarma	-	100	-	100
UVC Investimentos Ltda ⁽⁴⁾	Brasil	Outros	-	99	-	99
Centro de Conveniências Millennium Ltda. e subsidiárias ⁽⁵⁾	Brasil	Ipiranga	100	-	100	-
Oxiteno S.A. Indústria e Comércio	Brasil	Oxiteno	100	-	100	-
Oxiteno Argentina Sociedad de Responsabilidad Ltda.	Argentina	Oxiteno	-	100	-	100
Oleoquímica Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda.	Brasil	Oxiteno	-	100	-	100
Oxiteno Uruguai S.A.	Uruguai	Oxiteno	-	100	-	100
Oxiteno México S.A. de C.V.	México	Oxiteno	-	100	-	100
Oxiteno Servicios Corporativos S.A. de C.V.	México	Oxiteno	-	100	-	100
Oxiteno Servicios Industriales S.A. de C.V.	México	Oxiteno	-	100	-	100
Oxiteno USA LLC	Estados Unidos	Oxiteno	-	100	-	100
Global Petroleum Products Trading Corp.	Ilhas Virgens Britânicas	Oxiteno	-	100	-	100
Oxiteno Europe SPRL	Bélgica	Oxiteno	-	100	-	100
Oxiteno Colombia S.A.S.	Colômbia	Oxiteno	-	100	-	100
Oxiteno Shanghai LTD.	China	Oxiteno	-	100	-	100
Empresa Carioca de Produtos Químicos S.A.	Brasil	Oxiteno	-	100	-	100
Ultracargo - Operações Logísticas e Participações Ltda.	Brasil	Ultracargo	100	-	100	-
Ultracargo Logística S.A. ⁽⁶⁾	Brasil	Ultracargo	-	99	-	99
TEAS – Terminal Exportador de Álcool de Santos Ltda.	Brasil	Ultracargo	-	100	-	100
Tequimar Vila do Conde Logística Portuária S.A.	Brasil	Ultracargo	-	100	-	100
Ultrapar Internacional S.A.	Luxemburgo	Outros	100	-	100	-
SERMA - Ass. dos usuários equip. proc. de dados	Brasil	Outros	-	100	-	100
UVC - Fundo de investimento em participações multiestratégia investimento no exterior ⁽⁷⁾	Brasil	Outros	100	-	100	-
Eai Clube Automobilista S.A. ⁽⁸⁾	Brasil	Abastece aí	100	-	100	-

Os percentuais da tabela acima estão arredondados.

- (1) Empresa não operacional em fase de extinção.
- (2) Em outubro de 2020 houve alteração na participação do capital da empresa Utingás que passou a ser controlada pela Companhia Ultragaz S.A. (“Cia. Ultragaz”).
- (3) Em 18 de maio de 2021, a Sociedade anunciou a assinatura de contrato para a venda da totalidade das ações da Extrafarma para a Empreendimentos Pague Menos S.A. (“Pague Menos”). Para maiores detalhes vide nota explicativa nº 3.c.1.
- (4) Companhia constituída em janeiro de 2020 com o objetivo de prestar serviços de avaliação, gestão empresarial e assessoria financeira à UVC – Fundo de investimento em participações multiestratégia investimento no exterior (“UVC – Fundo de investimento”). Em setembro de 2020 a razão social da companhia foi alterada para UVC Investimentos Ltda (“UVC Investimentos”).
- (5) Em maio de 2020 houve alteração na participação do capital da empresa Millennium que passou a ser controlada direta da Sociedade.
- (6) Em abril de 2021 a razão social da controlada Terminal Químico de Aratu S.A - Tequimar foi alterada para Ultracargo Logística S.A. (“Ultracargo Logística”).
- (7) Fundo constituído em janeiro de 2020, o UVC tem como objetivo investir em empresas promissoras que possam alavancar ou sejam complementares aos negócios da Sociedade, além de apoiar o mapeamento e compartilhamento de startups e novas tecnologias.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

⁽⁸⁾ Companhia criada em julho de 2020, voltada a pagamentos digitais e varejo eletrônico, unindo o aplicativo “Abastece aí” e o programa de fidelidade “Km de Vantagens”.

c. Reorganizações societárias

Em consistência com o que vem informando aos seus acionistas e ao mercado de capitais a Sociedade está em processo de revisão de seu portfólio de negócios, buscando maior complementariedade e sinergias, com investimentos centrados nas oportunidades existentes na cadeia *downstream* de óleo e gás no Brasil, na qual possui forte escala operacional e conta com vantagens competitivas estruturais, permitindo maior eficiência e potencial de geração de valor. O foco da gestão e a redução da alavancagem são benefícios adicionais da transação para a Sociedade. Neste contexto, a Sociedade anunciou as assinaturas dos contratos descritos abaixo:

c.1 Contrato de compra e venda de ações da Imifarma e outras avenças

Em 18 de maio de 2021 a Sociedade anunciou a assinatura de contrato para a venda da totalidade das ações da Extrafarma para a Pague Menos. O valor total da venda (EV – *enterprise value*) é de R\$ 700 milhões, sujeito a ajustes em razão principalmente das variações de capital de giro e da posição da dívida líquida da Extrafarma na data de fechamento da transação.

O pagamento da transação será em três parcelas: 50% na data de fechamento e 25% em cada aniversário de um e dois anos do fechamento, com fiança prestada por acionista da Pague Menos como garantia para as duas últimas parcelas. A consumação da transação está sujeita a determinadas condições usuais em negócios desta natureza, incluindo aprovação pelas autoridades concorrenciais brasileiras e pela assembleia geral de acionistas da Pague Menos, nos termos do artigo 256 da Lei das S.A., a ser oportunamente convocada pela empresa compradora, já referendada por seu acionista controlador. Foi concedido, ainda, direito de preferência aos acionistas da Sociedade que desejassem adquirir ações da Extrafarma, na proporção das respectivas participações no capital social da Sociedade e pelo mesmo preço por ação a ser pago pela Pague Menos, nos termos do artigo 253 da Lei das S.A. Os acionistas da Sociedade que exerceram tal direito passarão a ser acionistas também da Extrafarma após o fechamento da transação. A Sociedade realizou assembleia geral de acionistas em 25 de junho de 2021 na qual foi formalizado o oferecimento do referido direito de preferência, com o detalhamento do procedimento para o seu eventual exercício. O prazo para exercício foi finalizado em 29 de julho de 2021 e o total exercido foi inferior a 1% do capital da Sociedade.

A Extrafarma e a Pague Menos manterão o curso normal de seus negócios de maneira independente até o fechamento da transação. A transação será altamente provável, para fins de classificação como “ativos e passivos mantidos para venda”, após as aprovações pelas autoridades concorrenciais brasileiras, momento no qual as incertezas serão eliminadas para a reorganização societária e separação dos ativos e passivos que serão vendidos.

A Sociedade realizou em 30 de junho de 2021 o teste de recuperabilidade de ativos “*impairment*” levando-se em consideração o valor da transação e reconheceu uma redução no valor dos ativos da controlada no montante de R\$ 308.668, líquido de efeitos de IRPJ e CSLL diferidos, conforme alocação abaixo:

Ultrapar Participações S.A. e Controladas

Notas explicativas às informações trimestrais da controladora e consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

	Nota explicativa	Valor
Ágio	15	68.273
Intangíveis decorrentes de combinação de negócios	15	77.004
Imobilizado	14	66.913
Ativos de direito de uso	13	24.212
Tributos a recuperar	7.a.1	<u>158.273</u>
Total da provisão para redução ao valor recuperável de ativos		394.675
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9.a, b e d	<u>(86.007)</u>
Redução líquida		<u><u>308.668</u></u>

c.2 Contrato de compra e venda de ações da ConectCar

Em 25 de junho de 2021 a Sociedade anunciou a assinatura de contrato para a venda de sua participação na ConectCar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A. (“ConectCar”), por meio de sua controlada Ipiranga Produtos de Petróleo S.A. (“IPP”), para a Porto Seguro S.A., por meio de sua subsidiária Portoseg S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento.

A ConectCar, criada em 2012, atua no segmento de pagamento eletrônico de pedágios e estacionamentos. Atualmente é controlada pela IPP e pela Redecard S.A., pertencente ao Itaú Unibanco Holding S.A., ambas com participações iguais de 50%. Além de contribuir para um portfólio de negócios mais complementar e sinérgico, com benefícios adicionais de maior foco de gestão e rentabilidade da Companhia, a venda da ConectCar também contribui para a concentração de esforços e investimentos no Abastece aí, que combina o app abastece aí e o programa de fidelidade Km de Vantagens em uma plataforma de pagamentos e relacionamento digital focada no ecossistema do automobilista integralmente controlada pela Sociedade.

O valor da venda da participação de 50% da controlada IPP é de R\$ 165 milhões, sujeito a ajustes principalmente de variações de capital de giro e da posição da dívida líquida da ConectCar na data de fechamento da transação. A consumação da transação está sujeita a determinadas condições usuais em transações desta natureza, incluindo aprovação pelas autoridades concorrenciais e regulatórias brasileiras. O pagamento será realizado em parcela única após o cumprimento das principais condições precedentes, na data de fechamento da transação.

A ConectCar e a Porto Seguro manterão o curso normal de seus negócios de maneira independentes até o fechamento da transação. A transação será considerada altamente provável, para fins de classificação como “ativos e passivos mantidos para venda”, após as aprovações sem restrições pelas autoridades concorrenciais e regulatórias brasileiras, momento em que as principais condições precedentes para a consumação da transação terão sido cumpridas. No dia 29 de julho de 2021 foi publicada a aprovação sem restrições por parte do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (“CADE”), permanecendo pendente a aprovação sem restrições por parte do Banco Central do Brasil (“BACEN”).

As informações trimestrais da ConectCar estão apresentadas na nota explicativa nº 12.b.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

4 Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos de proteção

Os equivalentes de caixa e aplicações financeiras, exceto caixa e bancos, estão representados, substancialmente, por recursos aplicados: (i) no Brasil, em títulos privados de instituições financeiras vinculados à taxa de juros dos Depósitos Interbancários (“DI”), operações compromissadas, letras financeiras e em fundos de investimentos de curto prazo, de carteira composta por títulos públicos federais do governo brasileiro e títulos privados de instituições financeiras; (ii) no exterior, em títulos privados de instituições financeiras e em fundos de investimento de curto prazo, de carteira composta por títulos públicos federais; e (iii) em instrumentos de proteção cambial e de juros.

Os ativos financeiros foram classificados na nota explicativa nº 33.j conforme o modelo de gerenciamento de ativos financeiros da Sociedade e suas controladas.

Os saldos de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras (consolidado) totalizaram R\$ 6.978.740 em 30 de junho de 2021 (R\$ 8.672.160 em 31 de dezembro de 2020) e estão distribuídos conforme abaixo:

a. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa estão apresentados conforme abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
Caixa e bancos				
Em moeda nacional	3.705	9.419	464.992	285.306
Em moeda estrangeira	-	-	97.578	119.775
Aplicações financeiras consideradas equivalentes de caixa				
Em moeda nacional				
Títulos privados de renda fixa	-	939.230	2.273.358	2.241.852
Em moeda estrangeira				
Títulos de renda fixa	-	-	24.359	14.561
Total de caixa e equivalentes de caixa	<u>3.705</u>	<u>948.649</u>	<u>2.860.287</u>	<u>2.661.494</u>

Ultrapar Participações S.A. e Controladas

Notas explicativas às informações trimestrais da controladora e consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

b. Aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos de proteção

As aplicações financeiras que não são classificadas como caixa e equivalentes de caixa estão apresentadas conforme abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
Aplicações financeiras				
Em moeda nacional				
Títulos e fundos de renda fixa	214.302	88.100	1.793.838	3.749.852
Em moeda estrangeira				
Títulos e fundos de renda fixa	-	-	1.462.369	1.278.940
Resultado de instrumentos de proteção cambial e de juros (a)	-	-	862.246	981.874
Total de aplicações financeiras	214.302	88.100	4.118.453	6.010.666
Circulante	214.302	88.100	3.355.993	5.033.258
Não circulante	-	-	762.460	977.408

(a) Ganhos acumulados, líquidos de imposto de renda (vide nota explicativa nº 33.i).

5 Contas a receber e financiamentos a clientes (Consolidado)

a. Contas a receber de clientes

A composição das contas a receber de clientes é demonstrada conforme a seguir:

	30/06/2021	31/12/2020
Clientes nacionais	3.878.914	3.443.641
Clientes nacionais - partes relacionadas (vide nota explicativa nº 8.a.2)	-	151
Clientes estrangeiros	381.993	326.442
Clientes estrangeiros - partes relacionadas (vide nota explicativa nº 8.a.2)	1.422	2.984
(-) Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(375.541)	(382.096)
	3.886.788	3.391.122
Circulante	3.819.996	3.318.927
Não circulante	66.792	72.195

Ultrapar Participações S.A. e Controladas

Notas explicativas às informações trimestrais da controladora e consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

A composição dos saldos de contas a receber de clientes brutos de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa é demonstrada abaixo:

	Total	A vencer	Vencidos				
			< 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	> 180 dias
30/06/2021	4.262.329	3.485.430	133.811	29.647	13.458	40.001	559.982
31/12/2020	3.773.218	2.963.163	124.606	27.970	21.389	47.169	588.921

A composição das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa é demonstrada abaixo:

	Total	A vencer	Vencidos				
			< 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	> 180 dias
30/06/2021	375.541	20.660	1.703	1.874	1.673	14.284	335.347
31/12/2020	382.096	21.219	2.154	1.751	2.233	13.378	341.361

A movimentação da provisão de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa é assim demonstrada:

Saldo em 31 de dezembro de 2020	382.096
Adições	124.623
Reversões	(127.035)
Baixas	(4.143)
Saldo em 30 de junho de 2021	<u>375.541</u>

Para maiores informações sobre a provisão de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa vide nota explicativa nº 33.d.3.

Ultrapar Participações S.A. e Controladas

Notas explicativas às informações trimestrais da controladora e consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

b. Financiamentos a clientes

A composição dos financiamentos a clientes é demonstrada conforme a seguir:

	30/06/2021	31/12/2020
Financiamentos a clientes – Ipiranga	1.174.646	1.165.395
(-) Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	<u>(197.471)</u>	<u>(197.011)</u>
	<u>977.175</u>	<u>968.384</u>
Circulante	543.152	549.129
Não circulante	434.023	419.255

A composição dos saldos de financiamentos a clientes brutos de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa é demonstrada abaixo:

	Total	A vencer	Vencidos				
			< 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias > 180 dias	
30/06/2021	1.174.646	789.252	17.593	8.188	13.779	24.724	321.110
31/12/2020	1.165.395	787.904	10.230	15.237	21.200	28.989	301.835

A composição das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa é demonstrada abaixo:

	Total	A vencer	Vencidos				
			< 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias > 180 dias	
30/06/2021	197.471	19.903	1.138	677	993	14.217	160.543
31/12/2020	197.011	22.872	785	1.812	2.397	14.684	154.461

A movimentação da provisão de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa é assim demonstrada:

Saldo em 31 de dezembro de 2020	197.011
Adições	42.141
Reversões	(41.304)
Baixas	<u>(377)</u>
Saldo em 30 de junho de 2021	<u>197.471</u>

Para maiores informações sobre a provisão de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa vide nota explicativa nº 33.d.3.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

6 Estoques (Consolidado)

A composição dos estoques é demonstrada conforme a seguir:

	30/06/2021			31/12/2020		
	Custo	Provisão para perdas	Saldo líquido	Custo	Provisão para perdas	Saldo líquido
Combustíveis, lubrificantes e graxas	2.435.871	(3.144)	2.432.727	1.682.841	(5.344)	1.677.497
Produtos acabados	795.108	(20.472)	774.636	646.180	(22.281)	623.899
Produtos em elaboração	2.915	-	2.915	1.450	-	1.450
Matérias-primas	672.310	(2.063)	670.247	568.185	(1.827)	566.358
Gás liquefeito de petróleo - GLP	118.231	(5.761)	112.470	110.767	(5.761)	105.006
Materiais de consumo e outros itens para revenda	154.141	(3.390)	150.751	129.559	(2.598)	126.961
Medicamentos, produtos de higiene, beleza e cosméticos	509.858	(2.222)	507.636	521.689	(2.611)	519.078
Compra para entrega futura ⁽¹⁾	210.811	(463)	210.348	198.986	(464)	198.522
Imóveis para revenda	27.173	(107)	27.066	27.532	(107)	27.425
	<u>4.926.418</u>	<u>(37.622)</u>	<u>4.888.796</u>	<u>3.887.189</u>	<u>(40.993)</u>	<u>3.846.196</u>

⁽¹⁾ Refere-se substancialmente a etanol e biodiesel e adiantamentos para aquisição de combustíveis.

A movimentação da provisão para perdas em estoques é assim demonstrada:

Saldo em 31 de dezembro de 2020	40.993
Adição de provisão para ajuste ao valor de realização	1.075
Reversão de provisão para obsolescência e outras perdas	(4.446)
Saldo em 30 de junho de 2021	<u>37.622</u>

A composição da provisão para perdas em estoques é demonstrada abaixo:

	30/06/2021	31/12/2020
Ajuste ao valor de realização	18.563	17.488
Obsolescência e outras perdas	19.059	23.505
Total	<u>37.622</u>	<u>40.993</u>

Ultrapar Participações S.A. e Controladas

Notas explicativas às informações trimestrais da controladora e consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

7 Tributos a recuperar

a. Impostos a recuperar (Consolidado)

Estão representados substancialmente por saldos credores do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS e do Programa de Integração Social - PIS.

	30/06/2021	31/12/2020
ICMS (a.1)	1.088.142	1.129.325
PIS e COFINS (a.2) (a.3)	1.379.141	1.297.029
Imposto sobre Valor Adicionado - IVA das controladas no exterior	24.096	35.600
Outros	42.137	57.704
Total	<u>2.533.516</u>	<u>2.519.658</u>
Circulante	1.069.766	1.044.850
Não circulante	1.463.750	1.474.808

a.1 O ICMS a recuperar líquido da provisão para perdas está substancialmente relacionado às seguintes controladas e operações:

- (i) As controladas Oxiteno S.A. Indústria e Comércio (“Oxiteno S.A”), Empresa Carioca de Produtos Químicos S.A. (“EMCA”) e Oleoquímica Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda. (“Oleoquímica”) acumularam créditos no montante de R\$ 255.213 (R\$ 195.037 em 31 de dezembro de 2020) uma vez que realizaram preponderantemente operações de exportação, de saída interestadual ou com diferimento de ICMS para produtos adquiridos dentro do Estado da Bahia;
- (ii) As controladas IPP, Bahiana Distribuidora de Gás Ltda. (“Bahiana”), Cia. Ultragaz, AMPM e Iconic Lubrificantes S.A. (“Iconic”) possuem créditos no montante de R\$ 797.269 (R\$ 754.882 em 31 de dezembro de 2020) constituídos, principalmente, pelas seguintes naturezas: a) transações de entradas e saídas de produtos sujeitos à tributação do ICMS próprio; b) saídas interestaduais de produtos derivados de petróleo cujo ICMS foi antecipado pelo fornecedor (Petróleo Brasileiro S.A. (“Petrobras”)), no caso das controladas IPP, Bahiana e Cia. Ultragaz e c) créditos de restituições da parcela do ICMS substituição tributária paga a maior quando é utilizada base de cálculo presumida superior à da operação efetiva praticada pela controlada IPP;
- (iii) A controlada Extrafarma possui créditos no montante de R\$ 193.933, sendo reduzido para R\$ 35.660 em função da alocação parcial da provisão para redução ao valor recuperável de ativos (R\$ 179.405 em 31 de dezembro de 2020) oriundos das antecipações de ICMS e ICMS-ST (substituição tributária) em operações de entrada e saída de mercadorias realizadas pelos seus centros de distribuição, majoritariamente no Norte e Nordeste, bem como das restituições da parcela do ICMS-ST pago a maior quando é utilizada base de cálculo presumida superior à da operação efetiva.

Ultrapar Participações S.A. e Controladas

Notas explicativas às informações trimestrais da controladora e consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Os valores de ICMS a recuperar são realizados pelas próprias operações tributadas, sendo um crédito rotativo, ou seja, mensalmente créditos são consumidos pelas saídas e novos créditos são gerados pelas entradas, bem como pela restituição por parte do Estado sobre operações de substituição tributária. A administração estima a realização dos créditos classificados no ativo não circulante no prazo médio de até 10 anos.

A estimativa de recuperação dos créditos de ICMS é assim demonstrada:

Até 1 ano	514.141
De 1 ano a 2 anos	316.211
De 2 anos a 3 anos	190.103
De 3 anos a 5 anos	<u>67.687</u>
Total do ICMS a recuperar líquido de provisão	<u>1.088.142</u>

A provisão para perdas de ICMS, no montante de R\$ 218.904 (R\$ 52.338 em 31 de dezembro de 2020), refere-se aos saldos credores das controladas cujos prazos de realização ultrapassam os prazos determinados em suas políticas e pela alocação da provisão para redução ao valor recuperável de ativos no montante de R\$ 158.273 da controlada Extrafarma (vide nota explicativa nº 3.c.1).

a.2 O saldo de PIS e COFINS refere-se, majoritariamente, aos créditos apropriados nos termos das Leis nos 10.637/2002 e 10.833/2003 no montante de R\$ 635.819 (R\$ 651.051 em 31 de dezembro de 2020), cujo consumo ocorrerá por meio da compensação com débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (“SRF”) em um prazo estimado pela administração de 2 anos. As controladas IPP, Extrafarma, Tropical Transportes Ipiranga Ltda (“Tropical”), EMCA, Oleoquímica e Oxiteno S.A. possuem créditos no montante de R\$ 743.322 (R\$ 645.978 em 31 de dezembro de 2020) oriundos de decisão favorável sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo de PIS e COFINS (vide item a.3 abaixo). Para esses casos, a administração estima a realização desses créditos no prazo de até 5 anos.

O saldo credor de PIS e COFINS é realizado por meio da quitação de débitos próprios em meses subsequentes ou com outros débitos administrados pela Receita Federal e previdência social para casos que a legislação permite.

a.3 Em 15 de março de 2017, em sede de repercussão geral, o STF decidiu que o ICMS não compõe a base de cálculo do PIS e da COFINS. Após apresentação de Embargos de Declaração da União, o STF se pronunciou definitivamente sobre a tese em 13 de maio de 2021, reafirmando a exclusão do ICMS destacado da base de cálculo do PIS e da COFINS e modulando os efeitos da decisão para os processos ajuizados após 15 de março de 2017. Certas controladas possuem créditos oriundos de decisões favoráveis sobre a exclusão do ICMS da base de cálculo de PIS e COFINS (vide nota explicativa nº 22.d), tendo sido os respectivos subsídios de comprovação dos valores a restituir devidamente confirmados pela administração e registrados em resultado, até o presente período de 2021, o montante de R\$ 953.834, sendo R\$ 542.059 de principal e R\$ 411.775 de atualização monetária (R\$ 746.962, sendo R\$ 409.019 de principal e R\$ 337.943 de atualização monetária até 2020).

Ultrapar Participações S.A. e Controladas

Notas explicativas às informações trimestrais da controladora e consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

A estimativa de recuperação dos créditos do PIS e da COFINS é assim demonstrada:

Até 1 ano	489.391
De 1 ano a 2 anos	766.019
De 2 anos a 3 anos	87.884
De 3 anos a 5 anos	35.847
Total do PIS e da COFINS a recuperar	1.379.141

b. Imposto de renda e contribuição social a recuperar

Trata-se de IRPJ e CSLL a ser recuperado pela Sociedade e suas controladas, decorrente das antecipações realizadas a maior em períodos anteriores, sendo que a administração estima a realização desses créditos no prazo de até 5 anos.

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
IRPJ e CSLL	77.303	87.359	546.797	627.285
Circulante	37.858	47.913	353.374	366.080
Não circulante	39.445	39.446	193.423	261.205

8 Partes relacionadas

a. Sociedades relacionadas

Os saldos e as transações da Sociedade com suas partes relacionadas são divulgados abaixo:

a.1 Controladora

	Ativo		Passivo		Resultado Financeiro
	Debêntures	Demais contas a receber	Sociedades relacionadas	Demais contas a pagar	
Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	402.790 ⁽²⁾	50.065	-	-	7.789 ⁽²⁾
Cia Ultragaz S.A.	-	9.806	-	6.812	-
Imifarma Produtos Farmacêuticos e Cosméticos S.A.	-	6.276	4.804	87	-
Oxiten S.A. Indústria e Comércio	-	6.492	-	548	-
Ultracargo Logística S.A.	-	2.711	-	-	-
Eaí Clube Automobilista S.A.	-	128	-	-	-
UVC Investimentos Ltda	-	69	-	-	-
am/pm Comestíveis Ltda.	-	17	-	-	-
Iconic Lubrificantes S/A	-	10	-	-	-
SERMA - Ass. dos usuários equip. proc. de dados	-	-	-	7.727	-
Outros	-	-	-	33	-
Total em 30 de junho de 2021	402.790	75.574	4.804	15.207	7.789

Ultrapar Participações S.A. e Controladas

Notas explicativas às informações trimestrais da controladora e consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

	Ativo		Passivo		Resultado Financeiro
	Debêntures	Demais contas a receber	Sociedades relacionadas	Demais contas a pagar	
Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	753.459 ⁽¹⁾	15.545	-	-	15.278 ⁽¹⁾
Cia Ultragaz S.A.	-	10.147	-	8.469	-
SERMA - Ass. dos usuários equip. proc. de dados	-	9.635	-	-	-
Imifarma Produtos Farmacêuticos e Cosméticos S.A.	-	3.785	5.272	142	-
Oxiten S.A. Indústria e Comércio	-	4.476	-	548	-
Centro de Conveniências Millennium Ltda.	-	3.700	-	-	-
Ultracargo Logística S.A.	-	1.695	-	277	-
Bahiana Distribuidora de Gás Ltda.	-	831	-	-	-
UVC Investimentos Ltda	-	69	-	-	-
Eaí Clube Automobilista S.A.	-	-	-	35	-
am/pm Comestíveis Ltda.	-	13	-	-	-
Total em 31 de dezembro de 2020	<u>753.459</u>	<u>49.896</u>	<u>5.272</u>	<u>9.471</u>	
Total em 30 de junho de 2020					<u>15.278</u>

⁽¹⁾ Em março de 2016 a controlada IPP efetuou sua segunda emissão privada de debêntures, em série única de 75 debêntures simples ao valor nominal de R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de Reais) cada, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, com vencimento final em 31 de março de 2021 e remuneração semestral vinculada ao DI sendo que sua totalidade foi subscrita pela Ultrapar. As debêntures foram liquidadas na data do vencimento.

⁽²⁾ Em março de 2021 a controlada IPP efetuou a sua nona emissão privada de debêntures, em série única de 400.000 debêntures ao valor nominal de R\$ 1.000,00 (mil Reais) cada, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, com vencimento final em 31 de março de 2024 e remuneração semestral vinculada ao DI sendo que sua totalidade foi subscrita pela Ultrapar.

a.2 Consolidado

Os saldos e as transações entre a Sociedade e suas controladas e entre controladas foram eliminados na consolidação e não são divulgados nesta nota explicativa. Os saldos e as transações entre a Sociedade e suas controladas com outras partes relacionadas são divulgados abaixo:

	Mútuos	
	Ativo	Passivo
Química da Bahia Indústria e Comércio S.A. ⁽¹⁾	-	2.875
Routeasy Serviços de Assessoria Logística Ltda ⁽²⁾	2.409	-
HS Intermediação de Compras Coletivas e Tecnologia Ltda ⁽³⁾	5.000	-
Voltz Co Ltd ⁽⁴⁾	5.009	-
ConectCar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A. ⁽⁵⁾	9.321	-
Outros ⁽¹⁾	490	707
Total em 30 de junho de 2021	<u>22.229</u>	<u>3.582</u>

Ultrapar Participações S.A. e Controladas

Notas explicativas às informações trimestrais da controladora e consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

	Mútuos	
	Ativo	Passivo
Química da Bahia Indústria e Comércio S.A. ⁽¹⁾	-	2.875
Routeasy Serviços de Assessoria Logística Ltda ⁽²⁾	2.334	-
Outros ⁽¹⁾	490	836
Total em 31 de dezembro de 2020	2.824	3.711

- (1) Os mútuos contratados possuem prazos indeterminados e não contêm cláusulas de remuneração.
- (2) O mútuo contratado possui prazo de 36 meses, podendo ser prorrogado de comum acordo entre as partes, sendo remunerado pelo DI acrescido de 3% a.a.
- (3) O mútuo contratado possui prazo de 24 meses, podendo ser prorrogado de comum acordo entre as partes, e não contém cláusula de remuneração.
- (4) O mútuo contratado foi realizado em moeda estrangeira (dólar), possui prazo de 36 meses, podendo ser prorrogado de comum acordo entre as partes, sendo remunerado pelo DI acrescido de 3% a.a.
- (5) O mútuo contratado possui prazo de 36 meses, podendo ser prorrogado de comum acordo entre as partes, e não contém cláusula de remuneração. A outra acionista da ConectCar emprestou o mesmo montante, sob as mesmas condições.

	Operações comerciais						
	Contas a receber ⁽¹⁾	Direito de uso de ativos	Fornecedores ⁽¹⁾	Arrendamentos a pagar	Vendas e serviços prestados	Compras	Despesas
Oxicap Indústria de Gases Ltda.	-	-	1.469	-	272	8.441	-
Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.	-	-	148.809	-	-	304.996	-
ConectCar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A.	-	-	139	-	600	38	-
LA'7 Participações e Empreend. Imob. Ltda. (a)	-	10.808	-	10.392	-	-	1.088
Chevron (Thailand) Limited	4	-	6	-	246	407	-
Chevron Lubricants Lanka PLC	117	-	-	-	164	-	-
Chevron Lubricants Oils S.A.	-	-	51	-	415	-	-
Chevron Marine Products	1.301	-	-	-	4.475	-	-
Chevron Oronite Brasil LTDA.	-	-	44.929	-	-	81.193	-
Chevron Products Company	-	-	84.871	-	-	332.106	-
Chevron Belgium NV	-	-	990	-	-	3.861	-
Total em 30 de junho de 2021	1.422	10.808	281.264	10.392	6.172	731.042	1.088

Ultrapar Participações S.A. e Controladas

Notas explicativas às informações trimestrais da controladora e consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

	Operações comerciais						
	Contas a receber (1)	Direito de uso de ativos	Fornecedores (1)	Arrendamentos a pagar	Vendas e serviços prestados	Compras	Despesas
Oxicap Indústria de Gases Ltda.	-	-	1.772	-	-	9.408	-
Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.	-	-	65.215	-	-	148.630	-
ConectCar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A.	151	-	104	-	1.537	80	-
LA'7 Participações e Empreend. Imob. Ltda. (a)	-	8.635	-	8.044	-	-	800
Chevron (Thailand) Limited	166	-	6	-	-	527	-
Chevron Brasil Oleos Basicos LTDA	-	-	6	-	-	-	-
Chevron Latin America Marketing LLC	118	-	-	-	-	-	-
Chevron Lubricants Lanka PLC	3	-	-	-	-	-	-
Chevron Lubricants Oils S.A.	823	-	-	-	-	-	-
Chevron Marine Products	1.873	-	-	-	-	-	-
Chevron Oronite Brasil LTDA.	-	-	37.482	-	-	42.969	-
Chevron Products Company	-	-	87.754	-	-	94.705	-
Chevron Belgium NV	-	-	785	-	-	5.241	-
Chevron Petroleum CO Colombia	1	-	-	-	-	-	-
Total em 31 de dezembro de 2020	<u>3.135</u>	<u>8.635</u>	<u>193.124</u>	<u>8.044</u>			
Total em 30 de junho de 2020					<u>1.537</u>	<u>301.560</u>	<u>800</u>

(1) Incluídas nas rubricas de “contas a receber de clientes nacionais”, “fornecedores nacionais” e “fornecedores convênio”, respectivamente.

(a) Referem-se em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 a contratos de aluguéis de 15 drogarias de propriedade da LA'7, empresa dos ex-acionistas da Extrafarma e atuais acionistas da Ultrapar.

As operações comerciais de compra e venda referem-se, substancialmente, à aquisição de matéria-prima, insumos e serviços de transporte e armazenagem, efetuada com base em preços e condições usuais de mercado, considerando fornecedores e clientes com capacidade operacional similar. As operações da ConectCar referem-se a serviços prestados. Na avaliação da administração da Sociedade e de suas controladas, as operações comerciais com partes relacionadas não apresentam risco de liquidação, razão pela qual não apresentam provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa, nem são objeto de prestação de garantias. As garantias prestadas pela Sociedade em financiamentos de controladas e coligadas estão mencionadas na nota explicativa nº 16.i.

b. Pessoal-chave da administração (Consolidado)

A estratégia de remuneração para o pessoal-chave da administração combina elementos de curto e longo prazo seguindo os princípios de alinhamento de interesses e manutenção de uma remuneração competitiva, visando reter os executivos e remunerá-los adequadamente conforme as responsabilidades atribuídas e o valor criado para a Sociedade e seus acionistas.

Ultrapar Participações S.A. e Controladas

Notas explicativas às informações trimestrais da controladora e consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

A remuneração de curto prazo é composta de: a) remuneração fixa mensal paga com o objetivo de remunerar a experiência de cada profissional e a responsabilidade e complexidade inerentes ao cargo incluindo salários e benefícios com de plano de saúde, check-up médico, seguro de vida, entre outros; b) remuneração variável anual paga com o objetivo de alinhar os interesses dos executivos aos da Sociedade, atrelada: (i) ao desempenho dos negócios, por meio de métricas de criação de valor econômico, e (ii) ao atingimento de metas individuais anuais estabelecidas com base no planejamento estratégico e focadas em projetos de expansão e excelência operacional, desenvolvimento de pessoas e posicionamento de mercado, entre outros. Maiores detalhes sobre remuneração em ações estão descritos na nota explicativa nº 8.c e sobre benefícios pós-emprego na nota explicativa nº 20.b.

A despesa com remuneração do pessoal-chave (conselheiros de administração e diretores estatutários da Sociedade) está demonstrada abaixo:

	<u>30/06/2021</u>	<u>30/06/2020</u>
Remuneração de curto prazo	21.657	21.956
Remuneração em ações	6.217	5.437
Benefício pós-emprego	<u>1.335</u>	<u>1.359</u>
Total	<u><u>29.209</u></u>	<u><u>28.752</u></u>

c. Plano de ações (Consolidado)

A Ultrapar adota desde 2003 um plano de ações em que o executivo detém o usufruto de ações mantidas em tesouraria até a efetiva transferência da propriedade plena das ações, em períodos de cinco a sete anos, condicionada à não-interrupção do vínculo entre o executivo e a Sociedade e/ou suas controladas. O volume de ações e os executivos beneficiados são determinados pelo CA, não havendo obrigatoriedade de outorga anual. O número total de ações a serem utilizadas no plano está sujeito à existência de tais ações em tesouraria. Os membros do CA da Ultrapar não são elegíveis ao plano de ações. Os valores das concessões foram determinados na data da outorga com base no valor de mercado dessas ações na B3 e estão sendo amortizados pelo prazo de cinco a sete anos a partir da concessão.

O quadro a seguir apresenta um resumo das ações outorgadas aos administradores da Sociedade e suas controladas:

Data da outorga	Saldo de ações restritas outorgadas	Prazo para transferência da nua-propriedade das ações	Valor de mercado das ações na data da outorga (em R\$)	Custos totais das outorgas, incluindo impostos	Custos reconhecidos acumulados das outorgas	Custos não reconhecidos das outorgas
4 de março de 2016	253.330	2022 e 2023	32,72	17.147	(15.151)	1.996
10 de dezembro de 2014	<u>266.660</u>	2021	25,32	<u>28.405</u>	<u>(27.391)</u>	<u>1.014</u>
	<u><u>519.990</u></u>			<u><u>45.552</u></u>	<u><u>(42.542)</u></u>	<u><u>3.010</u></u>

No período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, a amortização de R\$ 1.788 (R\$ 3.892 no período de seis meses findo em 30 de junho de 2020) foi registrada como despesa geral e administrativa.

Ultrapar Participações S.A. e Controladas

Notas explicativas às informações trimestrais da controladora e consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

O quadro a seguir apresenta a movimentação do número de ações restritas outorgadas:

Saldo em 31 de dezembro de 2020	702.260
Ações transferidas aos administradores	<u>(182.270)</u>
Saldo em 30 de junho de 2021	<u><u>519.990</u></u>

Adicionalmente, os acionistas da Ultrapar aprovaram, em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (“AGOE”) realizada em 19 de abril de 2017, novo plano de incentivo baseado em ações (“Plano”), que estabelece os termos e condições gerais para a concessão de ações ordinárias de emissão da Sociedade mantidas em tesouraria, podendo ou não envolver a outorga de usufruto de parte destas ações para posterior transferência da nua-propriedade, com períodos de três a seis anos, a diretores ou empregados da Sociedade ou de controladas.

Poderão ser entregues aos participantes, em decorrência do Plano, ações ordinárias representativas de, no máximo, 1% do capital social da Sociedade, o que correspondia, na data da aprovação de referido Plano, a 11.128.102 ações ordinárias.

Ultrapar Participações S.A. e Controladas

Notas explicativas às informações trimestrais da controladora e consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

O quadro a seguir apresenta um resumo dos programas de ações restritas e de performance outorgados:

Programa	Data da outorga	Saldo de ações restritas outorgadas	Prazo para transferência da nua-propriedade das ações	Valor de mercado das ações na data da outorga (em R\$)	Custos totais das outorgas, incluindo impostos	Custos reconhecidos acumulados das outorgas	Custos não reconhecidos das outorgas
Restritas	1 de outubro de 2017	240.000	2023	38,19	12.642	(7.901)	4.741
Restritas e Performance	8 de novembro de 2017	15.778	2021 a 2022	38,19	1.759	(1.577)	182
Restritas e Performance	4 de abril de 2018	74.602	2022 a 2023	34,35	6.313	(5.057)	1.256
Restritas	19 de setembro de 2018	80.000	2024	19,58	2.161	(990)	1.171
Restritas	24 de setembro de 2018	80.000	2024	18,40	2.030	(931)	1.099
Restritas e Performance	3 de abril de 2019	391.560	2022 a 2024	23,25	16.417	(9.185)	7.232
Restritas	2 de setembro de 2019	440.000	2025	16,42	9.965	(3.045)	6.920
Restritas e Performance	1 de abril de 2020	754.896	2023 a 2025	12,53	17.640	(5.773)	11.867
Restritas	16 de setembro de 2020	700.000	2026	23,03	22.236	(3.088)	19.148
Restritas e Performance	7 de abril de 2021	1.386.504	2024	20,85	54.447	(4.538)	49.909
		<u>4.163.340</u>			<u>145.610</u>	<u>(42.085)</u>	<u>103.525</u>

No período de seis meses findo em 30 de junho de 2021 foi registrada uma despesa geral e administrativa de R\$ 9.905 em relação ao Plano (R\$ 5.769 no período de seis meses findo em 30 de junho de 2020).

Saldo em 31 de dezembro de 2020	2.910.162
Ações outorgadas em 7 de abril de 2021	1.386.504
Ações de performance ⁽ⁱ⁾	<u>(133.326)</u>
Saldo em 30 de junho de 2021	<u>4.163.340</u>

⁽ⁱ⁾ Refere-se a reversão de provisão constituída tendo em vista a significativa probabilidade de os indicadores de performance não serem atingidos.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

9 Imposto de renda e contribuição social

a. Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Sociedade e suas controladas reconhecem créditos e débitos tributários que não estão sujeitos a prazos prescricionais, decorrentes principalmente de provisões para diferenças entre caixa e competência, prejuízos fiscais, bases negativas e provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas. Os créditos estão consubstanciados na continuidade da rentabilidade de suas operações. O IRPJ e CSLL diferidos estão apresentados pelas seguintes principais categorias:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
Ativo - Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre:				
Provisões para perda de ativos	-	-	226.254	75.231
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	-	-	137.812	138.516
Provisão para benefícios pós-emprego	1.226	1.078	98.283	96.108
Provisão para diferenças caixa vs. competência ⁽ⁱ⁾	-	-	548.120	606.054
Parcela referente ao ágio sobre investimentos	-	-	4.980	5.161
Combinação de negócios – base fiscal vs. base contábil do ágio	-	-	18.534	75.515
Provisão para retirada de tanques	-	-	16.101	15.728
Provisão para fornecedores	7.839	4.284	65.234	49.501
Provisão para participação nos lucros e bônus	4.895	9.445	35.857	56.873
Operações de arrendamento mercantil	1.141	976	61.161	41.932
Varição do valor justo do bônus de subscrição	16.286	22.833	16.286	22.833
Provisão sobre receita diferida	-	-	14.009	25.770
Demais provisões	95	95	26.210	14.917
Prejuízos fiscais de IRPJ e bases negativas da CSLL a compensar (9.d)	36.040	26.730	282.547	363.862
Total	67.522	65.441	1.551.388	1.588.001
Compensações de saldos passivos	(5.164)	(448)	(469.791)	(613.290)
Saldos líquidos apresentados no ativo	62.358	64.993	1.081.597	974.711
Passivo - Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre:				
Reavaliação de imobilizado	-	-	1.732	1.776
Operações de arrendamento mercantil	-	-	1.577	1.895
Provisão para diferenças caixa vs. competência ⁽ⁱ⁾	-	448	361.853	402.780
Parcela referente ao ágio/deságio sobre investimentos	-	-	28.676	92.242
Combinação de negócios – mais valia de ativos	-	-	69.374	111.832
Diferenças temporárias de controladas no exterior	5.084	-	5.568	-
Provisão sobre receita diferida	-	-	7.127	12.196
Demais provisões	80	-	5.212	3.301
Total	5.164	448	481.119	626.022
Compensações de saldos ativos	(5.164)	(448)	(469.791)	(613.290)
Saldos líquidos apresentados no passivo	-	-	11.328	12.732

(i) Refere-se, principalmente, ao IRPJ e CSLL sobre a variação cambial dos instrumentos derivativos de proteção (*hedges*).

Ultrapar Participações S.A. e Controladas

Notas explicativas às informações trimestrais da controladora e consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

A movimentação do saldo líquido de IRPJ e CSLL diferidos está apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2021	30/06/2020	30/06/2021	30/06/2020
Saldo inicial	64.993	41.613	961.979	646.163
IRPJ e CSLL diferidos reconhecidos no resultado do exercício	(2.635)	3.261	173.900	26.314
IRPJ e CSLL diferidos reconhecidos em outros resultados abrangentes	-	1	(61.258)	292.540
Outros	-	-	(4.352)	17.886
Saldo final	<u>62.358</u>	<u>44.875</u>	<u>1.070.269</u>	<u>982.903</u>

Para avaliar a realização de ativos fiscais diferidos foram consideradas as projeções de lucros tributáveis dos planos de negócios de cada segmento da Sociedade que indicam tendências e perspectivas, assim como efeitos de demanda, concorrência e outros fatores econômicos, e que representam a melhor estimativa da administração acerca das condições econômicas que existirão durante o prazo de realização do ativo fiscal diferido.

As principais premissas chaves utilizadas para o cálculo de realização do ativo fiscal diferido são: crescimento do Produto Interno Bruto (“PIB”), taxa de câmbio, taxa de juros básica (SELIC) e DI, taxa de inflação, índice de preços de *commodities*, entre outros. O saldo da Sociedade e suas controladas de R\$ 1.551.388 e da controladora de R\$ 67.522 foi suportado por estudo técnico sobre projeções de lucros tributáveis para a realização de ativos fiscais diferidos.

Ultrapar Participações S.A. e Controladas

Notas explicativas às informações trimestrais da controladora e consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

b. Conciliação de imposto de renda e contribuição social no resultado

Os encargos de IRPJ e CSLL são conciliados com as alíquotas oficiais como segue:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2021	30/06/2020	30/06/2021	30/06/2020
Lucro antes da tributação	103.718	198.834	275.062	412.212
Alíquotas oficiais de imposto - %	34	34	34	34
Encargos de imposto de renda e contribuição social às alíquotas oficiais	(35.264)	(67.604)	(93.521)	(140.152)
Ajustes dos encargos à taxa efetiva:				
Despesas indedutíveis (i)	(8.965)	(3.482)	(34.393)	(14.890)
Receitas não tributáveis (ii)	-	-	19.388	13.953
Ajuste do lucro presumido (iii)	-	-	1.286	4.736
Prejuízos fiscais e bases negativas sem ativos fiscais diferidos reconhecidos (iv)	-	-	(104.054)	(84.291)
Resultado de equivalência patrimonial	41.594	74.169	(3.720)	(8.737)
Baixa de IRPJ/CSLL diferidos sobre <i>impairment</i> de ágio fiscal	-	-	24.135	-
Demais ajustes	-	8	1.043	734
Imposto de renda e contribuição social antes dos incentivos fiscais	(2.635)	3.091	(189.836)	(228.647)
Incentivos fiscais – SUDENE	-	-	33.961	35.329
Imposto de renda e contribuição social na demonstração do resultado	(2.635)	3.091	(155.875)	(193.318)
Corrente	-	(170)	(329.775)	(219.632)
Diferido	(2.635)	3.261	173.900	26.314
Alíquota efetiva de IRPJ e CSLL - %	2,5	(1,6)	56,7	46,9

- (i) Trata-se de dispêndios que não podem ser deduzidos para efeitos fiscais, nos termos da legislação tributária aplicável, tais como despesas com multas, doações, brindes, perdas de ativos, resultados negativos em controladas no exterior e certas provisões;
- (ii) Consistem em certos ganhos e rendimentos que não são tributáveis nos termos da legislação fiscal aplicável, como o reembolso de impostos e a reversão de certas provisões;
- (iii) A legislação tributária brasileira prevê um método alternativo de tributação para as empresas que auferiram receita bruta de até R\$ 78 milhões em seu ano fiscal anterior, denominado lucro presumido. Algumas controladas da Sociedade adotaram essa forma alternativa de tributação, segundo a qual o IRPJ e CSLL foram calculados sobre uma base igual a 32% das receitas da operação, em vez de ser calculado com base no lucro real efetivo dessas controladas. O ajuste do lucro presumido representa a diferença entre a tributação sob esse método alternativo e o que teria sido devido com base na alíquota oficial aplicada ao lucro real dessas controladas;
- (iv) Vide nota explicativa nº 9.d.

Ultrapar Participações S.A. e Controladas

Notas explicativas às informações trimestrais da controladora e consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

c. Incentivos fiscais – SUDENE

Por pertencerem aos setores da economia considerados prioritários para as áreas subvencionadas, nos termos do programa de desenvolvimento da região operado pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste ("SUDENE"), as seguintes controladas, em observância à legislação em vigor, gozam do benefício de redução do IRPJ:

Controlada	Unidades	Incentivo - %	Término
Bahiana Distribuidora de Gás Ltda.	Base de Mataripe	75	2024
	Base de Caucaia	75	2025
	Base de Juazeiro	75	2026
	Base de Aracaju	75	2027
	Base de Suape	75	2027
Ultracargo Logísticas S.A	Terminal de Suape ⁽¹⁾	75	2020
	Terminal de Aratu	75	2022
	Terminal de Itaqui	75	2025
Oleoquímica Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda.	Planta de Camaçari	75	2021
Oxiten S/A Indústria e Comércio ⁽²⁾	Planta de Camaçari	75	2026
Empresa Carioca de Produtos Químicos S.A.	Planta de Camaçari	75	2026

⁽¹⁾ Com base na legislação em vigor o empreendimento pertence aos setores apontados como prioritários para o desenvolvimento da região Nordeste do Brasil. Aliado ao histórico bem sucedido da Ultracargo Logística no cumprimento dos requisitos para manutenção e renovação do incentivo, bem como no fato de terem sido realizados diversos investimentos na modernização do processo produtivo da unidade objeto do benefício, no terminal de Suape, protocolamos em 2021 perante a SUDENE pleito requerendo o reconhecimento de prorrogação do incentivo por mais 10 anos e, quando aprovado, terá efeito retroativo desde janeiro de 2021.

⁽²⁾ O pedido de transferência do direito à redução do IRPJ para a Oxiten S.A. foi apresentado à SUDENE e aguarda manifestação.

d. Prejuízos fiscais (IRPJ) e bases negativas de CSLL a compensar

Em 30 de junho de 2021, a Sociedade e certas controladas possuíam prejuízos fiscais (IRPJ) no montante de R\$ 1.708.678 (R\$ 1.687.482 em 31 de dezembro de 2020) e bases negativas de CSLL no montante de R\$ 1.707.832 (R\$ 1.689.232 em 31 de dezembro de 2020), cujas compensações são limitadas a 30% do lucro tributável do período, sem prazo de prescrição.

Ultrapar Participações S.A. e Controladas

Notas explicativas às informações trimestrais da controladora e consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Os saldos constituídos de tributos diferidos sobre prejuízos fiscais de IRPJ e bases negativas de CSLL estão demonstrados abaixo:

	30/06/2021	31/12/2020
Oxitenos S/A	227.949	205.604
Ultrapar	36.040	27.736
Abastece aí	16.760	7.362
Tequimar Vila do Conde	1.672	489
Ultracargo	126	107
Extrafarma	-	72.318
Ipiranga	-	44.537
Iconic	-	5.691
UVC Investimentos	-	18
	<u>282.547</u>	<u>363.862</u>

Os saldos não constituídos de tributos diferidos sobre prejuízos fiscais de IRPJ e bases negativas de CSLL estão demonstrados abaixo:

	30/06/2021	31/12/2020
Extrafarma	374.640	294.400
Integra Frotas	10.004	7.802
UVC – Fundo de Investimento	2.249	-
Millennium	1.026	640
	<u>387.919</u>	<u>302.842</u>

Ademais, certas controladas do exterior possuem prejuízos fiscais, conforme demonstrado abaixo, sujeitos as regras de compensações locais.

	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
	US\$	US\$	R\$	R\$
Oxitenos USA	232.209	217.837	1.161.557	1.132.035
Oxitenos Uruguay	2.753	7.943	13.771	41.279
Ultrapar International	5.897	6.261	18.931	32.535
	<u>240.859</u>	<u>232.041</u>	<u>1.194.259</u>	<u>1.205.849</u>

Ultrapar Participações S.A. e Controladas

Notas explicativas às informações trimestrais da controladora e consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

10 Despesas antecipadas

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
Aluguéis	-	-	17.059	30.400
Propaganda e publicidade	-	-	23.143	17.752
Plano de outorga de ações, líquido (vide nota explicativa nº 8.c)	2.919	2.970	9.905	9.900
Prêmios de seguros	5.645	971	87.098	58.675
Manutenção de software	3.191	3.105	25.175	24.233
Benefícios a funcionários	561	526	9.568	8.924
IPVA e IPTU	511	-	11.996	2.632
Contribuição - fundo de previdência privada (vide nota explicativa nº 20.a)	190	-	30.580	36.068
Demais despesas antecipadas	-	-	11.988	14.045
	<u>13.017</u>	<u>7.572</u>	<u>226.512</u>	<u>202.629</u>
Circulante	10.215	3.684	159.755	132.122
Não circulante	2.802	3.888	66.757	70.507

11 Ativos de contratos com clientes – direitos de exclusividade (Consolidado)

Refere-se aos desembolsos de direitos de exclusividade previstos nos contratos com clientes da Ipiranga registrados no momento de sua ocorrência e reconhecidos como redutores da receita de vendas no resultado conforme as condições estabelecidas no contrato, sendo revistos à medida que ocorrem mudanças nos termos dos contratos. Em 30 de junho de 2021 os contratos possuíam prazo médio ponderado de amortização de cinco anos.

A movimentação é demonstrada abaixo:

Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.465.989
Adições	292.839
Amortizações	(150.854)
Transferências	(7.550)
Saldo em 30 de junho de 2020	<u>1.600.424</u>
Circulante	472.985
Não circulante	1.127.439
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.706.331
Adições	241.938
Amortizações	(128.879)
Transferências	(7.796)
Saldo em 30 de junho de 2021	<u>1.811.594</u>
Circulante	514.410
Não circulante	1.297.184

Ultrapar Participações S.A. e Controladas

Notas explicativas às informações trimestrais da controladora e consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

12 Investimentos

Abaixo estão demonstradas as conciliações das posições do resultado de equivalência patrimonial:

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		30/06/2021	30/06/2020	30/06/2021	30/06/2020
Sociedades controladas	12.a	119.682	239.421	-	-
Empreendimentos controlados em conjunto	12.b	2.652	(21.279)	(11.962)	(27.207)
Sociedades coligadas	12.c	-	-	1.021	1.509
		<u>122.334</u>	<u>218.142</u>	<u>(10.941)</u>	<u>(25.698)</u>

a. Sociedades controladas e empreendimento controlado em conjunto (Controladora)

Abaixo estão demonstradas integralmente as posições de balanço patrimonial e de resultado das sociedades controladas e empreendimento controlado em conjunto:

	30/06/2021							Empreendimento controlado em conjunto
	Controladas						Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.	
	Ultracargo - Operações Logísticas e Participações Ltda.	Oxitenio S.A. Indústria e Comércio	Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	Ultrapar Internacional S.A.	UVC	Centro de Conveniências Millennium Ltda. (**)		
Quantidade de ações ou cotas possuídas	11.839.764	35.102.127	224.467.228.244	49.995	150	15.194.789	80.000.000	5.078.888
Ativo	1.499.589	8.104.644	20.443.845	6.983.320	16.383	11.038	132.484	712.884
Passivo	2.768	6.391.959	13.325.940	7.003.146	31	2.584	28.053	715.237
Patrimônio líquido	1.496.821	1.712.685(*)	7.117.905(*)	(19.826)	16.352	8.454	104.431	(2.353)
Receita líquida de vendas e serviços	-	2.367.364	41.621.858	-	-	11.176	33.200	992.332
Lucro (prejuízo) líquido	75.949	59.709(*)	(4.829)(*)	13.873	(3.017)	(1.134)	(20.868)	7.987
Participação no capital social - %	100	100	100	100	100	100	100	33

Ultrapar Participações S.A. e Controladas

Notas explicativas às informações trimestrais da controladora e consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

	31/12/2020							Empreendimento controlado em conjunto
	Controladas							Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.
	Ultracargo - Operações Logísticas e Participações Ltda.	Oxiten S.A. Indústria e Comércio	Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	Ultrapar International S.A.	UVC	Centro de Conveniências Millennium Ltda.	Eai Clube Automobilista S.A.	
Quantidade de ações ou cotas possuídas	11.839.764	35.102.127	224.467.228.244	49.995	150	15.194.789	80.000.000	5.078.888
Ativo	1.423.217	8.142.503	20.612.986	7.239.492	4.385	14.902	85.858	462.990
Passivo	2.861	6.435.367	13.288.033	7.273.193	27	5.314	22.072	469.300
Patrimônio líquido	1.420.356	1.707.136 (*)	7.324.953(*)	(33.701)	4.358	9.588	63.786	(6.310)
Participação no capital social - %	100	100	100	100	100	100	100	33

	30/06/2020							Empreendimento controlado em conjunto
	Controladas							Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.
	Ultracargo - Operações Logísticas e Participações Ltda.	Oxiten S.A. Indústria e Comércio	Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	Ultrapar International S.A.	UVC	Centro de Conveniências Millennium Ltda.		
Quantidade de ações ou cotas possuídas	11.839.764	35.102.127	224.467.228.244	49.995	150	15.194.789		5.078.888
Receita líquida de vendas e serviços	-	1.762.522	29.651.489	-	-	4.109		784.649
Lucro (prejuízo) líquido	100.950	(18.574) (*)	179.945(*)	(21.148)	(1.096)	(660)		(64.053)
Participação no capital social - %	100	100	100	100	100	100		33

(*) ajustado pelos lucros não realizados entre controladas.

(**) Saldos estão avaliados pelo método da equivalência patrimonial com base nas informações de 31 de maio de 2021.

Os percentuais acima estão arredondados.

As informações financeiras dos segmentos de negócios encontram-se detalhadas na nota explicativa nº 32.

Ultrapar Participações S.A. e Controladas

Notas explicativas às informações trimestrais da controladora e consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

A composição e movimentação dos investimentos em sociedades controladas e empreendimento controlado em conjunto estão demonstradas abaixo:

	Investimentos em controladas							Empreendimento controlado em conjunto		
	Ultracargo - Operações Logísticas e Participações Ltda.	Oxiteno S.A. Indústria e Comércio	Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	UVC	Centro de Conveniências Millennium Ltda.	Eaí Clube Automobilista S.A.	Ultrapar International S.A.	Total	Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	1.420.356	1.707.136	7.324.953	4.358	9.588	63.786	-	10.530.177	-	10.530.177
Equivalência patrimonial	75.949	59.709	(4.829)	(3.017)	(1.134)	(20.868)	13.872	119.682	2.652	122.334
Dividendos	-	(125.114)	(204.524)	-	-	-	-	(329.638)	-	(329.638)
Instrumento patrimonial outorgado	614	446	2.000	-	-	1.525	-	4.585	-	4.585
Ajustes de avaliação patrimonial (i)	(98)	107.947	(473)	-	-	(12)	-	107.364	(1.338)	106.026
Ganhos decorrentes de pagamentos de dividendos fixos às ações preferenciais	-	-	138	-	-	-	-	138	-	138
Transações com sócios - alterações de participação	-	-	79	-	-	-	-	79	-	79
Ajustes de conversão de controladas no exterior	-	(37.439)	-	-	-	-	-	(37.439)	-	(37.439)
IR e CS sobre perdas atuariais em benefícios pós-emprego de controladas	-	-	561	-	-	-	-	561	-	561
Aumento de capital em dinheiro	-	-	-	15.011	-	60.000	-	75.011	-	75.011
Transferência para provisão de passivo a descoberto	-	-	-	-	-	-	(13.872)	(13.872)	(1.314)	(15.186)
Saldo em 30 de junho de 2021	<u>1.496.821</u>	<u>1.712.685</u>	<u>7.117.905</u>	<u>16.352</u>	<u>8.454</u>	<u>104.431</u>	<u>-</u>	<u>10.456.648</u>	<u>-</u>	<u>10.456.648</u>

Ultrapar Participações S.A. e Controladas

Notas explicativas às informações trimestrais da controladora e consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

	Investimentos em controladas						Total	Empreendimento controlado em conjunto	Total
	Ultracargo Operações Logísticas e Participações Ltda.	Oxiteno S.A. Indústria e Comércio	Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	Ultrapar International S.A.	UVC	Centro de Conveniências Millennium Ltda.		Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.	
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.261.997	1.803.209	7.020.747	(27.497)	-	-	10.058.456	18.792	10.077.248
Equivalência patrimonial	100.950	(18.574)	179.947	(21.146)	(1.096)	(660)	239.421	(21.279)	218.142
Dividendos	-	(86.954)	(129.249)	-	-	-	(216.203)	(165)	(216.368)
Encargos tributários sobre reserva de reavaliação	-	-	(6)	-	-	-	(6)	-	(6)
Instrumento patrimonial outorgado	192	263	826	-	-	-	1.281	-	1.281
Ajustes de avaliação patrimonial (i)	64	(477.303)	467	-	-	-	(476.772)	1.860	(474.912)
Ajustes de conversão de controladas no exterior	-	136.122	-	-	-	-	136.122	-	136.122
Aumento de capital em dinheiro	-	-	-	-	3.010	549	3.559	-	3.559
Perda decorrente de pagamento de dividendos fixos às ações preferenciais	(35)	-	(481)	-	-	-	(516)	-	(516)
Transações com sócios - alterações de participação	-	-	(1.189)	-	-	1.189	-	-	-
Saldo em 30 de junho de 2020	1.363.168	1.356.763	7.071.062	(48.643)	1.914	1.078	9.745.342	(792)	9.744.550

(i) Refere-se, principalmente, os resultados com os instrumentos de proteção de taxa de câmbio referentes a compromissos firmes e transações futuras altamente prováveis designados como *hedge* de fluxo de caixa, vide nota explicativa nº 33.h.2.

	Provisão para passivo a descoberto		
	Investimentos em controladas	Empreendimento controlado em conjunto	Total
	Ultrapar International S.A.	Refinaria de Petróleo Riograndense S.A.	
Saldo em 31 de dezembro de 2020	33.698	2.096	35.794
Transferência para provisão de passivo a descoberto	(13.872)	(1.314)	(15.186)
Saldo em 30 de junho de 2021	19.826	782	20.608

Ultrapar Participações S.A. e Controladas

Notas explicativas às informações trimestrais da controladora e consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

b. Empreendimentos controlados em conjunto (Consolidado)

A Sociedade participa da Refinaria de Petróleo Riograndense (“RPR”), que tem como atividade principal o refino de petróleo.

A controlada Ultracargo participa da União Vopak – Armazéns Gerais Ltda. (“União Vopak”), que tem como atividade principal a armazenagem de granéis líquidos no porto de Paranaguá.

A controlada IPP participa da ConectCar, que tem como atividade principal a atuação no segmento de pagamento automático de pedágios e estacionamentos nos Estados da Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo, além do Distrito Federal. Em 25 de junho de 2021 foi anunciada a venda da ConectCar conforme nota explicativa nº 3.c.1.

A controlada IPP participa na concessão portuária BEL02A no porto de Miramar, em Belém (PA), através da Latitude Logística Portuária S.A. (“Latitude”); para o porto de Vitória (ES), participa através da Navegantes Logística Portuária S.A. (“Navegantes”); em Cabedelo (PB), possui participação na Nordeste Logística I S.A. (“Nordeste Logística I”), na Nordeste Logística II S.A. (“Nordeste Logística II”) e na Nordeste Logística III S.A. (“Nordeste Logística III”) (vide nota explicativa nº 34.c).

Os investimentos dos empreendimentos controladas em conjunto Latitude, Navegantes, Nordeste Logística I, Nordeste Logística II e Nordeste Logística III estão avaliados pelo método da equivalência patrimonial com base nas informações de 31 de maio de 2021, enquanto as demais empresas estão avaliadas pelo método de equivalência patrimonial com base nas suas informações trimestrais de 30 de junho de 2021.

Ultrapar Participações S.A. e Controladas

Notas explicativas às informações trimestrais da controladora e consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

A composição e movimentação dos investimentos em empreendimentos controlados em conjunto é demonstrada abaixo:

	União Vopak	RPR	ConectCar	Latitude Logística	Navegantes Logística	Nordeste Logística I	Nordeste Logística II	Nordeste Logística III	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	7.734	-	81.180	10.351	21.624	824	7.676	9.711	139.100
Aporte de capital	-	-	15.000	-	-	-	6.394	600	21.994
Ajuste de avaliação patrimonial	-	(1.338)	-	-	-	-	-	-	(1.338)
Equivalência patrimonial	577	2.652	(12.324)	(1.435)	(1.624)	217	(169)	144	(11.962)
Transferência para provisão de passivo a descoberto	-	(1.314)	-	-	-	-	-	-	(1.314)
Saldo em 30 de junho de 2021	8.311	-	83.856	8.916	20.000	1.041	13.901	10.455	146.480

	União Vopak	RPR	ConectCar	Latitude Logística	Navegantes Logística	Nordeste Logística I	Nordeste Logística II	Nordeste Logística III	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	7.342	18.792	82.818	10.351	23.581	1.930	4.183	4.079	153.076
Aporte de capital	-	-	10.000	-	-	-	-	-	10.000
Ajuste de avaliação patrimonial	-	1.860	-	-	-	-	-	-	1.860
Dividendos propostos	-	(165)	-	-	-	-	-	-	(165)
Equivalência patrimonial	354	(21.279)	(6.282)	-	-	-	-	-	(27.207)
Saldo em 30 de junho de 2020	7.696	(792)	86.536	10.351	23.581	1.930	4.183	4.079	137.564

	Provisão para passivo a descoberto
	RPR
Saldo em 31 de dezembro de 2020	2.096
Transferência para provisão de passivo a descoberto	(1.314)
Saldo em 30 de junho de 2021	782

Ultrapar Participações S.A. e Controladas

Notas explicativas às informações trimestrais da controladora e consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Abaixo estão demonstradas integralmente as posições de balanço patrimonial e de resultado dos empreendimentos controlados em conjunto:

	30/06/2021							
	União Vopak	RPR	ConectCar	Latitude Logística	Navegantes Logística	Nordeste Logística I	Nordeste Logística II	Nordeste Logística III
Ativo circulante	9.584	546.795	176.478	21.424	23.283	36.201	38.775	9.989
Ativo não circulante	9.744	166.089	175.750	40.276	166.712	6.309	18.141	52.652
Passivo circulante	2.450	608.056	165.399	3.861	29	35.059	1.697	8.433
Passivo não circulante	256	107.181	19.117	40.007	129.966	4.329	13.515	22.842
Patrimônio líquido	16.622	(2.353)	167.712	17.832	60.000	3.122	41.704	31.366
Receita líquida	9.534	992.332	39.280	-	-	1.935	97	1.759
Custos, despesas operacionais, resultado na venda de bens e outros resultados operacionais	(7.830)	(976.650)	(63.928)	(2.870)	(747)	(1.047)	(610)	(1.167)
Resultado financeiro e IRPJ e CSLL	(550)	(7.695)	-	-	(4.125)	(238)	7	(161)
Lucro (prejuízo) líquido	1.154	7.987	(24.648)	(2.870)	(4.872)	650	(506)	431
Quantidade de ações ou cotas possuídas	29.995	5.078.888	263.768.000	4.383.881	22.298.195	681.637	3.933.265	4.871.241
Participação no capital social - %	50	33	50	50	33	33	33	33

Os percentuais acima estão arredondados.

Ultrapar Participações S.A. e Controladas

Notas explicativas às informações trimestrais da controladora e consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

	31/12/2020						
	União Vopak	RPR	ConectCar	Navegantes Logística	Nordeste Logística I	Nordeste Logística II	Nordeste Logística III
Ativo circulante	8.510	291.720	161.371	24.691	972	18.531	21.513
Ativo não circulante	9.796	171.270	169.843	166.389	6.021	18.005	30.503
Passivo circulante	2.698	363.388	168.854	8	4	5	6
Passivo não circulante	140	105.912	-	126.201	4.516	13.504	22.877
Patrimônio líquido	15.468	(6.310)	162.360	64.871	2.473	23.027	29.133
Quantidade de ações ou cotas possuídas	29.995	5.078.888	248.768.000	22.298.195	681.637	3.933.265	4.871.241
Participação no capital social - %	50	33	50	33	33	33	33

	30/06/2020		
	União Vopak	RPR	ConectCar
Receita líquida	8.488	784.649	45.171
Custos, despesas operacionais, resultado na venda de bens e outros resultados operacionais	(7.264)	(861.172)	(60.969)
Resultado financeiro e IRPJ e CSLL	(516)	12.470	3.234
Lucro (prejuízo) líquido	708	(64.053)	(12.564)
Quantidade de ações ou cotas possuídas	29.995	5.078.888	248.768.000
Participação no capital social - %	50	33	50

Os percentuais acima estão arredondados.

Ultrapar Participações S.A. e Controladas

Notas explicativas às informações trimestrais da controladora e consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

c. Sociedades coligadas (Consolidado)

A controlada IPP participa da Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A. (“TSB”), que tem como atividade principal a prestação de serviço de transporte de gás natural.

A controlada Oxiteno S.A. participa da Oxicap Indústria de Gases Ltda. (“Oxicap”), que tem como atividade principal o fornecimento de nitrogênio e oxigênio para as suas sócias no polo petroquímico de Mauá. A controlada Oxiteno S.A. participa da Química da Bahia Indústria e Comércio S.A. (“Química da Bahia”), que tem como atividade principal a industrialização, comércio e processamento de produtos químicos. Atualmente a Química da Bahia está com a sua atividade operacional suspensa.

A controlada Cia. Ultragaz participa da Metalúrgica Plus S.A. (“Metalplus”), que tem como atividade principal a fabricação e comercialização de vasilhames de acondicionamento de GLP. Atualmente a coligada está com a sua atividade operacional suspensa.

A controlada Cia. Ultragaz participa da Plenogás Distribuidora de Gás S.A. (“Plenogás”), que tem como atividade principal a comercialização de GLP. Atualmente a coligada está com a sua atividade operacional suspensa.

Esses investimentos estão avaliados pelo método da equivalência patrimonial com base nas informações trimestrais de 30 de junho de 2021.

A composição e movimentação dos investimentos em sociedades coligadas é demonstrada abaixo:

	Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A.	Oxicap Indústria de Gases Ltda.	Química da Bahia Indústria e Comércio S.A.	Metalúrgica Plus S.A.	Plenogás Distribuidora de Gás S.A.	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2020	5.150	16.348	3.542	47	501	25.588
Dividendos	(746)	-	-	-	-	(746)
Equivalência patrimonial	1.047	(66)	-	(48)	88	1.021
Saldo em 30 de junho de 2021	<u>5.451</u>	<u>16.282</u>	<u>3.542</u>	<u>(1)</u>	<u>589</u>	<u>25.863</u>

	Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A.	Oxicap Indústria de Gases Ltda.	Química da Bahia Indústria e Comércio S.A.	Metalúrgica Plus S.A.	Plenogás Distribuidora de Gás S.A.	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	5.661	15.934	3.554	138	463	25.750
Dividendos	(1.808)	-	-	-	-	(1.808)
Equivalência patrimonial	1.128	354	(9)	(46)	82	1.509
Saldo em 30 de junho de 2020	<u>4.981</u>	<u>16.288</u>	<u>3.545</u>	<u>92</u>	<u>545</u>	<u>25.451</u>

Ultrapar Participações S.A. e Controladas

Notas explicativas às informações trimestrais da controladora e consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Abaixo estão demonstradas integralmente as posições de balanço patrimonial e de resultado das sociedades coligadas:

	30/06/2021				
	Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A.	Oxicap Indústria de Gases Ltda.	Química da Bahia Indústria e Comércio S.A.	Metalúrgica Plus S.A.	Plenogás Distribuidora de Gás S.A.
Ativo circulante	11.931	70.906	46	70	554
Ativo não circulante	12.221	72.594	10.147	270	2.195
Passivo circulante	1.751	28.677	-	40	231
Passivo não circulante	602	6.899	3.109	302	752
Patrimônio líquido	21.799	107.924	7.084	(2)	1.766
Receita líquida	7.378	33.167	-	-	-
Custos, despesas operacionais, resultado na venda de bens e outros resultados operacionais	(2.908)	(33.478)	-	(115)	281
Resultado financeiro e imposto de renda	(283)	(127)	-	(30)	(18)
Lucro (prejuízo) líquido	4.187	(438)	-	(145)	263
Quantidade de ações ou cotas possuídas	20.124.996	1.987	1.493.120	3.000	1.384.308
Participação no capital social - %	25	15	50	33	33
	31/12/2020				
	Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A.	Oxicap Indústria de Gases Ltda.	Química da Bahia Indústria e Comércio S.A.	Metalúrgica Plus S.A.	Plenogás Distribuidora de Gás S.A.
Ativo circulante	10.570	65.136	47	58	352
Ativo não circulante	12.822	77.339	10.146	414	2.196
Passivo circulante	2.189	26.116	-	28	154
Passivo não circulante	602	7.994	3.109	302	890
Patrimônio líquido	20.601	108.365	7.084	142	1.504
Quantidade de ações ou cotas possuídas	20.124.996	1.987	1.493.120	3.000	1.384.308
Participação no capital social - %	25	15	50	33	33
	30/06/2020				
	Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A.	Oxicap Indústria de Gases Ltda.	Química da Bahia Indústria e Comércio S.A.	Metalúrgica Plus S.A.	Plenogás Distribuidora de Gás S.A.
Receita líquida	5.776	30.335	-	-	-
Custos, despesas operacionais, resultado na venda de bens e outros resultados operacionais	(2.992)	(26.412)	(18)	(112)	265
Resultado financeiro e imposto de renda	(261)	(1.576)	-	(29)	(18)
Lucro (prejuízo) líquido	2.523	2.347	(18)	(141)	247
Quantidade de ações ou cotas possuídas	20.124.996	1.987	1.493.120	3.000	1.384.308
Participação no capital social - %	25	15	50	33	33

Os percentuais acima estão arredondados.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

13 Ativos de direito de uso e arrendamentos a pagar

Algumas controladas da Sociedade possuem contratos de arrendamento de imóveis, substancialmente relacionados a: (i) Ipiranga: postos de combustíveis e centros de distribuição; (ii) Extrafarma: farmácias e centros de distribuição; (iii) Ultragaz: pontos de venda e bases de engarrafamento; (iv) Ultracargo: áreas portuárias; e (v) Oxiteno: planta industrial. Algumas controladas possuem também contratos de arrendamento de veículos.

a. Ativos de direito de uso

- **Controladora**

	Prazo médio ponderado de amortização (anos)	Saldo em 31/12/2020	Adições e remensurações	Baixas de contratos	Amortizações	Saldo em 30/06/2021
Custo:						
Imóveis	7	41.923	2.286	-	-	44.209
Veículos	3	2.591	200	(128)	-	2.663
		44.514	2.486	(128)	-	46.872
Amortização acumulada:						
Imóveis		(8.963)	-	-	(2.538)	(11.501)
Veículos		(489)	-	27	(446)	(908)
		(9.452)	-	27	(2.984)	(12.409)
Custo líquido		35.062	2.486	(101)	(2.984)	34.463

Ultrapar Participações S.A. e Controladas

Notas explicativas às informações trimestrais da controladora e consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

• **Consolidado**

	Prazo médio ponderado de amortização (anos)	Saldo em 31/12/2020	Adições e remensurações	Baixas de contratos	Transferências (i)	Variação cambial	Amortizações	Saldo em 30/06/2021
Custo:								
Imóveis (ii)	10	2.254.432	118.441	(69.580)	-	(875)	-	2.302.418
Áreas portuárias	20	268.534	15.367	(1.559)	-	-	-	282.342
Veículos	4	139.843	21.232	(7.336)	-	(77)	-	153.662
Equipamentos	6	44.936	49	(4.335)	-	(1.154)	-	39.496
Outros	20	27.846	-	-	-	-	-	27.846
		<u>2.735.591</u>	<u>155.089</u>	<u>(82.810)</u>	<u>-</u>	<u>(2.106)</u>	<u>-</u>	<u>2.805.764</u>
Amortização acumulada:								
Imóveis		(481.975)	-	34.082	-	391	(140.234)	(587.736)
Áreas portuárias		(3.962)	-	-	(8.993)	-	(3.429)	(16.384)
Veículos		(63.091)	-	5.771	-	47	(23.706)	(80.979)
Equipamentos		(19.619)	-	4.646	-	632	(7.364)	(21.705)
Outros		(16.658)	-	-	-	-	(613)	(17.271)
		<u>(585.305)</u>	<u>-</u>	<u>44.499</u>	<u>(8.993)</u>	<u>1.070</u>	<u>(175.346)</u>	<u>(724.075)</u>
Provisão para perdas e redução ao valor recuperável "impairment" (iii):								
Imóveis		-	(24.212)	-	-	-	-	(24.212)
		<u>-</u>	<u>(24.212)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(24.212)</u>
Custo líquido		<u>2.150.286</u>	<u>130.877</u>	<u>(38.311)</u>	<u>(8.993)</u>	<u>(1.036)</u>	<u>(175.346)</u>	<u>2.057.477</u>

(i) Refere-se à amortização de direito de uso na controlada Tequimar Vila do Conde Logística Portuária S.A ("Tequimar Vila do Conde"), a qual está sendo capitalizada como Obras em andamento, dado que o terminal está em construção.

(ii) Inclui contratos de arrendamento de direito de uso conforme demonstrado na nota explicativa 8.a.

(iii) Refere-se à alocação da provisão para redução ao valor recuperável de ativos da Extrafarma (vide nota explicativa nº 3.c.1).

Ultrapar Participações S.A. e Controladas

Notas explicativas às informações trimestrais da controladora e consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

b. Arrendamentos a pagar

A movimentação dos arrendamentos a pagar é demonstrada abaixo:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2020	37.934	1.833.288
Apropriação de juros	1.634	75.013
Pagamento de contraprestação de arrendamentos ⁽ⁱ⁾	(4.131)	(218.059)
Adições e remensurações	2.486	133.813
Baixas de contratos	(103)	(41.423)
Variação cambial	-	13.086
Saldo em 30 de junho de 2021	<u>37.820</u>	<u>1.795.718</u>
Circulante	5.307	286.617
Não circulante	32.513	1.509.101

⁽ⁱ⁾ Inclui o montante de R\$ 29.237 pagos pela controlada Tequimar Vila do Conde referente às outorgas de concessões portuárias.

Os desembolsos futuros (contraprestações), assumidos em decorrência dos contratos de arrendamento mercantil, estão apresentados abaixo:

	<u>30/06/2021</u>	
	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Até 1 ano	8.302	403.363
De 1 a 2 anos	8.133	353.892
De 2 a 3 anos	7.348	319.418
De 3 a 4 anos	7.190	286.761
De 4 a 5 anos	6.995	211.318
Mais de 5 anos	10.942	1.057.038
Total	<u>48.910</u>	<u>2.631.790</u>

Os contratos relacionados aos arrendamentos a pagar são indexados substancialmente pelo IGP-M (Índice Geral de Preços de Mercado, calculado pela Fundação Getúlio Vargas).

b.1. Taxas de desconto

As taxas médias ponderadas de desconto aplicadas nos contratos de arrendamento da Sociedade são:

<u>Contratos por prazo e taxa de desconto</u>	
<u>Prazos contratos</u>	<u>Taxa % a.a.</u>
1 a 5 anos	5,06
6 a 10 anos	7,26
11 a 15 anos	7,24
mais de 15 anos	8,21

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

c. Contratos de arrendamento de ativos de baixo valor

As controladas Cia. Ultragaz, Bahiana, Extrafarma, IPP, Serma e Oxiteno S.A. mantêm contratos de arrendamento considerados como baixo valor, de curto prazo e de pagamentos variáveis referentes ao uso de equipamentos de fábrica, equipamentos de informática, veículos e imóveis comerciais. As controladas têm a opção de comprar os ativos referentes a equipamentos de informática por um preço equivalente ao valor justo na data da opção e a administração não possui a intenção de exercê-la. Os desembolsos futuros (contraprestações), assumidos em decorrência desses contratos totalizam aproximadamente:

	<u>até 1 ano</u>	<u>de 1 a 5 anos</u>	<u>Total</u>
30/06/2021	1.783	19	1.802

O total de arrendamento mercantil considerado como de baixo valor, curto prazo e pagamentos variáveis, reconhecido como despesa no período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, foi R\$ 27.165 (R\$ 11.596 no período de seis meses findo em 30 junho de 2020).

d. Efeitos de inflação

Os efeitos da inflação estão demonstrados a seguir:

Ativo de direito de uso, líquido	Controladora	Consolidado
Base nominal	34.463	2.057.477
Base inflacionada	40.738	2.433.875
	<u>18,2%</u>	<u>18,3%</u>
 Passivo de arrendamento	 Controladora	 Consolidado
Base nominal	37.820	1.795.718
Base inflacionada	44.096	2.161.110
	<u>16,6%</u>	<u>20,3%</u>
 Despesa financeira	 Controladora	 Consolidado
Base nominal	1.634	75.013
Base inflacionada	1.926	91.109
	<u>17,9%</u>	<u>21,5%</u>
 Despesa de amortização	 Controladora	 Consolidado
Base nominal	2.984	175.346
Base inflacionada	3.445	196.521
	<u>15,4%</u>	<u>12,1%</u>

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

14 Imobilizado

A composição e movimentação do imobilizado é demonstrada abaixo:

- Controladora**

	Prazo médio ponderado de depreciação (anos)	Saldo em 31/12/2020	Adições	Depreciações	Saldo em 30/06/2021
Custo:					
Edificações	35	-	144	-	144
Benfeitorias em imóveis de terceiros	8	2.194	9.728	-	11.922
Máquinas e equipamentos	10	82	42	-	124
Móveis e utensílios	8	502	1.811	-	2.313
Equipamentos de informática	5	13.293	16	-	13.309
		<u>16.071</u>	<u>11.741</u>	<u>-</u>	<u>27.812</u>
Depreciação acumulada:					
Edificações		-	-	(2)	(2)
Benfeitorias em imóveis de terceiros		(178)	-	(629)	(807)
Máquinas e equipamentos		(6)	-	(6)	(12)
Móveis e utensílios		(37)	-	(131)	(168)
Equipamentos de informática		(1.522)	-	(1.339)	(2.861)
		<u>(1.743)</u>	<u>-</u>	<u>(2.107)</u>	<u>(3.850)</u>
Custo líquido		<u>14.328</u>	<u>11.741</u>	<u>(2.107)</u>	<u>23.962</u>

Ultrapar Participações S.A. e Controladas

Notas explicativas às informações trimestrais da controladora e consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

• **Consolidado**

	Prazo médio ponderado de depreciação (anos)	Saldo em 31/12/2020	Adições	Depreciações	Transferências (i)	Baixas	Variação cambial	Saldo em 30/06/2021
Custo:								
Terrenos	-	687.108	1.599	-	-	(6.809)	(1.981)	679.917
Edificações	33	2.154.710	36.240	-	23.533	(14.775)	(15.944)	2.183.764
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10	1.222.822	8.647	-	41.715	(24.832)	(86)	1.248.266
Máquinas e equipamentos	13	6.498.362	85.063	-	245.737	(7.777)	(55.171)	6.766.214
Equipamentos e instalações para distribuição de combustíveis claros/lubrificantes	12	3.169.320	35.820	-	22.631	(15.893)	-	3.211.878
Tanques e vasilhames para GLP	9	776.479	54.110	-	1.567	(20.796)	-	811.360
Veículos	8	310.836	4.187	-	4.890	(17.879)	(74)	301.960
Móveis e utensílios	9	316.712	10.868	-	1.113	(9.906)	(802)	317.985
Equipamentos de informática	5	444.844	9.797	-	1.124	(2.972)	(449)	452.344
Obras em andamento (ii)	-	580.695	323.621	-	(314.616)	-	(604)	589.096
Adiantamentos a fornecedores	-	34.642	1.448	-	(18.377)	-	-	17.713
Importações em andamento	-	866	3.642	-	(308)	-	(5)	4.195
		<u>16.197.396</u>	<u>575.042</u>	<u>-</u>	<u>9.009</u>	<u>(121.639)</u>	<u>(75.116)</u>	<u>16.584.692</u>

Ultrapar Participações S.A. e Controladas

Notas explicativas às informações trimestrais da controladora e consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

	Saldo em 31/12/2020	Adições	Depreciações	Transferências (i)	Baixas	Variação cambial	Saldo em 30/06/2021
Depreciação acumulada:							
Edificações	(851.397)	-	(33.952)	(94)	8.698	4.399	(872.346)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(689.161)	-	(38.765)	94	22.974	16	(704.842)
Máquinas e equipamentos	(3.598.304)	-	(170.863)	-	7.571	15.807	(3.745.789)
Equipamentos e instalações para distribuição de combustíveis claros/lubrificantes	(1.906.953)	-	(89.423)	-	10.800	-	(1.985.576)
Tanques e vasilhames para GLP	(454.651)	-	(30.124)	-	13.142	-	(471.633)
Veículos	(143.854)	-	(11.466)	-	11.077	77	(144.166)
Móveis e utensílios	(191.713)	-	(11.149)	5	9.833	453	(192.571)
Equipamentos de informática	(352.256)	-	(17.744)	6	2.636	607	(366.751)
	<u>(8.188.289)</u>	<u>-</u>	<u>(403.486)</u>	<u>11</u>	<u>86.731</u>	<u>21.359</u>	<u>(8.483.674)</u>
Provisão para perdas:							
Terrenos	(146)	-	-	-	-	-	(146)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(61)	(66.913) ^(*)	-	-	-	2	(66.972)
Máquinas e equipamentos	(2.857)	-	-	-	-	23	(2.834)
Equipamentos e instalações para distribuição de combustíveis claros/lubrificantes	(73)	-	-	-	13	-	(60)
Adiantamento a fornecedores	(110)	-	-	-	-	-	(110)
	<u>(3.247)</u>	<u>(66.913)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>13</u>	<u>25</u>	<u>(70.122)</u>
Custo líquido	<u>8.005.860</u>	<u>508.129</u>	<u>(403.486)</u>	<u>9.020</u>	<u>(34.895)</u>	<u>(53.732)</u>	<u>8.030.896</u>

(i) Refere-se a R\$ 27 transferidos do intangível.

(ii) Inclui R\$ 8.993 transferidos do direito de uso.

(*) Refere-se à alocação da provisão para redução ao valor recuperável de ativos da Extrafarma (vide nota explicativa nº 3.c.1).

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

As obras em andamento referem-se substancialmente às ampliações, reformas, construções e modernizações dos parques industriais, terminais, lojas, postos de serviços e bases de distribuição.

Os adiantamentos a fornecedores referem-se basicamente à fabricação sob encomenda de bens para expansão das unidades industriais, terminais, lojas e bases e aquisição de imóveis operacionais.

15 Intangível

A composição e movimentação do ativo intangível é demonstrada abaixo:

- **Controladora**

	Prazo médio ponderado de amortização (anos)	Saldo em 31/12/2020	Adições	Amortizações	Saldo em 30/06/2021
Custo:					
Ágio (a)	-	246.163	-	-	246.163
Software (b)	5	9.111	64	-	9.175
		<u>255.274</u>	<u>64</u>	<u>-</u>	<u>255.338</u>
Amortização acumulada:					
Software		(1.032)	-	(923)	(1.955)
		<u>(1.032)</u>	<u>-</u>	<u>(923)</u>	<u>(1.955)</u>
Custo líquido		<u>254.242</u>	<u>64</u>	<u>(923)</u>	<u>253.383</u>

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

• **Consolidado**

	Prazo médio ponderado de amortização (anos)	Saldo em 31/12/2020	Adições	Amortizações	Transferências (i)	Baixas	Variação cambial	Saldo em 30/06/2021
Custo:								
Ágio (a)	-	1.525.088	-	-	-	-	-	1.525.088
Software (b)	4	1.395.046	96.181	-	(27)	(18.117)	(1.285)	1.471.798
Tecnologia (c)	-	32.617	-	-	-	-	-	32.617
Fundo de comércio	12	133.599	-	-	-	-	-	133.599
Marcas (d)	-	136.962	-	-	-	-	(2.412)	134.550
Direito de uso de marcas (d)	39	114.792	-	-	-	-	-	114.792
Outros (e)	10	50.698	669	-	-	-	(1.160)	50.207
Créditos de descarbonização (f)	-	-	59.019	-	-	(56.661)	-	2.358
		<u>3.388.802</u>	<u>155.869</u>	<u>-</u>	<u>(27)</u>	<u>(74.778)</u>	<u>(4.857)</u>	<u>3.465.009</u>
Amortização acumulada:								
Software		(825.024)	-	(98.447)	-	18.117	1.229	(904.125)
Tecnologia		(32.616)	-	-	-	-	-	(32.616)
Fundo de comércio		(113.326)	-	(1.696)	-	-	-	(115.022)
Direito de uso de marcas		(9.056)	-	(1.469)	-	-	-	(10.525)
Outros		(32.845)	-	(72)	-	-	2	(32.915)
		<u>(1.012.867)</u>	<u>-</u>	<u>(101.684)</u>	<u>-</u>	<u>18.117</u>	<u>1.231</u>	<u>(1.095.203)</u>
Provisão para perdas e redução ao valor recuperável "impairment":								
Ágio (a)		(593.280)	(68.273) ^(*)	-	-	-	-	(661.553)
Fundo de comércio		-	(4.481) ^(*)	-	-	-	-	(4.481)
Marcas (d)		-	(72.523) ^(*)	-	-	-	-	(72.523)
		<u>(593.280)</u>	<u>(145.277)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(738.557)</u>
Custo líquido		<u>1.782.655</u>	<u>10.592</u>	<u>(101.684)</u>	<u>(27)</u>	<u>(56.661)</u>	<u>(3.626)</u>	<u>1.631.249</u>

(i) Refere-se a valores transferidos para o imobilizado.

(*) Refere-se à alocação da provisão para redução ao valor recuperável de ativos da Extrafarma (vide nota explicativa nº 3.c.1).

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

a. Ágio

O saldo líquido remanescente do ágio é testado anualmente para fins de análise de recuperabilidade e representam as seguintes aquisições:

	Segmento	30/06/2021	31/12/2020
Ágio na aquisição de:			
Extrafarma	Extrafarma	661.553	661.553
Extrafarma - <i>impairment</i>	Extrafarma	(661.553)	(593.280)
Extrafarma - líquido	Extrafarma	-	68.273
Ipiranga ⁽¹⁾	Ipiranga	276.724	276.724
União Terminais	Ultracargo	211.089	211.089
Texaco	Ipiranga	177.759	177.759
Iconic (CBLSA)	Ipiranga	69.807	69.807
Oxiteno Uruguay	Oxiteno	44.856	44.856
Temmar	Ultracargo	43.781	43.781
DNP	Ipiranga	24.736	24.736
Repsol	Ultragaz	13.403	13.403
TEAS	Ultracargo	797	797
Outros	Oxiteno	583	583
		<u>863.535</u>	<u>931.808</u>

⁽¹⁾Inclui R\$ 246.163 na Ultrapar.

Em 31 de dezembro de 2020, a Sociedade realizou os testes de recuperabilidade dos saldos de ágios demonstrados na tabela acima. O processo de determinação do valor em uso envolve utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa, tais como taxas de crescimento das receitas, custos e despesas, estimativas de investimentos e capital de giro futuros e taxas de descontos. As premissas sobre projeções de crescimento dos fluxos de caixa futuros são baseadas no plano de negócios dos segmentos da Sociedade, bem como em dados comparáveis de mercado e representam a melhor estimativa da administração acerca das condições econômicas que existirão durante a vida econômica das diferentes UGCs às quais os ágios estão relacionados. As principais premissas-chaves utilizadas pela Sociedade para o cálculo do valor em uso estão descritas abaixo:

Período de avaliação: a avaliação do valor em uso é efetuada por um período de cinco anos (exceto segmento Extrafarma), e a partir de então considera-se a perpetuidade das premissas, tendo em vista a capacidade de continuidade dos negócios por tempo indeterminado. Para o segmento Extrafarma foi utilizado um período de dez anos devido ao prazo de quatro anos para maturidade de novas lojas.

Taxa de desconto e taxa de crescimento real: as taxas de desconto e de crescimento real utilizadas para extrapolar as projeções em 31 de dezembro de 2020 variaram de 8,5 % a 11,0% e 0% a 1% a.a., respectivamente, dependendo da UGC analisada.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Receita de vendas, custos e despesas e margem bruta: considera o orçamento de 2021 e o plano estratégico de longo prazo elaborado pela administração e aprovado pelo CA.

Em 30 de junho de 2021, a Sociedade realizou o teste de recuperação do saldo de ágio e ativos líquidos da controlada Extrafarma, considerando o valor da transação comentada na nota explicativa nº 3.c.1. O referido teste indicou a necessidade de reconhecimento de perda no trimestre para o saldo de ágio no montante de R\$ 68.273.

b. Software

Inclui as licenças de uso e gastos com a implantação dos diversos sistemas utilizados pela Sociedade e suas controladas: sistemas integrados de gestão e controle, administração financeira, comércio exterior, automação industrial, gerenciamento operacional de armazenagem, informações contábeis, entre outros. Também incluem os gastos relacionados com softwares em andamento no montante de R\$ 37.338 em 30 de junho de 2021 (R\$ 35.718 em 31 de dezembro de 2020).

c. Tecnologia

As controladas Oxiteno S.A. e Oleoquímica registram como tecnologia certos direitos de uso por elas detidos. Tais licenciamentos abrangem a produção de óxido de eteno, etilenoglicóis, etanolaminas, éteres glicólicos, etoxilados, solventes, ácidos graxos de óleos vegetais, álcoois graxos e especialidades químicas, produtos estes que atendem diversos segmentos da economia.

d. Marcas e direito de uso de marcas

Marcas representam os custos de aquisição da marca ‘am/pm’ no Brasil e da marca Extrafarma, adquirida na combinação de negócios, e direitos de uso das marcas Chevron e Texaco.

e. Outros intangíveis

Referem-se principalmente ao programa de fidelidade Clube Extrafarma.

f. Créditos de descarbonização

Representam os CBIOS adquiridos e registrados pelo custo de aquisição. O valor da coluna “baixas” refere-se aos CBIOS aposentados no período, que não podem ser objeto de negociação futura.

16 Empréstimos, financiamentos, debêntures e instrumentos financeiros derivativos de proteção

a. Composição

- **Controladora:**

Descrição	30/06/2021	31/12/2020	Índice/Moeda	Encargos financeiros médios ponderados em 30/06/2021 - % a.a.	Vencimento
Moeda nacional:					
Debêntures – 6ª emissão (f.5)	1.740.885	1.734.113	DI	105,3	2023
Nota Promissória - Ultrapar (g.1)	-	1.038.499	R\$ + DI	-	2021
Total	<u>1.740.885</u>	<u>2.772.612</u>			
Circulante	16.396	1.048.495			
Não circulante	1.724.489	1.724.117			

Ultrapar Participações S.A. e Controladas

Notas explicativas às informações trimestrais da controladora e consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

• **Consolidado:**

Descrição	30/06/2021	31/12/2020	Índice/Moeda	Encargos financeiros médios ponderados em 30/06/2021 - % a.a.	Vencimento
Moeda estrangeira:					
Notas no mercado externo (b) (*)	6.997.727	7.267.687	US\$	5,3	2026 a 2029
Financiamento externo (c.1) (*)	1.001.449	1.047.644	US\$	3,9	2021 a 2023
Instituições financeiras (d)	298.675	312.200	US\$ + LIBOR (1)	1,4	2021
Financiamento externo (c.1) (*)	254.009	261.284	US\$ + LIBOR (1)	1,0	2022
Instituições financeiras (d)	158.285	154.783	US\$	2,4	2021
Instituições financeiras (d)	37.875	39.350	MX\$ (2)	8,1	2021
Adiantamento sobre Contrato de Câmbio	-	105.579	US\$	-	2021
Total moeda estrangeira	8.748.020	9.188.527			
Moeda nacional:					
Debêntures – CRA (f.2, f.4 e f.6)	2.046.156	2.037.602	DI	95,8	2022 a 2023
Debêntures – 6ª emissão (f.5)	1.740.885	1.734.113	DI	105,3	2023
Debêntures – Ipiranga (f.1 e f.3)	1.532.682	1.679.036	DI	105,0	2021 a 2022
Debêntures – CRA (f.2, f.4 e f.6) (*)	978.294	1.000.824	IPCA	4,6	2024 a 2025
Debêntures – Ultracargo Logística e Tequimar Vila do Conde (f.8 e f.9) (*)	474.764	-	IPCA	4,1	2028
Banco do Brasil pós-fixado (e)	203.687	407.420	DI	110,9	2022
Debêntures – Ultracargo Logística (f.7) (*)	85.568	92.541	R\$	6,5	2024
Cédula de Crédito Bancário	50.644	50.692	R\$ + DI	2,0	2022
FINEP	24.037	29.803	TJLP (3)	1,6	2021 a 2023
Nota promissória - Ultrapar (g.1)	-	1.038.499	R\$ + DI	-	2021
Total moeda nacional	7.136.717	8.070.530			
Total moeda estrangeira e nacional	15.884.737	17.259.057			
Resultado de instrumentos de proteção cambial e de juros (**)	220.894	117.159			
Total	16.105.631	17.376.216			
Circulante	3.029.295	3.255.944			
Não circulante	13.076.336	14.120.272			

(*) Essas operações foram designadas para *hedge accounting* (vide nota explicativa nº 33.h).

(**) Perdas acumuladas (vide nota explicativa nº 33.i).

1) LIBOR = London Interbank Offered Rate.

2) MX\$ = peso mexicano.

3) TJLP = fixada pelo Conselho Monetário Nacional, a TJLP é o custo básico de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”). Em 30 de junho de 2021, a TJLP estava fixada em 4,61% a.a.

Ultrapar Participações S.A. e Controladas

Notas explicativas às informações trimestrais da controladora e consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

A movimentação dos empréstimos, financiamentos, debêntures e instrumentos financeiros derivativos de proteção é demonstrada abaixo:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2020	2.772.612	17.376.216
Captações com efeito caixa	-	493.594
Apropriação de juros	38.196	362.165
Pagamento de principal	(1.000.000)	(1.518.163)
Pagamento de juros	(69.923)	(352.645)
Variação monetária e cambial	-	(288.417)
Variação de valor justo	-	(70.854)
Resultado de <i>hedges</i>	-	103.735
	<hr/>	<hr/>
Saldo em 30 de junho de 2021	<u>1.740.885</u>	<u>16.105.631</u>

Os montantes a longo prazo têm a seguinte composição por ano de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
De 1 a 2 anos	1.724.489	(750)	3.199.957	2.702.626
De 2 a 3 anos	-	1.724.867	1.762.479	3.091.641
De 3 a 4 anos	-	-	335.498	784.778
De 4 a 5 anos	-	-	309.622	231.271
Mais de 5 anos	-	-	7.468.780	7.309.956
	<hr/>	<hr/>	<hr/>	<hr/>
	<u>1.724.489</u>	<u>1.724.117</u>	<u>13.076.336</u>	<u>14.120.272</u>

Os custos de transação e os prêmios de emissão associados às operações de captações financeiras foram agregados aos respectivos passivos financeiros, conforme demonstrado na nota explicativa nº 16.h.

Para algumas dívidas a administração contratou instrumentos de proteção à exposição cambial e à taxa de juros (vide nota explicativa nº 33.h).

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

b. Notas no mercado externo

Em 6 de outubro de 2016 a controlada Ultrapar International S.A. (“Ultrapar International”) emitiu US\$ 750.000 (equivalente a R\$ 3.751.650 em 30 de junho de 2021) em notas no mercado externo com vencimento em outubro de 2026 e encargo financeiro de 5,25% ao ano, pagos semestralmente. O preço da emissão foi de 98,097% do valor de face da nota. As notas foram garantidas pela Sociedade e pela controlada IPP. A Sociedade designou relações de *hedge* para esta operação (vide notas explicativas nº 33.h.2 e nº 33.h.3).

Em 6 de junho de 2019 a controlada Ultrapar International emitiu US\$ 500.000 (equivalente a R\$ 2.501.100 em 30 de junho de 2021) em notas no mercado externo com vencimento em junho de 2029 e encargo financeiro de 5,25% ao ano, pagos semestralmente. O preço da emissão foi de 100% do valor de face da nota. As notas foram garantidas pela Sociedade e pela controlada IPP. A Sociedade designou relações de *hedge* para parte desta operação (vide nota explicativa nº 33.h.3).

Em 21 de junho de 2019 a controlada Ultrapar International recomprou US\$ 200.000 (equivalente a R\$ 1.000.440 em 30 de junho de 2021) das notas no mercado externo com vencimento em outubro de 2026.

Em 13 de julho de 2020 a controlada Ultrapar International realizou a reabertura das notas no mercado externo emitidas em 2019, realizando nova emissão no montante de US\$ 350.000 (equivalente a R\$ 1.750.770 em 30 de junho de 2021) com vencimento em junho de 2029 e encargo financeiro de 5,25% ao ano, pagos semestralmente. O preço da emissão foi de 99,994% do valor de face da nota. As notas foram garantidas pela Sociedade e pela controlada IPP.

Em decorrência da emissão de notas no mercado externo, a Sociedade e suas controladas, estão sujeitas a certos compromissos, dentre eles:

- Restrição de alienação da totalidade ou da quase totalidade dos ativos da Sociedade e das controladas Ultrapar International e IPP;
- Restrição de gravames em ativos superiores a US\$ 150.000 (equivalente a R\$ 750.330 em 30 de junho de 2021) ou 15% do valor dos ativos tangíveis consolidados.

A Sociedade e suas controladas mantêm os níveis de *covenants* requeridos por este empréstimo. As restrições impostas à Sociedade e suas controladas são usuais em operações dessa natureza e não limitaram a capacidade destas de conduzirem seus negócios até o momento.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

c. Financiamentos externos

c.1. A controlada IPP possui financiamentos externos no montante de US\$ 235.000 (equivalente a R\$ 1.175.517 em 30 de junho de 2021). A IPP contratou instrumentos de proteção à taxa de juros flutuante em dólar e à variação cambial, trocando os encargos dos financiamentos externos para, na média, 104,1 % do DI. A IPP designou os instrumentos de proteção como *hedge* de valor justo (vide nota explicativa nº 33.h.1). Desta forma, tanto os financiamentos quanto os instrumentos de proteção são apresentados pelo seu valor justo calculado desde o início de sua contratação, sendo as variações de valor justo reconhecidas no resultado. Os financiamentos externos são garantidos pela Sociedade.

Os financiamentos externos têm seus vencimentos distribuídos conforme abaixo:

Vencimento	US\$	R\$	Custo em % do DI
Encargos ⁽¹⁾	15.981	79.941	-
jul/2021	60.000	300.132	101,8
jun/2022	50.000	250.110	105,0
set/2023	60.000	300.132	105,0
set/2023	65.000	325.143	104,8
Total / custo médio	<u>250.981</u>	<u>1.255.458</u>	<u>104,1</u>

⁽¹⁾ Considera juros, custo de transação e marcação a mercado.

d. Instituições financeiras

As controladas Oxiteno México S.A. de C.V., Oxiteno USA LLC (“Oxiteno USA”) e Oxiteno Uruguay possuem empréstimos para investimentos e capital de giro.

A controlada Oxiteno USA possui financiamento com custo de LIBOR + 1,4% e vencimento distribuído conforme abaixo:

Vencimento	US\$	R\$
Encargos ⁽¹⁾	3	13
set/2021	<u>60.000</u>	<u>298.662</u>
Total	<u>60.003</u>	<u>298.675</u>

⁽¹⁾ Considera juros.

Os recursos foram utilizados no financiamento do capital de giro e na construção de uma nova planta de alcoxilação no Texas.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

e. Banco do Brasil

A controlada IPP possui empréstimos pós-fixados junto ao Banco do Brasil destinados à comercialização, beneficiamento ou industrialização de produtos de origem agropecuária (etanol).

Os empréstimos têm vencimentos distribuídos conforme abaixo (inclui juros até 30 de junho de 2021):

Vencimento	30/06/2021
mai/2022	<u>203.687</u>
Total	<u><u>203.687</u></u>

f. Debêntures

f.1 Em maio de 2016 a controlada IPP efetuou sua quarta emissão pública de debêntures em série única de 500 debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, nominativas e escriturais, cujas principais características são:

Valor nominal unitário:	R\$ 1.000.000,00
Vencimento final:	25 de maio de 2021
Pagamento do valor nominal:	Anual a partir de maio de 2019
Remuneração:	105,0% do DI
Pagamento da remuneração:	Semestralmente
Repactuação:	Não haverá repactuação

A controlada IPP liquidou a sua quarta emissão pública de debêntures em seu vencimento.

f.2 Em abril de 2017 a controlada IPP efetuou sua quinta emissão de debêntures em duas séries, sendo uma de 660.139 e outra de 352.361 debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas, escriturais e quirografárias, colocadas de forma privada pela Eco Consult – Consultoria de Operações Financeiras Agropecuárias Ltda. Os recursos foram destinados exclusivamente para a compra de etanol pela controlada IPP.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

As debêntures foram posteriormente cedidas e transferidas para Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A., a qual adquiriu esses direitos creditórios do agronegócio com o objetivo de vincular a emissão de Certificado de Recebíveis de Agronegócio (CRA). As debêntures contam com garantia adicional da Ultrapar e as principais características são as seguintes:

Quantidade:	660.139
Valor nominal unitário:	R\$ 1.000,00
Vencimento final:	18 de abril de 2022
Pagamento do valor nominal:	Parcela única no vencimento final
Remuneração:	95,0% do DI
Pagamento da remuneração:	Semestralmente
Repactuação:	Não haverá repactuação

Quantidade:	352.361
Valor nominal unitário:	R\$ 1.000,00
Vencimento final:	15 de abril de 2024
Pagamento do valor nominal:	Parcela única no vencimento final
Remuneração:	IPCA + 4,68%
Pagamento da remuneração:	Anualmente
Repactuação:	Não haverá repactuação

A controlada IPP contratou instrumentos de proteção a variações do IPCA, trocando os encargos financeiros das debêntures atreladas ao IPCA para 93,9% do DI. A IPP designou o instrumento de proteção como *hedge* de valor justo, desta forma, tanto as debêntures quanto o instrumento de proteção são apresentados pelo seu valor justo calculado desde o início de sua contratação, sendo as variações de valor justo reconhecidas no resultado.

f.3 Em julho de 2017 a controlada IPP efetuou sua sexta emissão pública de debêntures em série única de 1.500.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, cujas principais características são:

Valor nominal unitário:	R\$ 1.000,00
Vencimento final:	28 de julho de 2022
Pagamento do valor nominal:	Anual a partir de julho de 2021
Remuneração:	105,0% do DI
Pagamento da remuneração:	Anualmente
Repactuação:	Não haverá repactuação

f.4 Em outubro de 2017 a controlada IPP efetuou sua sétima emissão de debêntures no montante total de R\$ 944.077, em duas séries, sendo uma de 730.384 e outra de 213.693 debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas, escriturais e quirografárias, colocadas de forma privada pela Vert Companhia Securitizadora. Os recursos foram destinados exclusivamente para a compra de etanol pela controlada IPP.

Ultrapar Participações S.A. e Controladas

Notas explicativas às informações trimestrais da controladora e consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

As debêntures foram posteriormente cedidas e transferidas para Vert Créditos Ltda., a qual adquiriu esses direitos creditórios do agronegócio com o objetivo de vincular a emissão de CRA. A liquidação financeira ocorreu em 1 de novembro de 2017. As debêntures contam com garantia adicional da Ultrapar e as principais características são as seguintes:

Quantidade:	730.384
Valor nominal unitário:	R\$ 1.000,00
Vencimento final:	24 de outubro de 2022
Pagamento do valor nominal:	Parcela única no vencimento final
Remuneração:	95,0% do DI
Pagamento da remuneração:	Semestralmente
Repactuação:	Não haverá repactuação

Quantidade:	213.693
Valor nominal unitário:	R\$ 1.000,00
Vencimento final:	24 de outubro de 2024
Pagamento do valor nominal:	Parcela única no vencimento final
Remuneração:	IPCA + 4,34%
Pagamento da remuneração:	Anualmente
Repactuação:	Não haverá repactuação

A IPP contratou instrumentos de proteção a variações do IPCA, trocando os encargos financeiros das debêntures atreladas ao IPCA para 97,3% do DI. A IPP designou o instrumento de proteção como *hedge* de valor justo, desta forma, tanto as debêntures quanto o instrumento de proteção são apresentados pelo seu valor justo calculado desde o início de sua contratação, sendo as variações de valor justo reconhecidas no resultado.

f.5 Em março de 2018 a Sociedade efetuou sua sexta emissão de debêntures, em série única de 1.725.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, cujas principais características são:

Valor nominal unitário:	R\$ 1.000,00
Vencimento final:	5 de março de 2023
Pagamento do valor nominal:	Parcela única no vencimento final
Remuneração:	105,25% do DI
Pagamento da remuneração:	Semestralmente
Repactuação:	Não haverá repactuação

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

f.6 Em dezembro de 2018 a controlada IPP efetuou sua oitava emissão de debêntures no montante total de R\$ 900.000, em duas séries, sendo uma de 660.000 e outra de 240.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas, escriturais e quirografárias, colocadas de forma privada pela Vert Companhia Securitizadora. Os recursos foram destinados exclusivamente para a compra de etanol pela controlada IPP. As debêntures foram subscritas com o objetivo de vincular a emissão de CRA. A liquidação financeira ocorreu em 21 de dezembro de 2018. As debêntures contam com garantia adicional da Ultrapar e as principais características são as seguintes:

Quantidade:	660.000
Valor nominal unitário:	R\$ 1.000,00
Vencimento final:	18 de dezembro de 2023
Pagamento do valor nominal:	Parcela única no vencimento final
Remuneração:	97,5% do DI
Pagamento da remuneração:	Semestralmente
Repactuação:	Não haverá repactuação

Quantidade:	240.000
Valor nominal unitário:	R\$ 1.000,00
Vencimento final:	15 de dezembro de 2025
Pagamento do valor nominal:	Parcela única no vencimento final
Remuneração:	IPCA + 4,61%
Pagamento da remuneração:	Anualmente
Repactuação:	Não haverá repactuação

A IPP contratou instrumentos de proteção a variações do IPCA, trocando os encargos financeiros das debêntures atreladas ao IPCA para 97,1% do DI. A IPP designou o instrumento de proteção como *hedge* de valor justo, desta forma, tanto as debêntures quanto o instrumento de proteção são apresentados pelo seu valor justo calculado desde o início de sua contratação, sendo as variações de valor justo reconhecidas no resultado.

f.7 Em novembro de 2019 a controlada Ultracargo Logística efetuou sua primeira emissão de debêntures, em série única de 90.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, cujas principais características são:

Valor nominal unitário:	R\$ 1.000,00
Vencimento final:	19 de novembro de 2024
Pagamento do valor nominal:	Parcela única no vencimento final
Remuneração:	6,47%
Pagamento da remuneração:	Semestralmente
Repactuação:	Não haverá repactuação

A Ultracargo Logística contratou instrumentos de proteção a variações da taxa de juros, trocando os encargos financeiros das debêntures pré-fixados para 99,94% do DI. A Ultracargo Logística designou o instrumento de proteção como *hedge* de valor justo, desta forma tanto as debêntures quanto o instrumento de proteção são apresentados pelo seu valor justo calculado desde o início de sua contratação, sendo as variações de valor justo reconhecidas no resultado.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

f.8 Em março de 2021 a controlada Tequimar Vila do Conde efetuou sua primeira emissão de debêntures, em série única de 360.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, cujas principais características são:

Valor nominal unitário:	R\$ 1.000,00
Vencimento final:	15 de março de 2028
Pagamento do valor nominal:	Parcela única no vencimento final
Remuneração:	IPCA + 4,04%
Pagamento da remuneração:	Semestralmente
Repactuação:	Não haverá repactuação

A Tequimar Vila do Conde contratou instrumentos de proteção a variações da taxa de juros trocando os encargos financeiros pré-fixados das debêntures para 111,4% do DI. A Tequimar Vila do Conde designou o instrumento de proteção como *hedge* de valor justo, desta forma tanto as debêntures quanto o instrumento de proteção são apresentados pelo seu valor justo calculado desde o início de sua contratação sendo as variações de valor justo reconhecidas no resultado.

f.9 Em março de 2021 a controlada Ultracargo Logística efetuou sua segunda emissão de debêntures, em série única de 100.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, cujas principais características são:

Valor nominal unitário:	R\$ 1.000,00
Vencimento final:	15 de março de 2028
Pagamento do valor nominal:	Parcela única no vencimento final
Remuneração:	IPCA + 4,37%
Pagamento da remuneração:	Semestralmente
Repactuação:	Não haverá repactuação

A Ultracargo Logística contratou instrumentos de proteção a variações da taxa de juros trocando os encargos financeiros pré-fixados das debêntures para 111,4% do DI. A Ultracargo Logística designou o instrumento de proteção como *hedge* de valor justo, desta forma tanto as debêntures quanto o instrumento de proteção são apresentados pelo seu valor justo calculado desde o início de sua contratação sendo as variações de valor justo reconhecidas no resultado.

As debêntures têm vencimentos distribuídos conforme abaixo (inclui juros até 30 de junho de 2021):

Vencimento	30/06/2021
Encargos ¹	79.459
jul/2021	750.000
abr/2022	660.139
jul/2022	750.000
out/2022	730.384
mar/2023	1.725.000
dez/2023	660.000
abr/2024	419.203
out/2024	252.370
nov/2024	90.000
dez/2025	271.274
mar/2028	470.520
Total	6.858.349

⁽¹⁾ Considera juros, custo de transação e marcação a mercado.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

g. Notas promissórias

g.1 Em abril de 2020 a Sociedade efetuou sua segunda emissão pública de notas promissórias em série única de 40 notas comerciais, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, cujas principais características são:

Valor nominal unitário:	R\$ 25.000.000,00
Vencimento final:	6 de abril de 2021
Pagamento do valor nominal:	Parcela única no vencimento final
Remuneração:	DI + 3,10%
Pagamento da remuneração:	Em única parcela, no vencimento
Repactuação:	Não haverá repactuação

A Sociedade liquidou sua segunda emissão pública de notas promissórias em seu vencimento.

h. Custos de transação

Os custos de transação incorridos na captação de recursos financeiros foram deduzidos do valor do instrumento financeiro contratado e apropriados ao resultado de acordo com a taxa efetiva conforme abaixo:

	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a.)	Saldo em 31/12/2020	Custos incorridos	Amortizações	Saldo em 30/06/2021
Debêntures (f)	0,2	28.348	10.529	(6.730)	32.147
Notas no mercado externo (b)	0,1	37.112	-	(2.424)	34.688
Notas Promissórias (g)	0,5	1.318	-	(1.318)	-
Banco do Brasil (e)	0,1	332	-	(165)	167
Total		<u>67.110</u>	<u>10.529</u>	<u>(10.637)</u>	<u>67.002</u>

O montante a apropriar ao resultado nos próximos exercícios tem a seguinte composição:

	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 3 anos	De 3 a 4 anos	De 4 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Debêntures (f)	12.916	8.207	4.845	1.965	1.616	2.598	32.147
Notas no mercado externo (b)	4.891	4.895	4.911	4.901	4.905	10.185	34.688
Banco do Brasil (e)	167	-	-	-	-	-	167
Total	<u>17.974</u>	<u>13.102</u>	<u>9.756</u>	<u>6.866</u>	<u>6.521</u>	<u>12.783</u>	<u>67.002</u>

i. Garantias

Para os financiamentos são mantidas garantias reais no montante de R\$ 76.086 em 30 de junho de 2021 (R\$ 75.251 em 31 de dezembro de 2020) e avais, fianças e notas promissórias no montante de R\$13.717.405 em 30 de junho de 2021 (R\$ 13.758.033 em 31 de dezembro de 2020).

A Sociedade e suas controladas oferecem avais em cartas de fianças de processos judiciais e comerciais no montante de R\$121.256 em 30 de junho de 2021 (R\$ 129.139 em 31 de dezembro de 2020).

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Algumas controladas da Sociedade emitem garantias para instituições financeiras relacionadas às quantias devidas a essas instituições por alguns de seus clientes (financiamento de “*vendor*”), conforme abaixo:

	IPP	
	30/06/2021	31/12/2020
Montante máximo de pagamentos futuros relacionados a essas garantias	431.925	330.944
Vencimento de até	49 meses	46 meses
Valor justo das garantias outorgadas	8.236	5.496

Caso alguma controlada venha a ser instada a realizar pagamento relativo a essas garantias, a controlada poderá recuperar o montante pago diretamente de seus clientes através de cobrança comercial. Até 30 de junho de 2021 as controladas não tiveram perdas relacionadas a essas garantias. O valor justo das garantias outorgadas é reconhecido na rubrica “demais contas a pagar” no passivo circulante, sendo reconhecido no resultado à medida que os clientes liquidam a sua obrigação com as instituições financeiras.

17 Fornecedores

a. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
Fornecedores nacionais	25.935	16.870	2.468.232	2.306.398
Fornecedores nacionais - partes relacionadas (vide nota explicativa nº 8.a.2)	-	-	7.722	5.102
Fornecedores estrangeiros	-	-	451.588	307.486
Fornecedores estrangeiros - partes relacionadas (vide nota explicativa nº 8.a.2)	-	-	130.847	126.033
	<u>25.935</u>	<u>16.870</u>	<u>3.058.389</u>	<u>2.745.019</u>

b. Fornecedores convênio

	Consolidado	
	30/06/2021	31/12/2020
Fornecedores nacionais - convênio	1.976.177	1.021.424
Fornecedores nacionais - convênio - partes relacionadas (vide nota explicativa nº 8.a.2)	142.695	61.989
Fornecedores estrangeiros - convênio	<u>315.338</u>	<u>212.220</u>
	<u>2.434.210</u>	<u>1.295.633</u>

Algumas controladas da Sociedade realizaram convênios com instituições financeiras. Esses convênios consistem na antecipação do recebimento de títulos por parte do fornecedor, nos quais as instituições financeiras antecipam um determinado montante para o fornecedor e recebem, na data de vencimento, o montante devido pelas controladas da Sociedade. A decisão de aderir a esse tipo de operação é única e exclusivamente do fornecedor. O convênio não altera substancialmente as principais características das condições comerciais anteriormente estabelecidas com o fornecedor. Assim, essas operações são apresentadas na demonstração do fluxo de caixa como fluxo das atividades operacionais.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Algumas controladas da Sociedade adquirem combustíveis e GLP da Petrobras e de suas controladas e eteno da Braskem S.A. Esses fornecedores possuem praticamente a totalidade dos mercados destes produtos no Brasil.

18 Salários e encargos sociais

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
Provisões sobre folha de pagamento	11.212	7.886	237.772	195.286
Participação nos lucros, bônus e prêmios	14.396	27.779	112.617	184.306
Encargos sociais	6.372	5.632	70.209	73.267
Outros	548	1.103	13.619	15.771
	<u>32.528</u>	<u>42.400</u>	<u>434.217</u>	<u>468.630</u>

19 Obrigações tributárias

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
ICMS	-	-	178.653	180.522
IPI	-	-	14.319	8.952
PIS e COFINS	474	569	9.327	13.187
ISS	54	49	42.499	38.328
IVA das controladas no exterior	-	-	21.648	27.322
Outros	213	194	22.330	17.703
	<u>741</u>	<u>812</u>	<u>288.776</u>	<u>286.014</u>

20 Benefícios a empregados e plano de previdência privada (Consolidado)

a. ULTRAPREV - Associação de Previdência Complementar

Em fevereiro de 2001 o CA da Sociedade aprovou a adoção de um plano de previdência privada na modalidade de contribuição definida patrocinado pela Sociedade e suas controladas. Desde agosto de 2001 empregados participantes contribuem para este plano, administrado pela Ultraprev - Associação de Previdência Complementar (“Ultraprev”). Nos termos do plano a contribuição básica de cada empregado participante é calculada por meio da multiplicação de um percentual, até o limite de 11%, o qual é anualmente definido pelo participante, com base no seu salário. As sociedades patrocinadoras contribuem, em nome do participante, com um valor idêntico ao da contribuição básica deste. À medida que os participantes se aposentam eles optam entre receber: (i) uma quantia mensal que varia entre 0,3% e 1,0% sobre o fundo acumulado em seu nome na Ultraprev; ou (ii) um valor fixo mensal que esgotará o fundo acumulado em nome do participante em um prazo que varia entre 5 e 35 anos. A Sociedade e suas controladas não assumem responsabilidade por garantir valores e/ou prazos de recebimento de aposentadoria.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Em maio de 2020 o Conselho Deliberativo da Ultraprev aprovou a utilização do fundo de reversão no montante de R\$ 47.088, e em maio de 2021 a utilização adicional no montante de R\$ 3.706. O montante de R\$ 20.214 foi utilizado para abatimento de contribuições normais das patrocinadoras. O saldo de R\$ 30.580 em 30 de junho de 2021 será utilizado para abatimento de contribuições normais das patrocinadoras em um período de até 60 meses dependendo da patrocinadora.

No período de seis meses findo em 30 de junho de 2021, as controladas contribuíram à Ultraprev com R\$ 11.763, incluindo a utilização do fundo de reversão de R\$ 9.194 (R\$ 9.485, incluindo a utilização do fundo de reversão de R\$ 1.567, no período de seis meses findo em 30 de junho de 2020), valor contabilizado como despesa no resultado do exercício. O total de empregados vinculados ao plano em 30 de junho de 2021 atingiu 6.917 participantes ativos e 366 participantes aposentados. Adicionalmente a Ultraprev possuía 23 ex-funcionários recebendo benefícios conforme as regras de plano anterior cujas reservas estão plenamente constituídas.

b. Benefícios pós-emprego

As controladas reconhecem provisão para benefício pós-emprego, principalmente relacionada a gratificação por tempo de serviço, indenização do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (“FGTS”), plano de assistência médica e odontológica e seguro de vida para aposentados elegíveis.

Os valores relacionados a esses benefícios foram apurados em avaliação conduzida por atuário independente e revisados pela administração em 30 de junho de 2021.

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
Plano de Assistência Médica e Odontológica ⁽¹⁾	-	-	205.696	200.318
Indenização do FGTS	2.725	2.527	53.066	53.952
Gratificação por tempo de serviço	-	-	13.846	16.336
Seguro de vida ⁽¹⁾	-	-	14.517	14.118
Total	2.725	2.527	287.125	284.724
Circulante	-	-	27.173	27.077
Não circulante	2.725	2.527	259.952	257.647

⁽¹⁾ Somente aplicável a IPP, Tropical e Iconic.

21 Provisão para retirada de tanques (Consolidado)

Esta provisão corresponde à obrigação legal de retirar tanques subterrâneos de propriedade da controlada IPP localizados em postos de sua marca após determinado prazo de utilização (vide nota explicativa nº 2.n).

A tabela a seguir indica a movimentação da provisão para retirada de tanques:

Saldo em 31 de dezembro de 2020	53.435
Adições (novos tanques)	112
Gastos com tanques retirados	(1.747)
Despesa com atualização	2.441
Saldo em 30 de junho de 2021	<u>54.241</u>
Circulante	4.426
Não circulante	49.815

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

22 Provisões e contingências (Consolidado)

a. Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Sociedade e suas controladas são partes em ações tributárias, cíveis, ambientais, regulatórias e trabalhistas em andamento tanto na esfera administrativa quanto na judicial, as quais, quando aplicável, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as perdas decorrentes destes processos são baseadas na opinião dos departamentos jurídicos da Sociedade e de seus assessores legais externos e são estimadas e atualizadas pela administração.

O quadro a seguir demonstra a composição das provisões por natureza e sua movimentação:

Provisões	Saldo em 31/12/2020	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualizações	Saldo em 30/06/2021
IRPJ e CSLL (a.1.1)	547.862	-	-	-	3.292	551.154
ICMS (c)	108.568	-	(82.149)	-	50	26.469
Cíveis, ambientais e regulatórias (a.2.1)	57.772	11.534	(6.558)	(6.778)	80	56.050
Trabalhistas (a.3.1)	90.675	2.713	(2.520)	(8.922)	1.616	83.562
Outras	93.168	-	-	-	398	93.566
Total	898.045	14.247	(91.227)	(15.700)	5.436	810.801
Circulante	43.660					42.209
Não circulante	854.385					768.592

Algumas das provisões acima apresentadas possuem, no todo ou em parte, depósitos judiciais a elas relacionados.

A composição dos depósitos judiciais por natureza está demonstrada a seguir:

	30/06/2021	31/12/2020
Tributários	702.744	789.624
Trabalhistas	56.389	57.603
Cíveis e outros	103.536	102.569
Total – ativo não circulante	862.669	949.796

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

a.1 Provisões tributárias

a.1.1 Em 7 de outubro de 2005 as controladas Cia. Ultragaz e Bahiana ingressaram com mandado de segurança e obtiveram liminar para realizar a compensação de créditos de PIS e COFINS sobre compras de GLP com outros tributos administrados pela SRF, notadamente IRPJ e CSLL. A decisão foi confirmada em sentença favorável de 1ª instância em 16 de maio de 2008. Diante da liminar concedida as controladas realizaram depósitos judiciais cujo saldo atual totaliza R\$ 526.550 em 30 de junho de 2021 (R\$ 523.136 em 31 de dezembro de 2020). Em 18 de julho de 2014 foi publicada decisão de 2ª instância desfavorável e as controladas suspenderam os depósitos, voltando a recolher tais tributos. Para reestabelecer o direito à realização dos depósitos foi apresentada medida cautelar que foi indeferida em 30 de dezembro de 2014, e as controladas recorreram desta decisão em 3 de fevereiro de 2015. Em relação ao mérito, foram apresentados recursos aos respectivos tribunais superiores – Superior Tribunal de Justiça (“STJ”) e Supremo Tribunal Federal (“STF”) cujos julgamentos definitivos encontram-se pendentes.

a.2 Provisões cíveis, ambientais e regulatórias

a.2.1 A Sociedade e suas controladas possuem provisões para litígios sobre cláusulas de contratos com clientes e ex-prestadores de serviços, indenizações, bem como para questões ambientais e regulatórias, no montante de R\$ 56.050 em 30 de junho de 2021 (R\$ 57.772 em 31 de dezembro de 2020).

a.3 Provisões trabalhistas

a.3.1 A Sociedade e suas controladas mantêm provisão de R\$ 83.562 em 30 de junho de 2021 (R\$ 90.675 em 31 de dezembro de 2020) para fazer face a processos de cunho trabalhista que consistem, basicamente, em ações ajuizadas por ex-empregados e prestadores de serviços, questionando principalmente parcelas decorrentes da relação de trabalho e suposto vínculo trabalhista.

b. Passivos contingentes (possíveis)

A Sociedade e suas controladas são partes em ações tributárias, cíveis, ambientais, regulatórias e trabalhistas cujo prognóstico de perda é avaliado como possível (chances de perda maior que 25% e menor ou igual a 50%) pelos departamentos jurídicos da Sociedade e suas controladas, baseados na opinião de seus assessores legais externos e, com base nessas avaliações, não se encontram provisionados nas demonstrações financeiras. O montante estimado relativo aos passivos contingentes avaliados com probabilidade de perda possível é R\$ 3.774.053 em 30 de junho de 2021 (R\$ 3.236.982 em 31 de dezembro de 2020).

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

b.1 Passivos contingentes tributários e previdenciários

A Sociedade e suas controladas possuem passivos contingentes de natureza tributária e previdenciária no valor de R\$ 2.731.567 em 30 de junho de 2021 (R\$ 2.419.000 em 31 de dezembro de 2020), dos quais se destacam:

b.1.1 A controlada IPP e suas controladas discutem a não homologação de compensação de créditos de Imposto sobre Produtos Industrializados (“IPI”) apropriados em entradas de insumos tributados cujas saídas posteriores se deram sob o abrigo da imunidade. O montante referente a esta contingência é R\$ 177.403 em 30 de junho de 2021 (R\$ 176.390 em 31 de dezembro de 2020).

b.1.2 A controlada IPP e suas controladas possuem processos relacionados ao ICMS cujo valor total envolvido é de R\$ 996.369 em 30 de junho de 2021 (R\$ 958.134 em 31 de dezembro de 2020). Decorrem em sua maioria de créditos considerados indevidos no valor de R\$ 307.196 em 30 de junho de 2021 (R\$ 300.707 em 31 de dezembro de 2020), dos quais R\$ 98.840 (R\$ 92.687 em 31 de dezembro de 2020) se referem à exigência de estorno proporcional de créditos de ICMS relacionados às aquisições de álcool hidratado; de suposta falta de recolhimento do imposto no valor de R\$ 104.656 em 30 de junho de 2021 (R\$ 98.157 em 31 de dezembro de 2020); de fruição condicionada de incentivo fiscal no valor de R\$ 135.512 em 30 de junho de 2021 (R\$ 119.894 em 31 de dezembro de 2020); e de diferenças de estoque no valor de R\$ 272.264 em 30 de junho de 2021 (R\$ 269.581 em 31 de dezembro de 2020) relacionadas às sobras ou faltas ocorridas em função de diferenças de temperatura ou manuseio do produto.

b.1.3 A controlada Oxiteno S.A. recebeu, autuações fiscais referentes a ICMS do Estado da Bahia cujo valor envolvido é de R\$ 137.372 em 30 de junho de 2021, decorrentes de supostas diferenças apuradas em auditoria de estoque e divergências no cálculo do conteúdo importado que implicariam em alíquota de ICMS superior à aplicada pela controlada.

b.1.4 A Sociedade e suas controladas também são parte em ações administrativas e judiciais envolvendo IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, substancialmente envolvendo indeferimento de compensações e glosa de créditos no valor de R\$ 822.966 em 30 de junho de 2021 (R\$ 709.338 em 31 de dezembro de 2020) dos quais se destaca a seguinte:

b.1.4.1 A controlada IPP recebeu uma autuação fiscal referente a IRPJ e CSLL decorrentes da suposta amortização indevida do ágio pago na aquisição de investimentos, no valor de R\$ 214.172 em 30 de junho de 2021 (R\$ 212.350 em 31 de dezembro de 2020), que inclui o montante dos tributos, juros e penalidade. A administração avaliou como “possível” a probabilidade de perda dessa causa, apoiada pelo parecer de seus consultores jurídicos, e, portanto, não reconheceu provisão para esse passivo contingente.

b.2 Passivos contingentes cíveis, ambientais e regulatórias

A Sociedade e suas controladas possuem passivos contingentes de natureza cível, ambiental e regulatória no valor de R\$ 804.557 em 30 de junho de 2021 (R\$ 561.713 em 31 de dezembro de 2020), dos quais se destacam:

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

b.2.1 A controlada Cia. Ultragaz respondeu a processo administrativo junto ao CADE, sob alegação de prática anticoncorrencial em municípios da região do Triângulo Mineiro em 2001, no qual foi condenada à multa em valor atualizado de R\$ 33.979 em 30 de junho de 2021 (R\$ 33.895 em 31 de dezembro de 2020). Essa decisão administrativa teve sua execução suspensa por ordem judicial e o mérito está em discussão na esfera judicial.

b.2.2 A controlada Cia. Ultragaz possui processos totalizando o valor de R\$ 234.351 (R\$ 186.381 em 31 de dezembro de 2020) movidos por revendedores que visam a declaração de nulidade e a rescisão dos contratos de distribuição, além de indenizações por perdas e danos.

b.2.3 A controlada IPP é parte em dois processos administrativos perante o CADE baseados em supostas práticas anticompetitivas no município de Joinville em Santa Catarina e no Distrito Federal. O processo referente aos supostos atos anticompetitivos de Joinville, instaurado em outubro de 2015, está em fase de julgamento (até o momento foram proferidos dois votos favoráveis e um voto desfavorável) enquanto que o processo relativo ao Distrito Federal, oriundo de inquérito administrativo instaurado em maio de 2012, que foi convertido em processo administrativo em junho de 2020, está em fase de apresentação de defesa. Além destes, em abril de 2019, a IPP recebeu multa administrativa no montante de R\$ 40.693, por suposta indução ao comportamento uniforme de preços na revenda de combustíveis na região metropolitana de Belo Horizonte em Minas Gerais. No caso, houve opção pela discussão judicial da autuação e penalidade aplicada, a qual tem como última movimentação relevante a apresentação de réplica pela IPP, sendo certo que já foi proferida decisão concedendo tutela para suspensão da exigibilidade da multa. A administração não reconheceu provisão para estas contingências, suportada na opinião dos advogados externos, que classificam a probabilidade de perda como remota.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

b.2.4 Em 29 de novembro de 2016 foi emitido parecer técnico pelo Centro de Apoio Operacional à Execução – CAEX, órgão vinculado ao Ministério Público Estadual de São Paulo (“MPE”), apresentando proposta de cálculo de indenização para os supostos danos ambientais decorrentes do incêndio ocorrido em 2 de abril de 2015 no Terminal de Santos da controlada Ultracargo Logística. O trabalho não possui efeito vinculante, caráter condenatório ou sancionatório e ainda será avaliado pelas autoridades e partes envolvidas. A controlada discorda da metodologia e das premissas adotadas na proposta e está negociando acordo com o MPE e Ministério Público Federal (“MPF”) desde o início da investigação, não havendo, até o presente momento, no âmbito cível, ação ajuizada a respeito do assunto. As negociações estão direcionadas à reparação *in natura* dos eventuais danos. Desta forma, em 15 de maio de 2019 a controlada Ultracargo Logística firmou Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta Parcial (“TAC”) no montante de R\$ 67.539 com o MPE e MPF para compensação dos danos difusos e coletivos de qualquer natureza decorrentes da mortandade de peixes e dos danos causados à ictiofauna. As negociações sobre compensação de outros alegados danos continuam em andamento e, uma vez concluídas, os desembolsos correspondentes ao custo dos projetos poderão afetar as demonstrações financeiras da Sociedade futuramente.

No âmbito criminal, o MPF ofereceu denúncia em face da controlada Ultracargo Logística, que foi citada e apresentou resposta à denúncia em 19 de junho de 2018. Em continuidade, na data de 12 de setembro de 2019, em audiência na justiça federal de Santos, o MPF e a Ultracargo Logística acordaram, e a autoridade judicial homologou, a suspensão condicional do processo penal pelo período de 2 anos, quando então Ultracargo Logística deverá comprovar o cumprimento da execução do TAC Parcial firmado, com a obrigação da destinação complementar de R\$ 13.000 ao TAC e ao Projeto de Manejo de Pesca. Em 04 de fevereiro de 2021, a controlada efetuou o pagamento do saldo remanescente referente ao TAC, inexistindo obrigações financeiras pendentes e/ou adicionais decorrentes de tal compromisso assumido. Adicionalmente, em 30 de junho de 2021 existem passivos contingentes não reconhecidos referentes às ações judiciais no montante de R\$ 2.329 (R\$ 4.428 em 31 de dezembro de 2020). Entre 31 de dezembro de 2020 e 30 de junho de 2021 não surgiram novos pleitos extrajudiciais.

b.3 Passivos contingentes trabalhistas

A Sociedade e suas controladas possuem passivos contingentes de natureza trabalhista no valor de R\$ 237.929 em 30 de junho de 2021 (R\$ 256.269 em 31 de dezembro de 2020), dos quais destaca-se:

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

b.3.1 O Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Petroquímicas (Sindiquímica), ao qual são filiados os empregados de controladas situadas no Polo Petroquímico de Camaçari, Oxiteno S.A e EMCA, ajuizou, em 1990, ações coletivas contra as controladas, pleiteando o cumprimento da cláusula quarta da Convenção Coletiva de Trabalho 1989/1990 (CCT 1989/1990), que previa reajuste salarial, em detrimento das políticas salariais efetivamente praticadas. As ações coletivas contra as controladas, que já transitaram em julgado, foram julgadas de forma favorável à Oxiteno Nordeste e à EMCA. Paralelamente, em 1990, houve a propositura de dissídio coletivo de natureza jurídica, em que figuravam, na referida a ação coletiva, os Sindicatos dos Empregados e o Sindicato das Empresas SINPEQ, discutindo o mesmo objeto (validade da cláusula quarta da CCT 1989/1990). Esta ação transitou em julgado somente em outubro de 2019 e restou desfavorável ao SINPEQ, tendo o STF declarado válida a cláusula quarta. Durante o trâmite do dissídio coletivo entre os Sindicatos, algumas empresas do Polo de Camaçari firmaram acordo com o Sindiquímica. Em outubro de 2015 o Sindiquímica ajuizou nova ação de cumprimento em face da Oxiteno Nordeste e, em 2017, em face da EMCA, pois estas empresas não firmaram o acordo de 2010 com o Sindiquímica. Além das ações coletivas, ações individuais contendo o mesmo objeto têm sido ajuizadas. Em todas as ações em curso cujo objeto é a cláusula quarta, todas as medidas legais cabíveis têm sido tomadas para a defesa das empresas e ainda não há novas decisões transitadas em julgado além das julgadas favoravelmente às empresas na década de 90.

c. Operação de lubrificantes entre IPP e Chevron

No processo da transação da operação de lubrificantes no Brasil entre a Chevron e a controlada IPP (vide nota explicativa nº 3.c das demonstrações financeiras arquivadas na CVM em 20 de fevereiro de 2019), ficou acordado que cada acionista fica responsável por quaisquer demandas decorrentes de atos, fatos ou omissões ocorridos antes da transação. As provisões de responsabilidade do acionista Chevron no montante de R\$ 20.745 (R\$ 101.663 em 31 de dezembro de 2020) estão refletidas na consolidação destas informações trimestrais. Adicionalmente, em conexão com a combinação de negócios, uma provisão no montante de R\$ 198.900 foi reconhecida em 1 de dezembro de 2017 relacionados aos passivos contingentes, com saldo de R\$ 102.777 em 30 de junho de 2021 (R\$ 102.777 em 31 de dezembro de 2020). Os montantes de provisões e passivos contingentes reconhecidos na combinação de negócios e de responsabilidade da acionista Chevron serão ressarcidos à controlada Iconic em caso de perdas, sendo constituído dessa forma um ativo de indenização no mesmo montante sem necessidade de constituir provisão para valores incobráveis.

Parte da provisão de responsabilidade da Chevron relativa à autuação de ICMS (R\$ 81.060), do período de julho de 1996 a dezembro de 1997, foi definitivamente extinta por meio do pagamento pela Chevron realizado no programa de anistia fiscal, instituída pelo Convênio ICMS/RJ nº 51/2020 (Decreto/RJ nº 47.332/2020 e Lei Estadual do RJ nº 9.041/2020) em 16 de abril de 2021.

Desse modo o valor da provisão de responsabilidade da Chevron de R\$ 20.745, refere-se a: i) R\$ 17.024 de autuações de ICMS de vendas para fins industriais, em que o STF encerrou o julgamento da tese desfavoravelmente aos contribuintes; (ii) R\$ 3.447 de processos trabalhistas e (iii) R\$ 274 de processos cíveis, regulatórios e ambientais.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

d. Exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS

Em 15 de março de 2017 em sede de repercussão geral, o STF decidiu que o ICMS não compõe a base de cálculo do PIS e da COFINS. Após apresentação de Embargos de Declaração da União, o STF se pronunciou definitivamente sobre a tese em 13 de maio de 2021, reafirmando a exclusão do ICMS destacado da base de cálculo do PIS e da COFINS e modulando os efeitos da decisão para os processos ajuizados após 15 de março de 2017.

A Sociedade e suas controladas possuíam ações sobre a referida tese, tendo reconhecido créditos tributários totais no montante de R\$ 953.834 (vide nota explicativa nº 7.a.3), dos quais R\$ 206.872 referem-se a valores que impactaram positivamente o resultado no exercício de 2021, após a decisão definitiva do STF, que tornou o ativo praticamente certo e mensurável.

23 Receita diferida (Consolidado)

As controladas da Sociedade têm reconhecidas as seguintes receitas diferidas:

	30/06/2021	31/12/2020
Taxa inicial de franquia am/pm e Jet Oil ^(a)	122	814
Programa de fidelidade Km de Vantagens ^(b)	-	15.424
Programa de fidelidade Clube Extrafarma ^(b)	1.655	2.044
Total circulante	1.777	18.282

a. Taxa inicial de franquia

A am/pm é a rede de lojas de conveniências dos postos Ipiranga e em 30 de junho de 2021 possuía 48 lojas inauguradas com taxa inicial de franquia diferida (58 lojas inauguradas em 31 de dezembro de 2020). A Jet Oil é a rede especializada em troca de óleo e serviços automotivos dos postos Ipiranga e em 30 de junho de 2021, possuía 23 lojas inauguradas com taxa inicial de franquia diferida (45 lojas inauguradas em 31 de dezembro de 2020). Para maiores informações sobre a receita diferida de taxa inicial de franquia vide nota explicativa nº 2.a.

b. Programas de fidelidade

O programa de fidelidade chamado Km de Vantagens (www.kmdevantagens.com.br) que recompensa os clientes cadastrados com pontos quando estes compram produtos em diversos parceiros, incluindo o posto Ipiranga, foi transferido para o Abastece aí (www.abasteceai.com.br). A controlada IPP se mantém parceira do programa oferecendo *cashback* aos seus clientes com base nos limites negociados nos termos da parceria, onde, após o cliente cumprir os requisitos para o direito ao benefício, o Abastece aí credita imediatamente o valor na carteira virtual do cliente e cobra da IPP, que reembolsa o Abastece aí e reconhece o mesmo montante como redução de vendas.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

A controlada Extrafarma possui um programa de fidelidade chamado Clube Extrafarma (www.clubeextrafarma.com.br) que recompensa os clientes cadastrados com pontos obtidos na compra de produtos em sua rede de drogarias. O cliente pode trocar os pontos, durante o período de seis meses, por descontos em produtos na rede de drogarias, recarga de crédito em telefonia celular e prêmios oferecidos pelos parceiros Multiplus Fidelidade e Ipiranga, por meio do Km de Vantagens. Os pontos recebidos por clientes da Extrafarma são reconhecidos como redutor da receita de vendas.

A receita diferida é estimada com base no valor justo dos pontos emitidos, que leva em consideração o valor dos prêmios e a expectativa de resgate desses pontos. Para maiores informações sobre a receita diferida de programa de fidelidade vide nota explicativa nº 2.a.

24 Bônus de subscrição – indenização

Em virtude da associação entre a Sociedade e a Extrafarma em 31 de janeiro de 2014, foram emitidos 7 bônus de subscrição – indenização, correspondentes a até 6.411.244 ações da Sociedade. Os bônus de subscrição – indenização poderiam ser exercidos a partir de 2020 pelos ex-acionistas de Extrafarma e são ajustados conforme as variações dos montantes de provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas e passivos contingentes relativos ao período anterior a 31 de janeiro de 2014. Os bônus de subscrição – indenização foram valorizados conforme o preço das ações da Ultrapar (UGPA3) e reduzidos pelo *dividend yield* até 2020, uma vez que o seu exercício somente é possível a partir de 2020, não tendo até então direito a dividendos.

Em 19 de fevereiro de 2020, 12 de agosto de 2020 e 24 de fevereiro de 2021 o CA confirmou a emissão de, respectivamente, 2.108.542, 86.978 e 70.939 ações ordinárias dentro do limite do capital autorizado previsto no art. 6º do Estatuto Social da Sociedade, em razão do exercício parcial dos direitos conferidos pelos bônus de subscrição emitidos pela Sociedade quando da incorporação da totalidade das ações de Extrafarma pela Sociedade, aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária (“AGE”) da Sociedade realizada em 31 de janeiro de 2014.

Conforme previsto no contrato de associação entre a Sociedade e a Extrafarma de 31 de janeiro de 2014 e devido às decisões desfavoráveis de alguns processos com fatos geradores anteriores a 31 de janeiro de 2014, 578.538 ações vinculadas aos bônus de subscrição – indenização foram canceladas e não emitidas. Em 30 de junho de 2021, permanecem retidas 3.569.581 ações vinculadas aos bônus de subscrição – indenização que poderão ser emitidas ou canceladas à medida em que as decisões definitivas dos processos sejam favoráveis ou desfavoráveis, respectivamente, sendo esse o número máximo de ações que podem ser emitidas futuramente, totalizando R\$ 65.645.

Em 11 de agosto de 2021, o CA confirmou a emissão de 31.032 ações ordinárias em razão do exercício parcial dos direitos conferidos pelos bônus de subscrição. Para maiores informações sobre a emissão parcial vide nota explicativa nº 35.a.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

25 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 30 de junho de 2021 o capital social subscrito e integralizado estava representado por 1.115.076.651 (1.115.005.712 em 31 de dezembro de 2020) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, sendo vedadas as emissões de ações preferenciais e de partes beneficiárias. Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais.

O preço das ações de emissão da Sociedade na B3 em 30 de junho de 2021 era de R\$ 18,39 (R\$ 23,74 em 31 de dezembro de 2020).

Em 19 de fevereiro de 2020, 12 de agosto de 2020 e 24 de fevereiro de 2021, o CA confirmou a emissão de 2.108.542, 86.978 e 70.939 ações ordinárias, respectivamente, com os mesmos direitos atribuídos às demais ações da Companhia já emitidas, em razão do exercício parcial dos direitos conferidos pelos bônus de subscrição emitidos pela Companhia na incorporação de ações da Extrafarma. Para maiores informações sobre a alteração do capital social vide nota explicativa nº 24.

Em 30 de junho de 2021 estavam em circulação no exterior 50.363.294 ações ordinárias na forma de ADRs (47.413.094 ações em 31 de dezembro de 2020).

Em 10 de abril de 2019 a AGOE da Sociedade aprovou o desdobramento das ações ordinárias de emissão da Ultrapar na proporção de uma ação atualmente existente para duas ações da mesma classe e espécie, bem como a modificação da quantidade de ações em que se divide o capital social. O desdobramento de ações não implicou em qualquer alteração no capital social da Ultrapar. As novas ações e ADRs decorrentes do desdobramento são da mesma classe e espécie e concederam aos seus titulares os mesmos direitos das ações e ADRs previamente existentes.

b. Instrumento patrimonial outorgado

A Sociedade possui plano de incentivo baseado em ações que estabelece os termos e condições gerais para a concessão de ações ordinárias de emissão da Sociedade mantidas em tesouraria (vide nota explicativa nº 8.c).

c. Ações em tesouraria

A Sociedade adquiriu ações de sua emissão a preços de mercado, sem redução do capital social, para manutenção em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento, nos termos das Instruções CVM 10, de 14 de fevereiro de 1980, e 268, de 13 de novembro de 1997.

Em 30 de junho de 2021 eram mantidas em tesouraria pela Sociedade 24.739.626 ações ordinárias (24.739.626 em 31 de dezembro de 2020) adquiridas ao custo médio de R\$ 19,77.

d. Reserva de capital

A reserva de capital reflete o ganho com a alienação de ações a preço de mercado para concessão de usufruto a executivos das controladas da Sociedade conforme mencionado na nota explicativa nº 8.c.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Por conta da associação com a Extrafarma ocorrida em 2014 houve um aumento da reserva de capital no montante de R\$ 498.812, devido à diferença do valor atribuído ao capital social e o valor de mercado da ação da Ultrapar na data da emissão, deduzido de R\$ 2.260 de custos na emissão dessas ações. Adicionalmente, em 19 de fevereiro de 2020, 12 de agosto de 2020 e 24 de fevereiro de 2021, ocorreram aumentos da reserva nos montantes de R\$ 53.072, R\$ 1.691 e R\$ 1.371 respectivamente, decorrente do exercício parcial dos bônus de subscrição – indenização (vide nota explicativa nº 24).

e. Reserva de reavaliação

A reserva de reavaliação, constituída anteriormente à adoção das normas internacionais de contabilidade (CPC/IFRS) instituídas pela Lei 11.638/07, reflete a reavaliação de ativos de controladas e é realizada com base nas depreciações, baixas ou alienações dos respectivos bens reavaliados das controladas, considerando-se, ainda, os efeitos tributários constituídos por essas controladas.

f. Reservas de lucros

f.1 Reserva legal

Conforme a Lei das Sociedades por Ações a Sociedade destina 5% do seu lucro líquido anual para reserva legal, até esta atingir 20% do valor do capital social. Essa reserva pode ser usada para aumento de capital ou para absorção de prejuízos, porém não pode ser usada para distribuição de dividendos.

f.2 Reserva estatutária para investimentos

Constituída em conformidade com o artigo 194 da Lei das Sociedades por Ações e o artigo 54.b) do Estatuto Social com a finalidade de preservar a integridade do patrimônio social e reforçar o capital da Sociedade, permitindo a realização de novos investimentos. Como previsto no estatuto, a Sociedade pode alocar até 50% do lucro líquido anual, após deduzida a reserva legal, à reserva estatutária para investimentos, até esta atingir o limite de 100% do capital social.

A reserva estatutária para investimentos é livre para distribuição aos acionistas e totalizava R\$ 3.658.265 em 30 de junho de 2021 (R\$ 3.658.265 em 31 de dezembro de 2020).

g. Ajustes de avaliação patrimonial e ajustes acumulados de conversão de moeda estrangeira

g.1 Ajustes de avaliação patrimonial

- (i) Os ganhos e perdas com os instrumentos de proteção de taxa de câmbio referentes a compromissos firmes e transações futuras altamente prováveis designados como *hedge* de fluxo de caixa são reconhecidos no patrimônio líquido na conta ajustes de avaliação patrimonial. Os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido são reclassificados como custo inicial do ativo não financeiro, reconhecidos no resultado no momento da liquidação do instrumento de proteção.

Notas explicativas às informações trimestrais da controladora e consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

- (ii) As diferenças entre o valor justo das aplicações financeiras mensuradas a valor justo através de outros resultados abrangentes e o valor inicial da aplicação acrescido dos rendimentos auferidos e das variações cambiais são reconhecidas no patrimônio líquido na conta ajustes de avaliação patrimonial. Os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido são reclassificados para o resultado no momento da liquidação da aplicação financeira.
- (iii) Os ganhos e perdas atuariais referentes a benefícios pós-emprego apurados em avaliação conduzida por atuário independente são reconhecidos no patrimônio líquido na conta ajustes de avaliação patrimonial. Os ganhos e perdas registrados no patrimônio líquido não serão reclassificados subsequentemente para o resultado.
- (iv) A Sociedade também reconhece nesta rubrica o efeito das mudanças na participação de não controladores em controladas que não resultam na perda de controle. Esse valor correspondente à diferença entre o montante pelo qual a participação dos não controladores tenha sido ajustada e o valor justo da contraprestação recebida ou paga e representa uma transação com acionistas.

A composição e movimentação dos ajustes de avaliação patrimonial da Controladora são demonstradas conforme a seguir:

	Valor justo dos instrumentos de hedge de fluxo de caixa (i)	Valor justo de aplicações financeiras (ii)	Ganhos/ (perdas) atuariais de benefícios pós-emprego (iii)	Mudança de participação de não controladores (iv)	Total
Em 31 de dezembro de 2020	(609.277)	269	(53.351)	197.369	(464.990)
Variação de valor justo dos instrumentos financeiros	162.005	(562)	-	-	161.443
IRPJ e CSLL sobre valor justo	(55.537)	-	-	-	(55.537)
IR e CS sobre perdas atuariais	-	-	561	-	561
Em 30 de junho de 2021	<u>(502.809)</u>	<u>(293)</u>	<u>(52.790)</u>	<u>197.369</u>	<u>(358.523)</u>

	Valor justo dos instrumentos de hedge de fluxo de caixa (i)	Valor justo de aplicações financeiras (ii)	Ganhos/ (perdas) atuariais de benefícios pós-emprego (iii)	Mudança de participação de não controladores (iv)	Total
Em 31 de dezembro de 2019	(296.132)	205	(47.759)	197.369	(146.317)
Variação de valor justo dos instrumentos financeiros	(721.246)	909	-	-	(720.337)
IRPJ e CSLL sobre valor justo	245.857	-	-	-	245.857
Em 30 de junho de 2020	<u>(771.521)</u>	<u>1.114</u>	<u>(47.759)</u>	<u>197.369</u>	<u>(620.797)</u>

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

g.2 Ajustes acumulados de conversão de moeda estrangeira

A variação de taxas de câmbio sobre os ativos, passivos e resultados de controladas no exterior com moeda funcional diferente da moeda funcional da Sociedade e administração própria (vide nota explicativa nº 2.s.1) e a variação de taxas de câmbio sobre notas no mercado externo, líquido de imposto de renda e contribuição social (vide nota explicativa nº 33.h.3) é reconhecida diretamente no patrimônio líquido. Esse efeito acumulado é revertido para o resultado do exercício como ganho ou perda somente em caso de alienação ou baixa do investimento.

A composição e movimentação dos ajustes acumulados de conversão de moeda estrangeira da Controladora são demonstradas conforme a seguir:

	30/06/2021	30/06/2020
Saldo inicial	231.596	102.427
Conversão de moeda estrangeira de controladas no exterior	(49.634)	226.742
Variação cambial sobre notas no mercado externo	18.477	(137.304)
IRPJ e CSLL sobre variação cambial das notas no mercado externo	(6.282)	46.684
	<hr/>	<hr/>
Saldo final	<u>194.157</u>	<u>238.549</u>

h. Dividendos e destinação do resultado do exercício

Aos acionistas da Sociedade é assegurado estatutariamente um dividendo mínimo anual de 50% do lucro líquido ajustado, após destinação de 5% para reserva legal, calculado nos termos da Lei das Sociedades por Ações. Os dividendos e juros sobre o capital próprio propostos acima da obrigação estatutária são reconhecidos no patrimônio líquido até sua aprovação em assembleia de acionistas. Os dividendos propostos a pagar referentes ao exercício de 2020, cujo montante em 31 de dezembro de 2020 totalizava R\$ 479.748 (R\$ 0,44 – quarenta e quatro centavos de Real por ação), foram aprovados pelo CA em 24 de fevereiro de 2021, e pagos a partir de 12 de março de 2021.

A movimentação dos dividendos a pagar está demonstrada abaixo:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2020	439.094	442.133
Provisões	55.391	65.728
Dividendos prescritos	(7.137)	(7.137)
Pagamentos	<u>(477.408)</u>	<u>(488.600)</u>
	<hr/>	<hr/>
Saldo em 30 de junho de 2021	<u>9.940</u>	<u>12.124</u>

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

26 Receita líquida de vendas e serviços (Consolidado)

	30/06/2021	30/06/2020
Receita de vendas bruta	54.921.426	39.663.687
Receita de serviços prestados bruta	515.093	436.021
Impostos sobre vendas	(2.172.598)	(1.934.506)
Devoluções e abatimentos	(675.209)	(753.010)
Amortização dos ativos de contrato (vide nota explicativa nº 11)	(128.879)	(150.854)
Receita diferida (vide nota explicativa nº 23)	16.505	2.034
	<u>52.476.338</u>	<u>37.263.372</u>

27 Custos e Despesas por natureza

A Sociedade apresenta os custos e as despesas na demonstração dos resultados consolidados por função e apresenta a seguir o detalhamento por natureza:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	30/06/2021	30/06/2020	30/06/2021	30/06/2020
Matérias-primas e materiais de uso e consumo	-	-	48.705.665	34.026.153
Gastos com pessoal	76.413	71.298	1.192.674	1.073.013
Fretes e armazenagens	-	-	611.433	634.549
Depreciação e amortização	3.030	971	493.054	458.512
Amortização de ativos de direito de uso	2.984	1.854	175.346	158.628
Propaganda e marketing	16	278	42.000	73.705
Serviços prestados por terceiros	53.163	10.033	264.276	150.809
Outras despesas	14.524	7.272	87.168	126.683
Rateio CSC/Holding	(138.011)	(91.706)	-	-
Total	<u>12.119</u>	<u>-</u>	<u>51.571.616</u>	<u>36.702.052</u>
Classificado como:				
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	-	-	49.264.664	34.802.194
Despesas com vendas e comerciais	-	-	1.365.116	1.196.737
Despesas gerais e administrativas	12.119	-	941.836	703.121
Total	<u>12.119</u>	<u>-</u>	<u>51.571.616</u>	<u>36.702.052</u>

28 Resultado na venda de bens e redução ao valor recuperável de ativos (“impairment”) (Consolidado)

O resultado na venda de bens é apurado pela diferença entre o valor da venda e o valor residual contábil do investimento, imobilizado ou intangível. Para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2021 o resultado foi um ganho de R\$ 40.148 (ganho de R\$ 20.910 no período de seis meses findo em 30 de junho de 2020) representado principalmente pela venda de ativo imobilizado. Adicionalmente, em 30 de junho de 2021, considerando a transação comentada na nota explicativa nº 3.c.1, a Sociedade reconheceu uma provisão para redução ao valor recuperável da participação na controlada Extrafarma no montante de R\$ 394.675.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

29 Outros resultados operacionais, líquidos (Consolidado)

	30/06/2021	30/06/2020
Outras receitas operacionais:		
Parceria comercial ⁽¹⁾	14.066	12.636
Merchandising ⁽²⁾	10.672	13.837
Créditos fiscais extraordinários ⁽³⁾	133.040	132.021
Aluguéis de imóveis ⁽⁴⁾	12.583	12.181
Receita de serviços diversos (serviços administrativos, comerciais e TI)	46.967	45.062
Multa contratual e vale gás	5.800	5.186
Outros	5.570	7.373
	<u>228.698</u>	<u>228.296</u>
Outras despesas operacionais:		
Aluguel de imóveis ⁽⁴⁾	(41.906)	(47.612)
Impostos sobre outros resultados operacionais ⁽⁵⁾	(12.618)	(15.716)
Multas por infrações fiscais	(1.097)	(1.542)
Obrigação de descarbonização ⁽⁶⁾	(64.920)	-
Outros	(42.253)	(3.272)
	<u>(162.794)</u>	<u>(68.142)</u>
Outros resultados operacionais, líquidos	<u>65.904</u>	<u>160.154</u>

⁽¹⁾ Refere-se a contratos com prestadores de serviços e fornecedores que estabelecem acordos comerciais para as lojas de conveniência e postos de combustíveis.

⁽²⁾ Refere-se a contratos com fornecedores de produtos das lojas de conveniência, onde são estabelecidos, dentre outros acordos, campanhas promocionais.

⁽³⁾ Refere-se substancialmente aos créditos de PIS e COFINS (vide nota explicativa nº 7.a.3), registrados no segundo trimestre de 2021 e no primeiro trimestre de 2020.

⁽⁴⁾ Refere-se a receitas e despesas da Ipiranga com locação e sublocação de imóveis, especialmente para estabelecimento de postos próprios de combustíveis, vinculados a exigências contratuais para preservação da marca.

⁽⁵⁾ Refere-se substancialmente a ICMS, ISS, PIS e COFINS.

⁽⁶⁾ Refere-se a obrigação adotada pela RenovaBio para atingimento das metas de descarbonização do setor.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

30 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2021	30/06/2020	30/06/2021	30/06/2020
Receitas financeiras:				
Juros sobre aplicações financeiras	15.188	23.723	54.205	84.692
Juros de clientes	-	-	59.038	60.616
Atualização dos bônus de subscrição (vide nota explicativa nº 24)	19.256	8.010	19.256	8.010
Juros Selic sobre créditos extraordinários de PIS/COFINS (vide nota explicativa nº 7.a.3)	-	-	73.832	77.915
Outras receitas	114	36	5.815	3.931
	<u>34.558</u>	<u>31.769</u>	<u>212.146</u>	<u>235.164</u>
Despesas financeiras:				
Juros sobre financiamentos	(14.801)	(15.001)	(290.266)	(200.059)
Juros sobre debêntures	(23.765)	(33.108)	(97.786)	(142.625)
Juros sobre operações de arrendamento mercantil	(1.634)	(2.584)	(89.239)	(69.649)
Encargos bancários, impostos sobre operações financeiras e outros impostos	(838)	(940)	(42.892)	(39.197)
Variações cambiais, líquidas de resultado de instrumentos de proteção	-	-	(15.126)	(30.628)
Atualizações de provisões, líquidas, e outras despesas	-	-	(13.273)	(964)
	<u>(41.038)</u>	<u>(51.633)</u>	<u>(548.582)</u>	<u>(483.122)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>(6.480)</u>	<u>(19.864)</u>	<u>(336.436)</u>	<u>(247.958)</u>

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

31 Lucro por ação (Controladora e Consolidado)

A tabela a seguir apresenta a conciliação dos numeradores e denominadores utilizados no cálculo do lucro por ação. A Sociedade possui plano de remuneração em ações e bônus de subscrição, conforme mencionados nas notas explicativas nº 8.c e 24, respectivamente.

	30/06/2021	30/06/2020
Lucro básico por ação		
Lucro líquido da Sociedade	101.083	201.925
Média ponderada das ações em circulação (em milhares)	1.088.123	1.088.217
Lucro básico por ação - R\$	0,0929	0,1856
Lucro diluído por ação		
Lucro líquido da Sociedade	101.083	201.925
Média ponderada das ações em circulação (em milhares), incluindo os efeitos de diluição	1.093.905	1.094.700
Lucro diluído por ação - R\$	0,0924	0,1845
Média ponderada das ações (em milhares)		
Média ponderada da quantidade de ações para o lucro básico por ação	1.088.123	1.088.217
Efeito da diluição		
Bônus de subscrição	3.568	3.774
Plano de ações	2.214	2.709
Média ponderada da quantidade de ações para o lucro diluído por ação	<u>1.093.905</u>	<u>1.094.700</u>

As informações do lucro por ação foram ajustadas pela emissão de 2.266.459 ações ordinárias em razão do exercício parcial dos direitos conferidos pelos bônus de subscrição divulgados na nota explicativa nº 24.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

32 Informações por segmento

A Sociedade possui seis segmentos de negócios relevantes: distribuição de gás, distribuição de combustíveis, químico, armazenagem, drogarias e pagamentos digitais. O segmento de distribuição de gás (Ultragaz) distribui GLP a consumidores residenciais, comerciais e industriais, principalmente nas Regiões Sul, Sudeste e Nordeste do País. O segmento de distribuição de combustíveis (Ipiranga) opera na distribuição e venda de gasolina, etanol, diesel, óleo combustível, querosene, gás natural para veículos, lubrificantes e atividades relacionadas, em todo o território brasileiro. O segmento químico (Oxiten) produz óxido de eteno e seus principais derivados e álcoois graxos, que são matérias-primas para os segmentos de cosméticos e detergentes, agroquímicos, e de tintas e vernizes, entre outros. O segmento de armazenagem (Ultracargo) opera terminais para graneis líquidos, principalmente nas Regiões Sudeste e Nordeste do País. O segmento de drogarias (Extrafarma) comercializa medicamentos e produtos de higiene pessoal, beleza e cosméticos, no varejo e no atacado, principalmente por meio de rede própria de drogarias estabelecidas nas Regiões Norte, Nordeste e Sudeste do País. O segmento de pagamentos digitais (Abastece aí) oferece serviços de pagamentos digitais, unindo o aplicativo “abastece aí” e o programa de fidelidade “Km de Vantagens”. Os segmentos apresentados nas informações trimestrais são unidades de negócio estratégicas que oferecem produtos e serviços distintos. As vendas entre segmentos são feitas a preços semelhantes àqueles que poderiam ser praticados com terceiros.

Ultrapar Participações S.A. e Controladas

Notas explicativas às informações trimestrais da controladora e consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

a. Informações financeiras relativas aos segmentos

As principais informações financeiras sobre cada um dos segmentos da Sociedade podem ser assim demonstradas:

30/06/2021										
Resultado	Ipiranga	Ultragaz	Oxiteno	Ultracargo	Extrafarma	Abastece aí	Subtotal Segmentos	Outros (1) (2)	Eliminações	Total
Receita líquida de vendas de serviços	43.708.767	4.383.420	3.108.719	347.867	1.003.701	33.200	52.585.674	16.688	(126.024)	52.476.338
Transações com terceiros	43.708.725	4.381.024	3.096.596	250.440	1.003.701	33.200	52.473.686	2.652	-	52.476.338
Transações entre segmentos	42	2.396	12.123	97.427	-	-	111.988	14.036	(126.024)	-
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(42.215.002)	(3.927.252)	(2.394.855)	(138.572)	(698.364)	-	(49.374.045)	42	109.339	(49.264.664)
Lucro bruto	1.493.765	456.168	713.864	209.295	305.337	33.200	3.211.629	16.730	(16.685)	3.211.674
Receitas (despesas) operacionais										
Com vendas e comerciais	(634.219)	(201.266)	(209.840)	(4.080)	(288.996)	(23.669)	(1.362.070)	(3.046)	-	(1.365.116)
Reversão (perdas) estimadas de créditos de liquidação	13.987	(7.119)	(546)	30	(12)	-	6.340	-	-	6.340
Gerais e administrativas	(359.845)	(97.609)	(241.498)	(63.428)	(55.762)	(43.743)	(861.885)	(96.636)	16.685	(941.836)
Resultado na venda de bens	37.498	2.922	373	18	(665)	-	40.146	2	-	40.148
Redução ao valor recuperável de ativos "impairment"	-	-	-	-	(394.675)	-	(394.675)	-	-	(394.675)
Outros resultados operacionais, líquidos	53.912	7.408	1.744	3.239	(2.647)	2.496	66.152	(248)	-	65.904
Lucro operacional	605.098	160.504	264.097	145.074	(437.420)	(31.716)	705.637	(83.198)	-	622.439
Equivalência patrimonial	(1.820)	39	(67)	577	-	-	(1.271)	(9.670)	-	(10.941)
Lucro antes do resultado financeiro, imposto de renda e contribuição social	603.278	160.543	264.030	145.651	(437.420)	(31.716)	704.366	(92.868)	-	611.498
Depreciação do imobilizado e amortização do intangível	160.885	102.928	135.443	36.790	39.309	6.556	481.911	11.143	-	493.054
Amortização de ativos de contratos com clientes - direitos de exclusividade	128.056	823	-	-	-	-	128.879	-	-	128.879
Amortização de ativos de direito de uso	92.581	22.493	10.211	10.283	36.613	120	172.301	3.045	-	175.346
Total de depreciação e amortização	381.522	126.244	145.654	47.073	75.922	6.676	783.091	14.188	-	797.279

Ultrapar Participações S.A. e Controladas

Notas explicativas às informações trimestrais da controladora e consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

	30/06/2020									
Resultado	Ipiranga	Ultragaz	Oxiten	Ultracargo	Extrafarma	Abastece aí	Subtotal Segmentos	Outros ⁽¹⁾⁽²⁾	Eliminações	Total
Receita líquida de vendas de serviços	30.249.792	3.484.878	2.308.868	318.307	977.430	-	37.339.275	24.431	(100.334)	37.263.372
Transações com terceiros	30.249.679	3.482.652	2.301.228	252.572	977.430	-	37.263.561	(189)	-	37.263.372
Transações entre segmentos	113	2.226	7.640	65.735	-	-	75.714	24.620	(100.334)	-
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(29.239.619)	(2.965.225)	(1.850.002)	(128.104)	(691.239)	-	(34.874.189)	113	71.882	(34.802.194)
Lucro bruto	1.010.173	519.653	458.866	190.203	286.191	-	2.465.086	24.544	(28.452)	2.461.178
Receitas (despesas) operacionais										
Com vendas e comerciais	(535.184)	(195.381)	(174.251)	(3.721)	(286.153)	-	(1.194.690)	(2.047)	-	(1.196.737)
Reversão (perdas) estimadas de créditos de liquidação duvidosa	(41.265)	(15.382)	(105)	362	(126)	-	(56.516)	-	-	(56.516)
Gerais e administrativas	(272.767)	(79.793)	(198.907)	(57.612)	(51.411)	-	(660.490)	(71.083)	28.452	(703.121)
Resultado na venda de bens	20.490	3.200	(162)	(259)	(2.359)	-	20.910	-	-	20.910
Outros resultados operacionais, líquidos	66.744	6.667	73.203	12.598	(933)	-	158.279	1.875	-	160.154
Lucro operacional	248.191	238.964	158.644	141.571	(54.791)	-	732.579	(46.711)	-	685.868
Equivalência patrimonial	1.128	36	345	354	-	-	1.863	(27.561)	-	(25.698)
Lucro antes do resultado financeiro, imposto de renda e contribuição social	249.319	239.000	158.989	141.925	(54.791)	-	734.442	(74.272)	-	660.170
Depreciação do imobilizado e amortização do intangível	156.700	94.202	126.361	30.843	41.368	-	449.474	9.038	-	458.512
Amortização de ativos de contratos com clientes - direitos de exclusividade	150.041	813	-	-	-	-	150.854	-	-	150.854
Amortização de ativos de direito de uso	86.655	18.609	6.062	9.305	35.950	-	156.581	2.047	-	158.628
Total de depreciação e amortização	393.396	113.624	132.423	40.148	77.318	-	756.909	11.085	-	767.994

⁽¹⁾ Inclui na linha “Gerais e administrativas” o montante de R\$ 68.940 em 2021 (R\$ 47.303 em 2020) de despesas referentes à estrutura de *holding* da Ultrapar, incluindo a Presidência, Diretoria Financeira, Diretoria Jurídica, CA e CF, Diretoria de Riscos, Compliance e Auditoria e Diretoria de Sustentabilidade.

⁽²⁾ A coluna “Outros” é formada pelas receitas e despesas financeiras, imposto de renda e contribuição social dos segmentos, pela controladora Ultrapar e pelas controladas Serma, Imaven Imóveis Ltda. (“Imaven”), Ultrapar International, UVC Investimentos, UVC - Fundo de investimento e equivalência patrimonial dos empreendimentos controlados em conjunto ConectCar e RPR.

Ultrapar Participações S.A. e Controladas

Notas explicativas às informações trimestrais da controladora e consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

30/06/2021										
Fluxo de caixa	Ipiranga	Ultragaz	Oxiten	Ultracargo	Extrafarma	Abastece aí	Subtotal Segmentos	Outros ⁽³⁾	Eliminações	Total
Aquisição de imobilizado	109.981	174.580	96.980	177.916	10.856	251	570.564	1.150	-	571.714
Aquisição de intangível	45.470	11.170	8.290	5.954	9.905	15.998	96.787	63	-	96.850
Pagamentos de ativos de contratos com clientes - direitos de exclusividade	83.632	-	-	-	-	-	83.632	-	-	83.632
30/06/2020										
Fluxo de caixa	Ipiranga	Ultragaz	Oxiten	Ultracargo	Extrafarma	Abastece aí	Subtotal Segmentos	Outros ⁽³⁾	Eliminações	Total
Aquisição de imobilizado	100.217	113.612	82.970	45.079	6.420	-	348.298	6.189	-	354.487
Aquisição de intangível	33.684	15.109	3.366	29	11.252	-	63.440	15.167	-	78.607
Pagamentos de ativos de contratos com clientes - direitos de exclusividade	231.767	4.812	-	-	-	-	236.579	-	-	236.579
30/06/2021										
Ativo	Ipiranga	Ultragaz	Oxiten	Ultracargo	Extrafarma	Abastece aí	Subtotal Segmentos	Outros ⁽³⁾	Eliminações	Total
Ativos totais (excluindo transações entre segmentos)	19.105.893	3.002.424	8.878.349	2.656.420	1.477.289	132.440	35.252.815	720.364	-	35.973.179
31/12/2020										
Ativo	Ipiranga	Ultragaz	Oxiten	Ultracargo	Extrafarma	Abastece aí	Subtotal Segmentos	Outros ⁽³⁾	Eliminações	Total
Ativos totais (excluindo transações entre segmentos)	18.761.207	2.927.061	8.892.850	2.197.675	1.845.038	85.787	34.709.618	1.540.544	-	36.250.162

⁽³⁾ A coluna “Outros” é formada pela controladora Ultrapar (incluindo ágio de certas aquisições) e pelas controladas Serma, Imaven, Ultrapar International, UVC Investimentos e UVC - Fundo de investimento.

Ultrapar Participações S.A. e Controladas

Notas explicativas às informações trimestrais da controladora e consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

	30/06/2021	30/06/2020
Lucro antes do resultado financeiro, do imposto de renda e da contribuição social	611.498	660.170
Resultado financeiro, líquido	<u>(336.436)</u>	<u>(247.958)</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	<u>275.062</u>	<u>412.212</u>
Adições ao imobilizado e intangível (excluindo transações entre segmentos):		
Ultragaz	185.750	128.721
Ipiranga	158.135	139.395
Oxitenó	105.784	88.949
Ultracargo	184.000	47.123
Extrafarma	20.761	17.672
Abastece aí	16.249	-
	<u>670.679</u>	<u>421.860</u>
Outros ⁽¹⁾	<u>1.213</u>	<u>21.358</u>
Total de adições ao imobilizado e intangível (vide notas explicativas nº 14 e 15)	671.892	443.218
Provisão para retirada de tanques (vide nota explicativa nº 21)	(112)	(59)
Provisão para desmobilização de máquinas e equipamentos	16	(406)
Juros capitalizados	<u>(3.232)</u>	<u>(9.659)</u>
Total de investimentos em imobilizado e intangível (fluxo de caixa)	<u>668.564</u>	<u>433.094</u>
Adições de ativos de contratos com clientes - direitos de exclusividade (vide nota explicativa nº 11):		
Ipiranga	241.938	288.027
Ultragaz	-	4.812
Total	<u>241.938</u>	<u>292.839</u>

⁽¹⁾ A coluna "Outros" é formada pela controladora Ultrapar (incluindo ágio de certas aquisições) e pelas controladas Serma, Imaven, Ultrapar International, UVC Investimentos e UVC - Fundo de investimento.

Ultrapar Participações S.A. e Controladas

Notas explicativas às informações trimestrais da controladora e consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

b. Informações relativas à área geográfica

Os ativos de direito de uso, imobilizados e intangíveis da Sociedade e suas controladas estão localizados no Brasil, exceto aqueles referentes às plantas da Oxiteno no exterior, conforme demonstrado abaixo:

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Estados Unidos	1.072.094	1.152.876
México	146.391	163.042
Uruguai	<u>86.730</u>	<u>90.347</u>
	<u>1.305.215</u>	<u>1.406.265</u>

As controladas geram receitas em suas operações no Brasil, nos Estados Unidos, no México e no Uruguai, bem como através da exportação de produtos a clientes estrangeiros, conforme demonstrado abaixo:

	<u>30/06/2021</u>	<u>30/06/2020</u>
Receita líquida de vendas e serviços:		
Brasil	51.394.328	36.361.460
Estados Unidos e Canadá	353.305	292.373
Argentina	293.730	204.537
Outros países da América Latina	142.659	69.695
México	130.906	115.595
Extremo Oriente	25.154	49.859
Europa	89.744	82.073
Uruguai	15.493	44.179
Outros	<u>31.019</u>	<u>43.601</u>
Total	<u>52.476.338</u>	<u>37.263.372</u>

As vendas para o mercado externo são realizadas substancialmente pela Oxiteno.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

33 Riscos e instrumentos financeiros (Consolidado)

a. Gestão de riscos e instrumentos financeiros - Governança

Os principais fatores de risco a que a Sociedade e suas controladas estão expostas refletem aspectos estratégico-operacionais e econômico-financeiros. Os riscos estratégico-operacionais (tais como, entre outros, comportamento de demanda, concorrência, inovação tecnológica e mudanças relevantes na estrutura da indústria) são endereçados pelo modelo de gestão da Sociedade. Os riscos econômico-financeiros refletem, principalmente, a inadimplência de clientes, o comportamento de variáveis macroeconômicas, como taxas de câmbio e de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros que a Sociedade e suas controladas utilizam e as suas contrapartes. Esses riscos são administrados por meio de políticas de controle, estratégias específicas e determinação de limites.

A Sociedade possui uma política de gestão dos recursos, instrumentos e riscos financeiros aprovada pelo seu CA (“Política”). De acordo com a Política, a administração financeira tem como principais objetivos preservar o valor e a liquidez dos ativos financeiros e garantir recursos financeiros para o bom andamento dos negócios, incluindo suas expansões. Os principais riscos financeiros considerados na Política são riscos de mercado (moedas, juros e *commodities*), liquidez e crédito. A governança da gestão dos riscos segue a segregação de responsabilidades abaixo:

A execução da Política é feita pela diretoria financeira corporativa, através da tesouraria, com o apoio da controladoria, contabilidade, tributário e jurídico corporativo.

O monitoramento do cumprimento e enquadramento da Política, bem como a deliberação sobre eventuais desvios, é de responsabilidade do Comitê de Riscos e Aplicações Financeiras (“Comitê”), composto pelo Diretor Financeiro (“CFO”), Diretor de Tesouraria, Diretor de Controladoria e outros diretores a serem designados pelo CFO e que se reúne trimestralmente. O acompanhamento mensal dos parâmetros da Política é responsabilidade do CFO.

A aprovação da Política bem como a avaliação periódica da exposição da Sociedade aos riscos financeiros compete ao CA da Sociedade.

O Comitê de Auditoria e Riscos (“CAR”) assessora o CA na avaliação da eficácia dos controles e parâmetros de gestão e exposição da Sociedade aos riscos financeiros, bem como assessora o CA na avaliação de eventuais propostas de revisão da Política. A Diretoria de Riscos, *Compliance* e Auditoria monitora o cumprimento dos parâmetros da Política, reporta ao CAR a exposição aos riscos e o cumprimento desta Política bem como reporta ao CA qualquer descumprimento da Política.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

b. Risco de moedas

A maior parte das operações da Sociedade, através das suas controladas, se localiza no Brasil e portanto, a moeda de referência para a gestão do risco de moedas é o Real. A gestão do risco de moedas é guiada pela neutralidade de exposições cambiais e considera os riscos da Sociedade e suas controladas às mudanças nas taxas de câmbio. A Sociedade considera como suas principais exposições cambiais as variações dos ativos e passivos em moeda estrangeira.

A Sociedade e suas controladas utilizam instrumentos de proteção cambial (principalmente entre o Real e o dólar norte-americano) disponíveis no mercado financeiro para proteger seus ativos, passivos, recebimentos e desembolsos em moeda estrangeira e investimentos líquidos em entidades no exterior, com o objetivo de reduzir os efeitos da variação cambial em seus resultados e fluxo de caixa em Reais, dentro dos limites de exposição de sua Política. Tais instrumentos de proteção cambial possuem montantes, prazos e índices substancialmente equivalentes aos dos ativos, passivos, recebimentos e desembolsos em moeda estrangeira aos quais se encontram vinculados.

Estão demonstrados a seguir os ativos e passivos em moeda estrangeira, convertidos para Reais:

b.1 Ativos e passivos em moeda estrangeira

	30/06/2021	31/12/2020
Ativos em moeda estrangeira		
Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras em moeda estrangeira (exceto instrumentos de proteção)	1.584.306	1.413.276
Contas a receber de clientes no exterior, líquidas de provisão para perda e de adiantamentos de clientes no exterior	354.697	307.829
Outros ativos no exterior	<u>1.708.001</u>	<u>1.767.626</u>
	<u>3.647.004</u>	<u>3.488.731</u>
Passivos em moeda estrangeira		
Financiamentos em moeda estrangeira brutos de custos de transação e deságios	(8.801.972)	(9.246.707)
Contas a pagar decorrentes de importações, líquidas de adiantamentos a fornecedores estrangeiros	(888.431)	(633.013)
	<u>(9.690.403)</u>	<u>(9.879.720)</u>
Saldo (bruto) da ponta em moeda estrangeira de instrumentos de proteção cambial	<u>4.652.564</u>	<u>4.837.554</u>
Posição líquida passiva – total	<u>(1.390.835)</u>	<u>(1.553.435)</u>
Posição líquida ativa – efeito no resultado	85.842	186.306
Posição líquida passiva – efeito no patrimônio líquido	(1.476.677)	(1.739.741)

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

b.2 Análise de sensibilidade dos ativos e passivos em moeda estrangeira

Para os cenários I, II e III são aplicadas as variações de 10%, 25% e 50%, respectivamente, sobre a posição líquida da Sociedade exposta ao risco cambial, simulando os efeitos de apreciação e depreciação do Real no resultado e no patrimônio líquido.

A tabela abaixo demonstra, em três cenários, os efeitos da variação do câmbio sobre a posição líquida passiva de R\$ 1.390.835 em moeda estrangeira em 30 de junho de 2021:

	Risco	Cenário I Base	Cenário II 25%	Cenário III 50%
(1) Efeito no resultado	Depreciação do Real	8.584	21.460	42.921
(2) Efeito no patrimônio líquido		(147.668)	(369.169)	(738.338)
(1) + (2)	Efeito	<u>(139.084)</u>	<u>(347.709)</u>	<u>(695.417)</u>
(3) Efeito no resultado	Apreciação do Real	(8.584)	(21.460)	(42.921)
(4) Efeito no patrimônio líquido		147.668	369.169	738.338
(3) + (4)	Efeito	<u>139.084</u>	<u>347.709</u>	<u>695.417</u>

A tabela abaixo demonstra, em três cenários, os efeitos da variação do câmbio sobre a posição líquida passiva de R\$ 1.553.435 em moeda estrangeira em 31 de dezembro de 2020:

	Risco	Cenário I Base	Cenário II 25%	Cenário III 50%
(1) Efeito no resultado	Depreciação do Real	18.631	46.577	93.153
(2) Efeito no patrimônio líquido		(173.974)	(434.935)	(869.871)
(1) + (2)	Efeito	<u>(155.343)</u>	<u>(388.358)</u>	<u>(776.718)</u>
(3) Efeito no resultado	Apreciação do Real	(18.631)	(46.577)	(93.153)
(4) Efeito no patrimônio líquido		173.974	434.935	869.871
(3) + (4)	Efeito	<u>155.343</u>	<u>388.358</u>	<u>776.718</u>

O efeito no patrimônio líquido refere-se aos ajustes acumulados de conversão das variações cambiais sobre o patrimônio líquido das controladas sediadas no exterior (vide notas explicativas nº 2.s.1 e 25.g.2), *hedge* de investimentos líquidos em entidades no exterior, *hedge* de fluxo de caixa de compromissos firmes e *hedge* de transações altamente prováveis (vide nota explicativa nº 2.c e h. Contabilidade de proteção abaixo).

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

c. Risco de juros

A Sociedade e suas controladas adotam políticas de captação e aplicação de recursos financeiros e de minimização do custo de capital. As aplicações financeiras da Sociedade e de suas controladas são mantidas principalmente em operações vinculadas ao DI, conforme divulgado na nota explicativa nº 4. As captações são principalmente oriundas de financiamentos do Banco do Brasil, debêntures e captações em moeda estrangeira, conforme divulgado na nota explicativa nº 16.

A Sociedade procura manter a maior parte de seus ativos e passivos financeiros de juros em taxas flutuantes.

c.1 Ativos e passivos financeiros expostos a juros flutuantes

Os ativos e passivos financeiros expostos a taxas de juros pós-fixadas estão demonstrados a seguir:

	Nota explicativa	30/06/2021	31/12/2020
DI			
Equivalentes de caixa	4.a	2.273.358	2.241.852
Aplicações financeiras	4.b	1.793.838	3.749.852
Financiamentos e debêntures	16.a	(5.574.054)	(6.947.362)
Saldo (bruto) da ponta passiva dos instrumentos de proteção cambial - DI	33.g	(2.130.192)	(2.124.146)
Saldo (bruto) da ponta passiva dos instrumentos de taxa de juros pré-fixada + IPCA - DI	33.g	(1.369.609)	(2.203.705)
Posição líquida passiva em DI		<u>(5.006.659)</u>	<u>(5.283.509)</u>
TJLP			
Empréstimos e financiamentos - TJLP	16.a	(24.037)	(29.803)
Posição líquida passiva em TJLP		<u>(24.037)</u>	<u>(29.803)</u>
LIBOR			
Saldo (bruto) da ponta ativa dos instrumentos de proteção cambial - LIBOR	33.g	250.119	260.958
Empréstimos e financiamentos - LIBOR	16.a	(552.684)	(573.484)
Posição líquida passiva em LIBOR		<u>(302.565)</u>	<u>(312.526)</u>
Posição líquida passiva total exposta a juros pós-fixados		<u>(5.333.261)</u>	<u>(5.625.838)</u>

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

c.2 Análise de sensibilidade dos riscos de juros flutuantes

Para análise de sensibilidade dos riscos de juros flutuantes a Sociedade utilizou como cenário base o valor acumulado dos índices de referência (DI, TJLP, LIBOR e SELIC). Os cenários I, II e III foram estimados com uma variação de 10%, 25% e 50%, respectivamente, nas taxas de juros flutuantes do cenário base.

As tabelas abaixo demonstram a despesa e a receita incremental que teria sido reconhecida no resultado financeiro, devido aos efeitos da variação das taxas de juros flutuantes nos diferentes cenários:

	Risco	30/06/2021		
		Cenário I Base	Cenário II 25%	Cenário III 50%
<u>Exposição a juros flutuantes</u>				
Efeito nos juros dos equivalentes de caixa e das aplicações financeiras	Elevação DI	4.997	12.493	24.985
Efeito nos juros da dívida em DI	Elevação DI	(7.984)	(19.960)	(39.921)
Efeito no resultado das pontas passivas em DI dos instrumentos de proteção a dívidas	Elevação DI	(8.053)	(15.499)	(27.908)
Despesa incremental		<u>(11.040)</u>	<u>(22.966)</u>	<u>(42.844)</u>
Efeito nos juros da dívida em TJLP	Elevação TJLP	(61)	(152)	(305)
Despesa incremental		<u>(61)</u>	<u>(152)</u>	<u>(305)</u>
Efeito no resultado das pontas ativas em LIBOR dos instrumentos de proteção cambial	Elevação LIBOR	1.966	2.062	2.222
Efeito nos juros da dívida em LIBOR	Elevação LIBOR	(824)	(937)	(1.124)
Redução de receita		<u>1.142</u>	<u>1.125</u>	<u>1.098</u>

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

		31/12/2020		
		Cenário I Base	Cenário II 25%	Cenário III 50%
<u>Exposição a juros flutuantes</u>				
Efeito nos juros dos equivalentes de caixa e das aplicações financeiras	Elevação DI	13.175	32.937	65.875
Efeito nos juros da dívida em DI	Elevação DI	(19.674)	(49.184)	(98.368)
Efeito no resultado das pontas passivas em DI dos instrumentos de proteção a dívidas	Elevação DI	(1.137)	(11.934)	(29.929)
Despesa incremental		<u>(7.636)</u>	<u>(28.181)</u>	<u>(62.422)</u>
Efeito nos juros da dívida em TJLP	Elevação TJLP	(301)	(752)	(1.503)
Despesa incremental		<u>(301)</u>	<u>(752)</u>	<u>(1.503)</u>
Efeito no resultado das pontas ativas em LIBOR dos instrumentos de proteção cambial	Elevação LIBOR	528	1.320	2.640
Efeito nos juros da dívida em LIBOR	Elevação LIBOR	(1.410)	(3.525)	(7.050)
Redução de receita		<u>(882)</u>	<u>(2.205)</u>	<u>(4.410)</u>
Efeito nos juros da dívida em SELIC	Elevação SELIC	(41)	(102)	(203)
Despesa incremental		<u>(41)</u>	<u>(102)</u>	<u>(203)</u>

d. Risco de crédito

Os instrumentos financeiros que sujeitam a Sociedade e suas controladas a riscos de crédito da contraparte são representados, basicamente, pelas disponibilidades (caixa e bancos), aplicações financeiras, instrumentos de proteção (vide nota explicativa nº 4) e contas a receber (vide nota explicativa nº 5).

d.1 Risco de crédito de instituições financeiras

Tal risco decorre da incapacidade de instituições financeiras cumprirem suas obrigações financeiras com a Sociedade ou suas controladas por insolvência. A Sociedade e suas controladas executam regularmente análise de crédito das instituições nas quais mantêm disponibilidades, aplicações financeiras e instrumentos de proteção através de diversas metodologias que avaliam liquidez, solvência, alavancagem, qualidade da carteira, dentre outros. As disponibilidades, aplicações financeiras e instrumentos de proteção são mantidos somente em instituições com histórico de sólida posição de crédito, privilegiando segurança e solidez. O volume de disponibilidades, aplicações financeiras e instrumentos de proteção são objeto de limites máximos por instituição, requerendo, portanto, diversificação de contraparte.

d.2 Risco de crédito de governos

A Política da Sociedade permite aplicação em títulos públicos federais de países classificados como grau de investimento AAA ou aaa por agências de risco especializadas (S&P, Moody's e Fitch) e em títulos do governo brasileiro. O volume de aplicações financeiras é objeto de limites máximos por país, requerendo, portanto, diversificação de contraparte.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

O risco de crédito de instituições financeiras e governos de saldo de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras está sumarizado abaixo:

Rating de crédito da contraparte	Valor justo	
	30/06/2021	31/12/2020
AAA	6.123.777	8.190.428
AA	728.794	317.894
A	126.169	163.838
Total	6.978.740	8.672.160

d.3 Risco de crédito de clientes

A política de crédito estabelece a análise do perfil de cada novo cliente, individualmente, quanto à sua condição financeira. A revisão efetuada pelas controladas da Sociedade inclui a avaliação de ratings externos, quando disponíveis, informações trimestrais, informações de agências de crédito, informações da indústria e, quando necessárias, referências bancárias. Limites de crédito são estabelecidos para cada cliente e revisados periodicamente, em um prazo mais curto quanto maior o risco, dependendo de aprovação da área responsável em casos de vendas que excedam esses limites.

No monitoramento do risco de crédito, os clientes são agrupados de acordo com suas características de crédito e a depender do negócio, o agrupamento leva em consideração, por exemplo, se são clientes pessoas físicas ou jurídicas, se são atacadistas, revendedores ou clientes finais, considerando também sua área geográfica.

As estimativas de perda de crédito são calculadas pela abordagem da perda esperada, com base nas taxas de probabilidade de perda por inadimplência. As taxas de perda são calculadas com base na probabilidade média de um valor a receber avançar por estágios sucessivos de inadimplemento até a baixa completa. A apuração da probabilidade de perda leva em consideração uma pontuação de risco de crédito para cada exposição, com base em dados considerados capazes de prever o risco de perda (classificações externas, informações trimestrais auditadas, projeções de fluxo de caixa, informações sobre os clientes disponíveis na imprensa, por exemplo), além da avaliação de crédito com base na experiência.

Tais riscos de crédito são administrados por cada unidade de negócio por meio de critérios específicos de aceitação de clientes e análise de crédito, além de serem mitigados pela diversificação de vendas. Nenhum cliente individual ou grupo representa mais de 10% da receita total.

Notas explicativas às informações trimestrais da controladora e consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

As controladas da Sociedade solicitam garantias com relação ao contas a receber de clientes e outros recebíveis em situações específicas aos clientes, mas essas garantias não influenciam no cálculo do risco de perda. As controladas da Sociedade mantiveram os seguintes saldos de provisões para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa de suas contas a receber:

	30/06/2021	31/12/2020
Ipiranga	433.313	447.389
Ultragaz	121.732	113.621
Oxiten	16.319	16.430
Extrafarma	85	73
Ultracargo	<u>1.563</u>	<u>1.594</u>
Total	<u><u>573.012</u></u>	<u><u>579.107</u></u>

A tabela a seguir fornece informações sobre as exposições ao risco de crédito:

	30/06/2021			31/12/2020		
	Taxa média ponderada de perda estimada	Saldo contábil bruto	Provisão de perda estimada	Taxa média ponderada de perda estimada	Saldo contábil bruto	Provisão de perda estimada
A vencer	0,9%	4.274.682	40.563	1,2%	3.751.067	44.091
< 30 dias	1,9%	151.404	2.841	2,2%	134.836	2.939
31 a 60 dias	6,7%	37.835	2.551	8,2%	43.207	3.563
61 a 90 dias	9,8%	27.237	2.666	10,9%	42.589	4.630
91 a 180 dias	44,0%	64.725	28.501	36,8%	76.158	28.062
> 180 dias	56,3%	<u>881.092</u>	<u>495.890</u>	55,7%	<u>890.756</u>	<u>495.822</u>
		<u><u>5.436.975</u></u>	<u><u>573.012</u></u>		<u><u>4.938.613</u></u>	<u><u>579.107</u></u>

A tabela a seguir fornece as informações sobre os saldos de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa por área geográfica:

	30/06/2021	31/12/2020
Brasil	562.555	568.461
Uruguai	-	76
Outros países da América Latina	604	271
Estados Unidos e Canadá	1.072	1.146
Europa	8.757	9.120
Outros	<u>24</u>	<u>33</u>
	<u><u>573.012</u></u>	<u><u>579.107</u></u>

Para maiores informações sobre a provisão de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa vide notas explicativas nº 5.a e 5.b.

Ultrapar Participações S.A. e Controladas

Notas explicativas às informações trimestrais da controladora e consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

d.4 Risco de preços

A Sociedade e suas controladas estão expostas ao risco de preço de *commodities*, decorrente da oscilação de preços do diesel e da gasolina, entre outros. Essas mercadorias estão sujeitas a impactos de fatores macroeconômicos e geopolíticos alheios ao controle da Sociedade e suas controladas.

Para mitigar o risco da oscilação de preços do diesel e gasolina, a Sociedade e suas controladas monitoram permanentemente o mercado, buscando a proteção dos movimentos de preços através de operações de *hedge* para as cargas compradas no mercado internacional, utilizando-se de contratos derivativos de *heating oil* (diesel) e RBOB (gasolina) negociados em bolsa.

A tabela abaixo demonstra as posições dos instrumentos financeiros derivativos para cobertura de risco de preço de *commodities* em aberto em 30 de junho de 2021:

Derivativo	Contrato			Nocional (m ³)		Nocional (USD mil)		Valor justo (R\$ mil)	
	Posição	Mercadoria	Vencimento	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
Termo de Mercadorias	Vendido	Heating Oil	jul-21	137.365	108.429	77.418	42.399	931	(563)
Termo de Mercadorias	Vendido	RBOB	jul-21	6.201	-	3.650	-	(109)	-
								822	(563)

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

e. Risco de liquidez

As principais fontes de liquidez da Sociedade e suas controladas derivam (i) do saldo de caixa e aplicações financeiras, (ii) do fluxo de caixa gerado por suas operações e (iii) de empréstimos. A Sociedade e suas controladas acreditam que essas fontes são adequadas para atender aos seus atuais usos de fundos, o que inclui, mas não se limita a capital de giro, capital de investimento, amortização de dívidas e pagamento de dividendos.

A Sociedade e suas controladas examinam, de tempos em tempos, oportunidades de aquisições e investimentos. Consideram diferentes tipos de investimentos, tanto diretamente quanto através de “joint ventures”, ou empresas coligadas, e financiam esses investimentos com o caixa gerado pelas suas operações, com captação de dívida, com aporte de capital, ou pela combinação desses métodos.

A Sociedade e suas controladas acreditam possuir capital de giro e fontes de financiamentos suficientes para atender às suas necessidades atuais. O endividamento bruto a vencer nos próximos 12 meses, incluindo juros estimados sobre financiamentos totaliza R\$ 3.490.899 (para informações quantitativas, vide nota explicativa nº 16.a). Adicionalmente, o plano de investimentos para 2021 totaliza R\$ 1.890.763. Até o primeiro semestre foram realizados R\$ 676.385. Em 30 de junho de 2021 a Sociedade e suas controladas possuíam R\$ 6.216.280 em caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras de curto prazo (para informações quantitativas, vide nota explicativa nº 4).

A tabela abaixo apresenta um resumo dos passivos financeiros em 30 de junho de 2021 da Sociedade e suas controladas, por faixas de vencimento. Os valores divulgados nesta tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados, portanto esses valores podem ser diferentes dos saldos do balanço patrimonial.

Passivos financeiros	Total	Menos de 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Mais de 5 anos
Financiamentos e juros estimados sobre financiamentos ⁽¹⁾⁽²⁾	19.398.805	3.490.899	6.260.149	1.413.804	8.233.953
Instrumentos de proteção ⁽³⁾	823.115	232.420	214.437	193.796	182.462
Fornecedores	5.492.599	5.492.599	-	-	-
Arrendamentos a pagar	2.631.790	403.363	673.310	498.079	1.057.038

⁽¹⁾ Para calcular os juros estimados sobre financiamentos utiliza-se algumas premissas macroeconômicas, incluindo, na média para o período: (i) DI de 4,29% para 2021, 8,17% para 2022 e 9,01% para 2023; (ii) taxa de câmbio do Real frente ao dólar de R\$ 5,19 em 2021, R\$ 5,52 em 2022, R\$ 5,37 em 2023, R\$ 5,10 em 2024, R\$ 4,90 em 2025, R\$ 4,81 em 2026, R\$ 4,84 em 2027, R\$ 4,86 em 2028 e R\$ 4,88 em 2029; (iii) TJLP de 4,88%; (iv) IPCA de 6,97% em 2021, 3,70% em 2022, 3,3% em 2023, 3,1% em 2024 e 3,0% a partir de 2025; (v) taxa de câmbio do Real frente ao Peso Mexicano de R\$ 0,26; (vi) taxa de câmbio do Peso Mexicano frente ao dólar de MXN 19,65 em 2021.(fonte: B3, Boletim Focus e instituições financeiras).

⁽²⁾ Inclui pagamentos de juros estimados sobre a dívida de curto e longo prazo até os respectivos pagamentos.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

⁽³⁾ Os instrumentos de proteção foram estimados com base nos contratos futuros de dólar norte-americano e nas curvas futuras dos contratos DI x Pré e DI x IPCA, cotados na B3 em 30 de junho de 2021, e na curva futura de LIBOR (ICE – IntercontinentalExchange) e contratos das *commodities heating oil* e RBOB cotados na New York Mercantile Exchange (“NYMEX”) em 30 de junho de 2021. Na tabela acima foram considerados apenas os instrumentos de proteção com resultado negativo projetado no instante da liquidação

f. Gestão de capital

A Sociedade administra sua estrutura de capital com base em indicadores e benchmarks. Os indicadores-chave relacionados ao objetivo de gestão da estrutura de capital são o custo médio ponderado do capital, endividamento líquido / LAJIDA, índice de cobertura de juros e relação dívida / patrimônio líquido. O endividamento líquido é formado pelo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras (vide nota explicativa nº 4) e empréstimos e financiamentos, incluindo debêntures (vide nota explicativa nº 16). A Sociedade pode alterar sua estrutura de capital conforme as condições econômico-financeiras, visando otimizar sua alavancagem financeira e sua gestão de dívida. A Sociedade procura também melhorar o seu retorno sobre capital empregado através da implementação de uma gestão eficiente de capital de giro e de um programa seletivo de investimentos.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

g. Seleção e utilização de instrumentos financeiros

Na seleção de aplicações financeiras e instrumentos de proteção são analisados os retornos estimados, riscos envolvidos, liquidez, metodologia de cálculo do valor contábil e do valor justo e documentação aplicável ao instrumento financeiro. Os instrumentos financeiros utilizados para a gestão dos recursos financeiros disponíveis da Sociedade e suas controladas visam preservar valor e liquidez.

A Política prevê a utilização de instrumentos financeiros derivativos somente para a cobertura de riscos identificados e em montantes compatíveis com o risco (limitado a 100% do risco identificado). Os riscos identificados na Política estão descritos nas seções acima nesta nota explicativa e, portanto, são objeto da gestão de risco. De acordo com a Política, a Sociedade e suas controladas podem utilizar contratos a termo, *swaps*, opções e contratos futuros para a gestão de riscos identificados. Instrumentos alavancados em derivativos não são permitidos. Como a utilização de instrumentos financeiros derivativos é limitada à cobertura de riscos identificados, a Sociedade e suas controladas utilizam a terminologia “instrumentos de proteção” quando se referem a instrumentos financeiros derivativos.

A tabela abaixo sumariza a posição dos instrumentos de proteção contratados pela Sociedade e suas controladas:

Designados - Hedge Accounting

Produto	Objeto de proteção	Taxas Contratadas		Vencimento	Nota explicativa	Valor de referência (nocional) ¹		Valor justo	
		Ativo	Passivo			30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
Swap cambial	Dívida	USD + 4,58%	103,91% DI	set-23	33.h.1	USD 185.000	USD 185.000	252.326	298.889
Swap cambial	Dívida	USD + LIBOR-3M + 1,14%	105,00% DI	jun-22	33.h.1	USD 50.000	USD 50.000	87.765	94.782
Swap de Juros	Dívida	4,40% + IPCA	101,44% DI	mar-28	33.h.1	R\$ 1.266.054	R\$ 806.054	188.061	203.837
Swap de Juros	Dívida	6,47%	99,94% DI	nov-24	33.h.1	R\$ 90.000	R\$ 90.000	(3.684)	3.498
Termo de Mercadorias	Compromissos firmes	BRL	Heating Oil/RBOB	jul-21	33.h.1	USD 81.068	USD 42.399	822	(563)
NDF	Compromissos firmes	BRL	USD	jul-21	33.h.1	USD 65.354	USD 23.124	1.106	(733)
								526.396	599.710

Ultrapar Participações S.A. e Controladas

Notas explicativas às informações trimestrais da controladora e consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Não Designados - Hedge Accounting

Produto	Objeto de proteção	Taxas Contratadas		Vencimento	Valor de referência (nocial) ¹		Valor justo	
		Ativo	Passivo		30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
Swap cambial	Dívida	USD + 0,18%	55,5% DI	jun-29	USD 320.000	USD 320.000	454.168	519.260
NDF	Compromissos firmes	BRL	USD	set-21	USD 460.771	USD 378.550	(174.228)	(112.152)
Swap de Juros	Dívida	2,67%	100% DI	-	-	R\$ 1.300.000	-	(5)
Swap de Juros	Dívida	5,25%	DI - 1,36%	jun-29	USD 300.000	-	(40.323)	-
							239.617	407.103

¹ Moeda conforme indicado.

Todas as operações acima foram devidamente registradas na CETIP S.A.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

h. Contabilidade de proteção (hedge accounting)

A Sociedade e suas controladas utilizam instrumentos financeiros derivativos e não derivativos como parte de sua estratégia de contabilidade de proteção e verificam ao longo de toda a duração do *hedge* a sua eficácia bem como suas alterações de valor justo.

h.1 Hedge de valor justo

A Sociedade e suas controladas designam como *hedge* de valor justo instrumentos financeiros derivativos utilizados para compensar variações decorrentes de mudanças de taxas de juros e câmbio, no valor de mercado de dívidas contratadas em Reais e dólares norte-americanos.

Os instrumentos de proteção de taxa de câmbio designados como *hedge* de valor justo são:

Em milhares, exceto % do DI	30/06/2021	31/12/2020
Valor nocional – US\$	235.000	235.000
Resultado dos instrumentos de proteção - receita/(despesa) – R\$	(38.386)	574.378
Ajuste de valor justo da dívida – R\$	6.980	(13.131)
Resultado financeiro da dívida – R\$	28.209	(597.735)
Custo médio efetivo - % do DI	104,1	104,1

Para maiores informações, vide nota explicativa nº 16.c.1.

Os instrumentos de proteção de taxa de juros designados como *hedge* de valor justo são:

Em milhares, exceto % do DI	30/06/2021	31/12/2020
Valor nocional – R\$	1.266.054	806.054
Resultado dos instrumentos de proteção - receita/(despesa) – R\$	(3.841)	67.446
Ajuste de valor justo da dívida – R\$	56.833	(18.446)
Resultado financeiro da dívida – R\$	(21.904)	(99.555)
Custo médio efetivo - % do DI	101,4	95,8

Para maiores informações, vide nota explicativa nº 16.f.2, 16.f.4, 16.f.6, 16.f.8 e 16.f.9.

Em milhares, exceto % do DI	30/06/2021	31/12/2020
Valor nocional – R\$	90.000	90.000
Resultado dos instrumentos de proteção - receita/(despesa) – R\$	(5.352)	6.528
Ajuste de valor justo da dívida – R\$	7.041	3.250
Resultado financeiro da dívida – R\$	4.178	(8.968)
Custo médio efetivo - % do DI	99,9	99,9

Para maiores informações, vide nota explicativa nº 16.f.7.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Os instrumentos de proteção de taxa de câmbio e *commodities* designados como *hedge* de valor justo são conforme descritos abaixo. O objetivo desta relação é o de transformar o custo do produto importado de fixo para variável até o momento da mistura do combustível, tal qual ocorre com o preço praticado em suas vendas. A controlada IPP realiza estas operações com derivativos de balcão que são designados em uma relação de *hedge accounting*, como *hedge* de valor justo no valor equivalente ao estoque de produto importado.

Em milhares	30/06/2021	31/12/2020
Valor nocional – US\$	146.422	65.523
Resultado dos instrumentos de proteção - receita/(despesa) – R\$	(83.666)	(87.448)
Ajuste de valor justo do estoque – R\$	(15.468)	18.468

h.2 Hedge de fluxo de caixa

A Sociedade e suas controladas designam como *hedge* de fluxo de caixa de compromisso firme e transações altamente prováveis, instrumentos financeiros derivativos para proteção dos “compromissos firmes” e instrumentos financeiros não derivativos para proteção das “transações futuras altamente prováveis”, para proteção contra variações decorrentes de mudanças da taxa de câmbio.

Em 30 de junho de 2021 os instrumentos de proteção de taxa de câmbio de transações futuras altamente prováveis designados como *hedge* de fluxo de caixa, referente às notas no mercado externo, totalizavam US\$ 427.501 (US\$ 468.215 em 31 de dezembro de 2020), sendo reconhecido um ganho não realizado em “Outros resultados abrangentes” de R\$ 107.807 em 30 de junho de 2021 (perda de R\$ 315.403 em 31 de dezembro de 2020), líquida de IRPJ e CSLL diferidos.

h.3 Hedge de investimentos líquidos em entidades no exterior

A Sociedade e suas controladas designam como *hedge* de investimentos líquidos em entidades no exterior, as notas no mercado externo, utilizadas para proteção dos investimentos realizados nas entidades no exterior para compensar variações decorrentes de mudanças da taxa de câmbio.

Em 30 de junho de 2021 o saldo das notas no mercado externo designadas como *hedge* de investimentos líquidos em entidades no exterior, referentes à parte dos investimentos realizados em entidades que possuem moeda funcional diferente do Real, totalizavam US\$ 95.000 (US\$ 95.000 em 31 de dezembro de 2020), sendo reconhecido um ganho em “Outros resultados abrangentes” de R\$ 12.195 em 30 de junho de 2021 (perda de R\$ 73.108 em 31 de dezembro de 2020), líquida de IRPJ e CSLL diferidos. Os efeitos da variação cambial dos investimentos e das notas no mercado externo se compensaram no patrimônio líquido.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

i. Ganhos (perdas) de instrumentos de proteção

As tabelas abaixo sumarizam os valores dos ganhos (perdas) que afetaram o patrimônio líquido e a demonstração de resultado da Sociedade e suas controladas:

	30/06/2021	
	Resultado	Patrimônio líquido
a - <i>Swaps</i> cambiais ativos em dólares norte-americanos (i) e (ii) e de <i>commodities</i>	(147.187)	-
b - <i>Swaps</i> de juros em Reais (iii)	(26.901)	-
c - Instrumento financeiro não derivativo (iv)	78.178	(617.469)
Total	(95.910)	(617.469)
	30/06/2020	
	Resultado	31/12/2020 Patrimônio líquido
a - <i>Swaps</i> cambiais ativos em dólares norte-americanos (i) e (ii) e de <i>commodities</i>	388.391	-
b - <i>Swaps</i> cambiais passivos em dólares norte-americanos (ii)	(365.777)	80
c - <i>Swaps</i> de juros em Reais (iii)	22.872	-
d - Instrumento financeiro não derivativo (iv)	(833.572)	(737.471)
Total	(788.086)	(737.391)

- (i) não considera o efeito da variação cambial nos *swaps* cambiais ativos em dólares norte-americanos, quando tal efeito é compensado no resultado do objeto protegido (dívida/compromissos firmes);
- (ii) considera o efeito da designação dos *hedges* cambiais;
- (iii) considera o efeito da designação dos *hedges* de juros em Reais; e
- (iv) considera o resultado das notas no mercado externo (para maiores informações vide nota explicativa nº 16.b).

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

j. Valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores justos e os saldos contábeis dos instrumentos financeiros, incluindo os instrumentos de proteção cambial e de juros, estão demonstrados a seguir:

Categoria	Nota explicativa	30/06/2021		31/12/2020		
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	
Ativos financeiros:						
Caixa e equivalentes de caixa						
Caixa e bancos	Custo amortizado	4.a	562.570	562.570	405.081	405.081
Títulos de renda fixa em moeda nacional	Mens. ao valor justo por outros resultados abrangentes	4.a	2.273.358	2.273.358	2.241.852	2.241.852
Títulos de renda fixa em moeda estrangeira	Mens. ao valor justo por meio do resultado	4.a	24.359	24.359	14.561	14.561
Aplicações financeiras						
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Mens. ao valor justo por meio do resultado	4.b	1.544.626	1.544.626	3.643.286	3.643.286
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Mens. ao valor justo por outros resultados abrangentes	4.b	173.114	173.114	31.315	31.315
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Mens. pelo custo amortizado	4.b	76.098	76.098	75.251	75.251
Títulos e fundos de renda fixa em moeda estrangeira	Mens. ao valor justo por outros resultados abrangentes	4.b	1.462.369	1.462.369	1.278.940	1.278.940
Instrumentos de proteção cambial, juros e commodities	Mens. ao valor justo por meio do resultado	4.b	862.246	862.246	981.874	981.874
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	5.a	3.886.788	3.860.039	3.391.122	3.369.766
Financiamentos a clientes	Custo amortizado	5.b	977.175	973.797	968.384	965.645
Total			<u>11.842.703</u>	<u>11.812.576</u>	<u>13.031.666</u>	<u>13.007.571</u>
Passivos financeiros:						
Financiamentos	Mens. ao valor justo por meio do resultado	16.a	1.255.458	1.255.458	1.308.928	1.308.928
Financiamentos	Mens. pelo custo amortizado	16.a	7.770.930	8.346.227	9.406.013	10.186.947
Debêntures	Mens. pelo custo amortizado	16.a	5.319.723	5.276.394	5.450.751	5.363.621
Debêntures	Mens. ao valor justo por meio do resultado	16.a	1.538.626	1.538.626	1.093.365	1.093.365
Arrendamentos a pagar	Mens. pelo custo amortizado	13	1.795.718	1.795.718	1.833.288	1.833.288
Instrumentos de proteção cambial, juros e commodities	Mens. ao valor justo por meio do resultado	16.a	220.894	220.894	117.159	117.159
Fornecedores	Custo amortizado	17	5.492.599	5.428.931	4.040.652	4.008.457
Bônus de subscrição - indenização	Mens. ao valor justo por meio do resultado	24	65.645	65.645	86.439	86.439
Total			<u>23.459.593</u>	<u>23.927.893</u>	<u>23.336.595</u>	<u>23.998.204</u>

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

O valor justo dos instrumentos financeiros, incluindo os instrumentos de proteção cambial e juros, foi determinado conforme descrito a seguir:

- Os saldos em caixa e bancos têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis.
- As aplicações financeiras em fundos de investimentos estão valorizadas pelo valor da cota do fundo na data-base das informações trimestrais, que corresponde ao seu valor justo.
- As aplicações financeiras em CDBs (Certificado de Depósito Bancário) e instrumentos similares possuem liquidez diária com recompra na “curva do papel” e a Sociedade calcula seu valor justo por meio de metodologias comumente utilizadas para marcação a mercado.
- Os saldos contábeis de contas a receber e fornecedores são próximos aos seus valores justos e a Sociedade calcula seu valor justo por meio de metodologias comumente utilizadas no mercado.
- Os saldos de bônus de subscrição - indenização foram mensurados utilizando-se o preço das ações da Ultrapar (UGPA3) na data-base das informações trimestrais, ajustado pelo *dividend yield*, uma vez que seu exercício é possível somente a partir de 2020, não tendo até então direito a dividendos. A quantidade de ações dos bônus de subscrição - indenização também é ajustada conforme a variação dos montantes de provisões e passivos contingentes para riscos tributários, cíveis e trabalhistas relativos ao período anterior a 31 de janeiro de 2014 (vide nota explicativa nº 24).
- Para cálculo do valor justo das notas no mercado externo da Ultrapar International foi utilizado o preço observado desses títulos em mercado ativo (vide nota explicativa nº 16.b).

O valor justo de outras aplicações financeiras, instrumentos de proteção, financiamentos e arrendamentos a pagar, foi apurado através de metodologias de cálculo comumente utilizadas para marcação a mercado, que consistem em calcular os fluxos de caixa futuros associados a cada instrumento contratado, trazendo-os a valor presente pelas taxas de mercado na data-base das informações trimestrais. Para alguns casos, onde não há mercado ativo para o instrumento financeiro, a Sociedade e suas controladas podem utilizar-se de cotações fornecidas pelas contrapartes das operações.

A interpretação dos dados de mercado quanto à escolha de metodologias de cálculo do valor justo exige considerável julgamento e estabelecimento de estimativas para se chegar a um valor considerado adequado para cada situação. Consequentemente, as estimativas apresentadas podem não indicar, necessariamente, os montantes que poderão ser obtidos no mercado corrente.

Os instrumentos financeiros foram classificados como ativos ou passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, com exceção de (i) todos os instrumentos de proteção cambial e de juros, que estão mensurados ao valor justo por meio do resultado, aplicações financeiras classificadas como mensuradas a valor justo por meio do resultado e aplicações financeiras classificadas como mensuradas ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (vide nota explicativa nº 4.b), (ii) financiamentos mensurados ao valor justo por meio do resultado (vide nota explicativa nº 16.a); (iii) garantias de clientes que possuem vendor (vide nota explicativa nº 16.i), que estão mensuradas ao valor justo por meio do resultado e (iv) bônus de subscrição - indenização, que estão mensuradas ao valor justo por meio do resultado (vide nota explicativa nº 24). Caixa, bancos, contas a receber de clientes e financiamentos a clientes estão classificados como ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. Fornecedores e demais contas a pagar estão classificados como passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

j.1 Hierarquia de valor justo dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são classificados de acordo com as seguintes categorias:

(a) Nível 1 - preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;

(b) Nível 2 - *inputs* diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços)

A tabela abaixo demonstra as categorias dos ativos financeiros e passivos financeiros da Sociedade e de suas controladas:

	Categoria	Nota explicativa	30/06/2021	Nível 1	Nível 2
Ativos financeiros:					
Caixa e equivalentes de caixa					
Caixa e bancos	Custo amortizado	4.a	562.570	-	-
Títulos de renda fixa em moeda nacional	Mens. ao valor justo por outros resultados abrangentes	4.a	2.273.358	-	2.273.358
Títulos de renda fixa em moeda estrangeira	Mens. ao valor justo por meio do resultado	4.a	24.359	24.359	-
Aplicações financeiras					
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Mens. ao valor justo por meio do resultado	4.b	1.544.626	1.544.626	-
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Mens. ao valor justo por outros resultados abrangentes	4.b	173.114	-	173.114
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Mens. pelo custo amortizado	4.b	76.098	-	-
Títulos e fundos de renda fixa em moeda estrangeira	Mens. ao valor justo por outros resultados abrangentes	4.b	1.462.369	29.013	1.433.356
Instrumentos de proteção cambial, juros e <i>commodities</i>	Mens. ao valor justo por meio do resultado	4.b	862.246	-	862.246
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	5.a	3.860.039	-	-
Financiamentos a clientes	Custo amortizado	5.b	973.797	-	-
Total			<u>11.812.576</u>		
Passivos financeiros:					
Financiamentos	Mens. ao valor justo por meio do resultado	16.a	1.255.458	-	1.255.458
Financiamentos	Mens. pelo custo amortizado	16.a	8.346.227	-	-
Debêntures	Mens. pelo custo amortizado	16.a	5.276.394	-	-
Debêntures	Mens. ao valor justo por meio do resultado	16.a	1.538.626	-	1.538.626
Arrendamento a pagar	Mens. pelo custo amortizado	13	1.795.718	-	-
Instrumentos de proteção cambial, juros e <i>commodities</i>	Mens. ao valor justo por meio do resultado	16.a	220.894	-	220.894
Fornecedores	Custo amortizado	17	5.428.931	-	-
Bônus de subscrição – indenização (1)	Mens. ao valor justo por meio do resultado	24	65.645	-	65.645
Total			<u>23.927.893</u>		

Ultrapar Participações S.A. e Controladas

Notas explicativas às informações trimestrais da controladora e consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

	Categoria	Nota explicativa	31/12/2020	Nível 1	Nível 2
Ativos financeiros:					
Caixa e equivalentes de caixa					
Caixa e bancos	Custo amortizado	4.a	405.081	-	-
Títulos de renda fixa em moeda nacional	Mens. ao valor justo por outros resultados abrangentes	4.a	2.241.852	-	2.241.852
Títulos de renda fixa em moeda estrangeira	Mens. ao valor justo por meio do resultado	4.a	14.561	14.561	-
Aplicações financeiras					
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Mens. ao valor justo por meio do resultado	4.b	3.643.286	3.643.286	-
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Mens. ao valor justo por outros resultados abrangentes	4.b	31.315	-	31.315
Títulos e fundos de renda fixa em moeda nacional	Mens. pelo custo amortizado	4.b	75.251	-	-
Títulos e fundos de renda fixa em moeda estrangeira	Mens. ao valor justo por outros resultados abrangentes	4.b	1.278.940	30.245	1.248.695
Instrumentos de proteção cambial, juros e <i>commodities</i>	Mens. ao valor justo por meio do resultado	4.b	981.874	-	981.874
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	5.a	3.369.766	-	-
Financiamentos a clientes	Custo amortizado	5.b	965.645	-	-
Total			<u>13.007.571</u>		
Passivos financeiros:					
Financiamentos	Mens. ao valor justo por meio do resultado	16.a	1.308.928	-	1.308.928
Financiamentos	Mens. pelo custo amortizado	16.a	10.186.947	-	-
Debêntures	Mens. pelo custo amortizado	16.a	5.363.621	-	-
Debêntures	Mens. ao valor justo por meio do resultado	16.a	1.093.365	-	1.093.365
Arrendamento a pagar	Mens. pelo custo amortizado	13	1.833.288	-	-
Instrumentos de proteção cambial, juros e <i>commodities</i>	Mens. ao valor justo por meio do resultado	16.a	117.159	-	117.159
Fornecedores	Custo amortizado	17	4.008.457	-	-
Bônus de subscrição – indenização ⁽¹⁾	Mens. ao valor justo por meio do resultado	24	86.439	-	86.439
Total			<u>23.998.204</u>		

⁽¹⁾ Refere-se aos bônus de subscrição emitidos na aquisição da Extrafarma.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

k. Análise de sensibilidade de instrumentos financeiros derivativos

A Sociedade e suas controladas utilizam-se de instrumentos financeiros derivativos somente para a proteção de riscos identificados e em montantes compatíveis com o risco (limitado a 100% do risco identificado). Desta forma, para fins de análise de sensibilidade, para riscos de mercado originados por instrumentos financeiros, a Sociedade analisa conjuntamente o instrumento de proteção e o objeto de proteção, conforme demonstrado nos quadros abaixo.

Para a análise de sensibilidade dos instrumentos de proteção cambial a administração adotou como cenário base as taxas de câmbio Real/dólar norte-americano para o vencimento de cada derivativo, utilizando os contratos futuros de dólar norte-americano cotados na B3 em 30 de junho de 2021. Como referência, a taxa de câmbio para o último vencimento de instrumentos de proteção cambial é de R\$ 8,52 (R\$ 8,23 em 31 de dezembro de 2020) no cenário base. Os cenários II e III foram estimados com uma apreciação ou depreciação adicional de 25% e 50% do Real em relação ao cenário base, respeitando o risco ao qual o objeto protegido está exposto.

Com base nos saldos dos instrumentos de proteção e dos objetos protegidos em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, foram substituídas as taxas de câmbio e calculadas as variações entre o novo saldo em Reais e o saldo em Reais em cada um dos três cenários. A tabela abaixo demonstra a variação dos valores dos principais instrumentos derivativos e seus objetos de proteção, considerando-se as variações da taxa de câmbio nos diferentes cenários:

30/06/2021	<u>Risco</u>	Cenário I Base	Cenário II	Cenário III
Swaps cambiais ativos em dólares norte-americanos				
(1) Swaps dólar norte-americano/Real		1.168.217	2.750.902	4.027.097
(2) Dívidas/compromissos firmes em dólar norte-americano	Apreciação do dólar	(1.168.261)	(2.750.945)	(4.027.140)
(1)+(2)	Efeito líquido no Resultado	<u>(44)</u>	<u>(43)</u>	<u>(43)</u>
Swaps cambiais passivos em dólares norte-americanos				
(3) Swaps Real/dólar norte-americano	Depreciação do dólar	12.672	(428.710)	(870.092)
(4) Margem bruta da Oxitenno/Ipiranga		(12.672)	428.710	870.092
(3)+(4)	Efeito líquido no Resultado	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Hedge de fluxo de caixa				
(1) Cash Flow Hedge	Depreciação do dólar	425.097	1.065.982	1.706.868
(2) Dívidas		(425.097)	(1.065.982)	(1.706.868)
(1)+(2)	Efeito no Patrimônio líquido	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Hedge de investimentos líquidos em entidades no exterior				
(1) Net Investment Hedge	Depreciação do dólar	197.551	365.741	533.932
(2) Dívidas		(197.551)	(365.741)	(533.932)
(1)+(2)	Efeito no Patrimônio líquido	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

Notas explicativas às informações trimestrais da controladora e consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

31/12/2020	<u>Risco</u>	<u>Cenário I Base</u>	<u>Cenário II</u>	<u>Cenário III</u>
Swaps cambiais ativos em dólares norte-americanos				
(1) Swaps dólar norte-americano/Real		1.013.826	1.522.343	2.030.860
(2) Dívidas/compromissos firmes em dólar norte-americano	Apreciação do dólar	(1.013.824)	(1.522.330)	(2.030.835)
(1)+(2)	Efeito líquido no Resultado	<u>2</u>	<u>13</u>	<u>25</u>
Swaps cambiais passivos em dólares norte-americanos				
(3) Swaps Real/dólar norte-americano	Depreciação do dólar	59	17.877	35.694
(4) Margem bruta da Oxitenio		(59)	(17.877)	(35.694)
(3)+(4)	Efeito líquido no Resultado	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Hedge de fluxo de caixa				
(1) Cash Flow Hedge	Depreciação do dólar	368.439	1.042.394	1.716.350
(2) Dívidas		(368.439)	(1.042.394)	(1.716.350)
(1)+(2)	Efeito no Patrimônio Líquido	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Hedge de investimentos líquidos em entidades no exterior				
(1) Net Investment Hedge	Depreciação do dólar	170.315	336.315	502.316
(2) Dívidas		(170.315)	(336.315)	(502.316)
(1)+(2)	Efeito no Patrimônio Líquido	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

Para a análise de sensibilidade dos instrumentos de proteção à taxa de juros em Reais em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, a Sociedade utilizou a curva futura do contrato DI x Pré da B3 em 30 de junho de 2021 para os vencimentos de cada *Swap* e de cada dívida (objeto de proteção), para fins de definição do cenário base. Os cenários II e III foram estimados com uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, da estimativa de taxa pré-fixada do cenário base.

Notas explicativas às informações trimestrais da controladora e consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Com base nos três cenários de taxas de juros em Reais, a Sociedade estimou os valores de suas dívidas e dos instrumentos de proteção conforme o risco que está sendo protegido (variações nas taxas de juros pré-fixadas em Reais), levando-os a valor futuro pelas taxas contratadas e trazendo-os a valor presente pelas taxas de juros dos cenários projetados. O resultado está demonstrado na tabela abaixo:

30/06/2021	<u>Risco</u>	<u>Cenário I Base</u>	<u>Cenário II</u>	<u>Cenário III</u>
Swap de taxa de juros (em Reais) – Debêntures - CRA				
(1) Swap taxa fixa - DI	Redução da taxa pré-fixada	(562.771)	(468.376)	(362.370)
(2) Dívida a taxa fixa		<u>562.771</u>	<u>468.376</u>	<u>362.370</u>
(1) + (2)	Efeito líquido no Resultado	-	-	-
31/12/2020				
	<u>Risco</u>	<u>Cenário I Base</u>	<u>Cenário II</u>	<u>Cenário III</u>
Swap de taxa de juros (em Reais) – Debêntures - CRA				
(1) Swap taxa fixa - DI	Redução da taxa pré-fixada	(39.412)	(230.705)	(187.597)
(2) Dívida a taxa fixa		<u>39.412</u>	<u>230.705</u>	<u>187.597</u>
(1) + (2)	Efeito líquido no Resultado	-	-	-

Para a análise de sensibilidade dos instrumentos de proteção a oscilações ao preço de *commodities* em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, a Sociedade utilizou os contratos futuros de diesel (*heating oil*) e gasolina (*RBOB*) negociados na NYMEX. Os cenários II e III foram estimados com uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, da estimativa do preço das *commodities* cenário base.

Com base nos saldos dos instrumentos de proteção e dos objetos protegidos em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, foram substituídos os preços e calculadas as variações entre o novo saldo em Reais e o saldo em Reais na data-base das informações trimestrais em cada um dos três cenários. A tabela abaixo demonstra a variação dos valores dos instrumentos derivativos e seus objetos de proteção, considerando-se as variações nos preços das *commodities* nos diferentes cenários:

30/06/2021	<u>Risco</u>	<u>Cenário I Base</u>	<u>Cenário II</u>	<u>Cenário III</u>
NDF Commodities				
(1) NDF de Commodities	Redução Preço Commodities	-	1.011.322	2.022.643
(2) Margem Bruta da Ipiranga		-	<u>(1.011.322)</u>	<u>(2.022.643)</u>
(1) + (2)	Efeito líquido no Resultado	-	-	-
31/12/2020				
	<u>Risco</u>	<u>Cenário I Base</u>	<u>Cenário II</u>	<u>Cenário III</u>
NDF Commodities				
(1) NDF de Commodities	Redução Preço Commodities	-	551.794	1.103.589
(2) Margem Bruta da Ipiranga		-	<u>(551.794)</u>	<u>(1.103.589)</u>
(1) + (2)	Efeito líquido no Resultado	-	-	-

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

34 Compromissos (Consolidado)

a. Contratos

a.1. A controlada Ultracargo Logística possui contratos com a CODEBA, com o Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros e com a Empresa Maranhense de Administração Portuária, relacionados com suas instalações portuárias em Aratu, Suape e Itaqui, respectivamente. Esses contratos estabelecem uma movimentação mínima de carga, conforme tabela abaixo:

Porto	Movimentação mínima por ano	Vencimento
Aratu	900.000 ton.	2022
Suape	250.000 ton.	2027
Suape	400.000 ton.	2029
Aratu	465.403 ton.	2031
Itaqui	1.222.377 m ³	2049

Se a movimentação anual for menor que o mínimo exigido, a controlada deverá pagar a diferença entre a movimentação real e a mínima estabelecida nos contratos, com base nas tarifas portuárias em vigor na data definida para pagamento. Em 30 de junho de 2021, essas tarifas eram de R\$ 8,37 e R\$ 2,67 por tonelada para Aratu e Suape, respectivamente e R\$ 0,78 por m³ para Itaqui. Conforme condições e tolerâncias contratuais, em 30 de junho de 2021 não existiam pendências materiais no que se refere aos limites mínimos de compra do contrato.

a.2. A controlada Oxiteno S.A. possui contratos de fornecimento com a Braskem S.A., que prevê e regula as condições do fornecimento de eteno à Oxiteno tendo como base o mercado internacional deste produto. Esses contratos estabelecem um compromisso mínimo de compra conforme tabela abaixo:

Planta	Compra mínima em toneladas por ano	Vencimento
Camaçari	205.000	2021
Mauá	44.100	2023

Em caso de descumprimento do compromisso mínimo de compra, a controlada obriga-se a pagar multa baseada no preço corrente do eteno, na extensão da quantidade não cumprida. Conforme condições e tolerâncias contratuais, em 30 de junho de 2021 não existiam pendências materiais no que se refere aos limites mínimos de compra do contrato.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

b. Cobertura de seguros

A Sociedade está amparada por apólices de seguro, visando cobrir diversos riscos aos quais está exposta.

Nas apólices patrimoniais os valores máximos indenizáveis são definidos com base na análise de risco dos principais locais.

O programa de Seguro de Responsabilidade Civil Geral atende à Ultrapar e suas controladas, com valor de cobertura global máximo de US\$ 250 milhões.

São mantidas apólices de responsabilidade civil de diretores, administradores e conselheiros (D&O) que amparam a Ultrapar e suas controladas no valor total de US\$ 80 milhões.

A Sociedade manteve, até julho de 2021, uma apólice de seguro contra riscos cibernéticos com cobertura máxima de R\$ 100 milhões.

São contratados também seguros nas modalidades de vida e acidentes pessoais, transportes nacionais e internacionais, entre outros.

As coberturas e limites segurados nas apólices contratadas são baseados em estudos de riscos e perdas realizados por consultores independentes de seguros, sendo as modalidades e valores de seguro contratados considerados pela administração suficientes para cobrir os eventuais sinistros que possam ocorrer, tendo em vista a natureza das atividades realizadas pelas empresas.

c. Arrendamento de áreas portuárias

Em 22 de março de 2019 a Sociedade, através da controlada IPP, conquistou as concessões portuárias de três lotes com capacidade mínima de armazenagem de 64 mil m³ no porto de Cabedelo, no Estado da Paraíba, e um lote com capacidade mínima de armazenamento de 66 mil m³ no porto de Vitória, no Estado do Espírito Santo, que serão destinados à movimentação, armazenamento e distribuição de combustíveis. Estas concessões foram realizadas por dois consórcios, dos quais a IPP detém um terço da participação total. Para o porto de Cabedelo, foram constituídas as empresas Nordeste Logística I, Nordeste Logística II e Nordeste Logística III, juntamente com a Raízen Combustível S.A. e Petrobrás Distribuidora S.A. Para o porto de Vitória, foi constituída a Navegantes, juntamente com a Raízen Combustível S.A e Petrobrás Distribuidora S.A. O total de investimentos relacionados à participação da IPP é de até R\$ 160 milhões para um prazo de concessão de 25 anos.

(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma mencionado)

Em 5 de abril de 2019 a Sociedade, por meio de suas controladas IPP e Ultracargo Logística, conquistou três concessões. A IPP venceu duas licitações no porto de Miramar, em Belém, Estado do Pará, sendo: (i) lote BEL02A, via consórcio em que detém 50% de participação e que terá capacidade mínima de armazenamento de 41 mil m³ e (ii) lote BEL04, atualmente operado pela IPP, e que terá capacidade mínima de armazenamento de 23 mil m³. Essas áreas serão operadas pelo prazo mínimo de 15 anos, de acordo com o aviso do leilão. Para o lote BEL02A foi constituída a Latitude, juntamente com a Petróleo Sabbá S.A. A Ultracargo Logística venceu a licitação do lote VDC12 no porto de Vila do Conde, em Barcarena, no Estado do Pará. A capacidade mínima de armazenamento será de 59 mil m³. A área será operada pela Ultracargo Logística por pelo menos 25 anos, conforme aviso do leilão. Para o lote VDC12, foi constituída a controlada Tequimar Vila do Conde (vide nota explicativa nº 3.b). Os investimentos estimados em relação à participação da IPP e da Ultracargo Logística totalizam aproximadamente R\$ 450 milhões a serem desembolsados ao longo dos cinco anos subsequentemente ao leilão, incluindo os valores relativos à outorga e aos investimentos mínimos das áreas licitadas.

Em 9 de abril de 2021 a Sociedade, por meio de sua controlada Ultracargo Logística, venceu o leilão para arrendamento da área IQI13 no porto de Itaqui, no Estado do Maranhão, para armazenagem e movimentação de granéis líquidos, especialmente combustíveis. Na área arrendada será construído um novo terminal com capacidade estática mínima de 79 mil m³. O arrendamento terá duração mínima de 20 anos de acordo com o aviso do leilão. Para essa capacidade, estima-se investimento de aproximadamente R\$ 310 milhões, incluindo o valor relativo à outorga, a serem desembolsados em até seis anos após assinatura do contrato.

35 Eventos subsequentes

a. Emissão de ações de bônus de subscrição Extrafarma

Em 11 de agosto de 2021, o CA confirmou a emissão de 31.032 ações ordinárias dentro do limite do capital autorizado previsto no art. 6º do Estatuto Social da Sociedade, em razão do exercício parcial dos direitos conferidos pelos bônus de subscrição (vide nota explicativa nº 24) emitidos pela Sociedade quando da incorporação da totalidade das ações de Extrafarma pela Sociedade, aprovada pela AGE da Sociedade realizada em 31 de janeiro de 2014. O capital social da Sociedade passará, portanto, a ser representado por 1.115.107.683 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.